

Resiane Silveira (Org.)

CIÊNCIAS SOCIAIS EM REDE

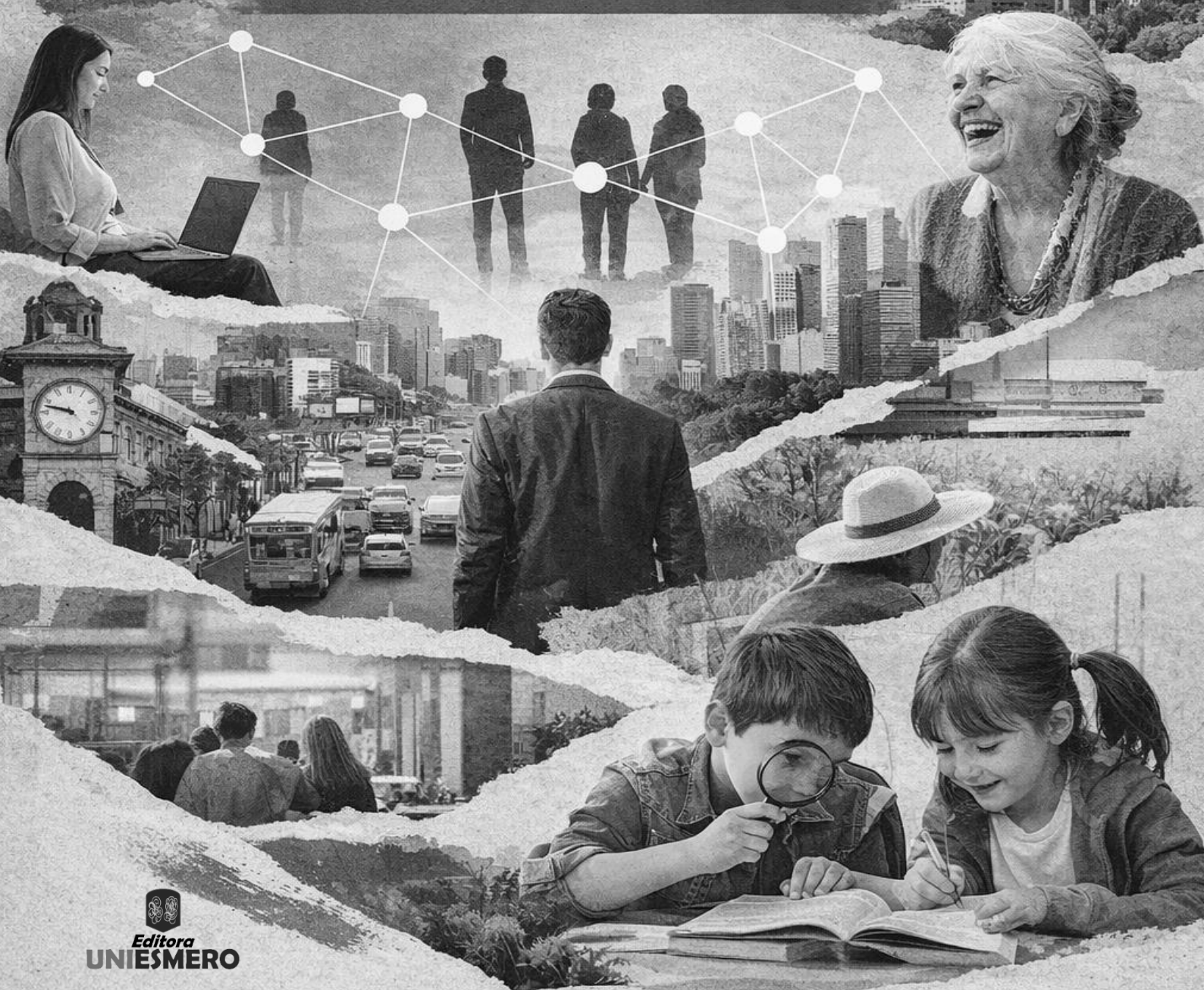
CAMINHOS DE REFLEXÃO



Resiane Silveira (Org.)

CIÊNCIAS SOCIAIS EM REDE

CAMINHOS DE REFLEXÃO



2026 – Editora Uniesmero

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Organizadora

Resiane Paula da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Imagens, Arte e Capa: Freepik/Uniesmero

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587c Ciências Sociais em Rede: Caminhos de Reflexão - Volume 1
/ Resiane Paula da Silveira (organizadora). – Formiga (MG):
Editora Uniesmero, 2026. 164 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5492-159-6
DOI: 10.5281/zenodo.18733876

1. Ciências Sociais. 2. Sociedade. 3. Estudo e ensino. I. Silveira,
Resiane Paula da. II. Título.

CDD: 300.7
CDU: 301

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins
comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.uniesmero.com.br
uniesmero@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://www.uniesmero.com.br/2026/02/ciencias-sociais-em-rede-caminhos-de.html>



***Ciências Sociais em Rede:
Caminhos de Reflexão***

Volume 1

AUTORES

**Adriana de Souza Gomes
Anna Caroline Corrêa Mendes
Carla do Espírito Santo
Cláudia Redecker Schwabe
Edayza Lacerda Castro
Eliana Delavechia Schneider
Evellyn Carneiro da Silva
Kláutenys Dellene Guedes Cutrim
Malcus Cassiano Kuhn
Marcus Vinicius Spolle
Mari Cristina de Freitas Fagundes
Mariana Monteiro de Maicy
Mayane Pereira Silva
Paula Ataíde
Paula Orvana Guimarães Wiebbelling
Roque Luiz Sibioni
Tayane Brabo
Vitória Vasconcelos**

APRESENTAÇÃO

É com elevada consideração intelectual que se apresenta ao leitor a obra *Ciências Sociais em Rede: Caminhos de Reflexão*, cujo título já anuncia, com clareza conceitual e vigor simbólico, a tessitura complexa que sustenta suas páginas. Vivemos em um tempo marcado pela interconectividade estrutural, pela circulação acelerada de informações e pela reconfiguração constante das formas de sociabilidade. Nesse cenário, as Ciências Sociais não apenas permanecem pertinentes, mas revelam-se indispensáveis para a compreensão das dinâmicas que atravessam os sujeitos, as instituições e as estruturas que conformam a vida coletiva.

A expressão “em rede” transcende aqui o mero sentido tecnológico. Ela remete a uma concepção epistemológica que reconhece a interdependência entre saberes, a transversalidade dos fenômenos sociais e a necessidade de diálogo entre diferentes matrizes teóricas. Se outrora os paradigmas buscavam delimitar fronteiras rígidas entre disciplinas, hoje a reflexão social exige a superação de compartimentalizações estereis, abrindo-se à interlocução entre sociologia, antropologia, ciência política, economia, filosofia e demais campos do saber. A rede, portanto, constitui-se como metáfora e método: metáfora da complexidade social e método de investigação que privilegia conexões, fluxos e interações.

A contemporaneidade impõe desafios inéditos. A globalização, as transformações no mundo do trabalho, as disputas identitárias, as crises democráticas, as desigualdades persistentes e as novas formas de mobilização social configuram um panorama que exige análise rigorosa e sensibilidade crítica. Não se trata apenas de descrever fenômenos, mas de compreendê-los em sua historicidade e em suas implicações normativas. O conhecimento social, quando orientado por compromisso ético e responsabilidade pública, torna-se instrumento de emancipação e de aprimoramento da vida coletiva.

Neste livro, o leitor encontrará um percurso reflexivo que não se limita à exposição de teorias consagradas, mas que propõe problematizações, questionamentos e perspectivas inovadoras. Os autores, atentos às transformações estruturais que atravessam as sociedades contemporâneas, oferecem contribuições que dialogam com tradições clássicas do pensamento social, ao mesmo tempo em que incorporam

abordagens emergentes. Tal equilíbrio entre tradição e renovação confere à obra densidade analítica e relevância acadêmica.

A noção de “caminhos” sugere pluralidade e abertura. Não há aqui uma pretensão de exaustividade ou de verdade definitiva. Ao contrário, reconhece-se que o conhecimento nas Ciências Sociais é, por natureza, processual e dialógico. Cada capítulo representa uma trilha possível, uma via de acesso à compreensão de questões complexas. O leitor é convidado não a uma recepção passiva, mas a uma participação ativa no debate, exercitando a crítica e ampliando horizontes interpretativos.

Cumprir destacar que o caráter “em rede” desta obra também se manifesta na valorização da pesquisa colaborativa e do intercâmbio intelectual. Em tempos nos quais a produção do conhecimento tende a ser acelerada e, por vezes, fragmentada, reafirma-se aqui a importância da reflexão amadurecida, do rigor metodológico e da fundamentação teórica consistente. A interdisciplinaridade não é apresentada como modismo, mas como exigência epistemológica diante da complexidade dos fenômenos analisados.

A linguagem adotada pelos autores reflete o cuidado com a precisão conceitual e com a clareza argumentativa. O texto procura equilibrar profundidade teórica e acessibilidade, de modo a dialogar tanto com especialistas quanto com estudantes e leitores interessados em compreender os fundamentos e os desdobramentos das questões sociais contemporâneas. Trata-se de uma obra que pode servir tanto como referência acadêmica quanto como estímulo à reflexão crítica em diferentes contextos formativos.

No contexto brasileiro e latino-americano, as Ciências Sociais assumem papel singular. As desigualdades históricas, as heranças coloniais, as tensões entre tradição e modernidade e os desafios à consolidação democrática impõem agendas específicas de investigação. Embora ancorada em debates globais, esta obra não perde de vista as particularidades locais, reconhecendo que a produção de conhecimento social deve ser sensível às realidades concretas nas quais se insere.

Assim, *Ciências Sociais em Rede: Caminhos de Reflexão* apresenta-se como convite à travessia intelectual. Travessia que exige abertura ao diálogo, disposição para o questionamento e compromisso com a construção coletiva do saber. Em um mundo no qual as certezas se mostram cada vez mais frágeis e as transformações se sucedem com rapidez vertiginosa, a reflexão social torna-se espaço privilegiado de compreensão e de resistência crítica.

Que este livro, ao ser percorrido por seus leitores, cumpra a função de iluminar caminhos, suscitar debates e fortalecer a convicção de que o conhecimento, quando compartilhado em rede e orientado pelo rigor científico e pela responsabilidade ética, constitui um dos mais poderosos instrumentos de transformação social. Que suas páginas inspirem novas pesquisas, aprofundem inquietações e contribuam para a formação de sujeitos conscientes de seu papel na tessitura dinâmica da vida coletiva.

Com estas palavras, entrega-se ao público uma obra que, pela densidade de suas análises e pela amplitude de suas perspectivas, reafirma a vitalidade das Ciências Sociais e sua incontornável relevância no cenário contemporâneo. Que o leitor encontre, neste percurso, não apenas respostas, mas sobretudo perguntas fecundas — aquelas que mantêm vivo o espírito crítico e renovam, incessantemente, os caminhos da reflexão.

SUMÁRIO

Capítulo 1	
ENTRE ROTAS E RAÍZES: TURISMO, PATRIMÔNIO E DECOLONIALIDADE NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS, MARANHÃO	11
<i>Anna Caroline Corrêa Mendes; Mayane Pereira Silva; Kláutenys Dellene Guedes Cutrim</i>	
Capítulo 2	
O PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO NO SETOR DE RECURSOS HUMANOS: UM ESTUDO DE CASO EM EMPRESAS DE LAJEADO/RS	33
<i>Eliana Delavechia Schneider; Cláudia Redecker Schwabe; Malcus Cassiano Kuhn</i>	
Capítulo 3	
MOVIMENTO CHARME: UMA DISCUSSÃO SOBRE INTERSECCIONALIDADE, RESISTÊNCIAS E DIREITO À CIDADE	52
<i>Adriana de Souza Gomes; Mari Cristina de Freitas Fagundes; Marcus Vinicius Spolle</i>	
Capítulo 4	
PROJETOS DE VIDA E PERSPECTIVAS DE FUTURO DE JOVENS DO ÚLTIMO ANO DO ENSINO MÉDIO	70
<i>Roque Luiz Sibioni</i>	
Capítulo 5	
A MOTIVAÇÃO NO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO NO IFSUL CÂMPUS LAJEADO/RS	99
<i>Paula Orvana Guimarães Wiebbelling; Cláudia Redecker Schwabe; Malcus Cassiano Kuhn</i>	
Capítulo 6	
O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	121
<i>Carla do Espírito Santo; Edayza Lacerda Castro; Evellyn Carneiro da Silva; Paula Ataíde; Tayane Brabo; Vitória Vasconcelos</i>	
Capítulo 7	
O OLHAR ALGORÍTMICO: VISUALIDADES, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SUBJETIVIDADE NA CULTURA DIGITAL CONTEMPORÂNEA	136
<i>Mariana Monteiro de Maicy</i>	
AUTORES	161

Capítulo 1
ENTRE ROTAS E RAÍZES: TURISMO, PATRIMÔNIO E
DECOLONIALIDADE NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS,
MARANHÃO

Anna Caroline Corrêa Mendes
Mayane Pereira Silva
Kláutenys Dellene Guedes Cutrim





ENTRE ROTAS E RAÍZES: TURISMO, PATRIMÔNIO E DECOLONIALIDADE NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS, MARANHÃO

Anna Caroline Corrêa Mendes

Mestranda em Cultura e Sociedade (PGCULT) na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bibliotecária do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFMA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPAC/UFMA). E-mail: anna.mendes@ufma.br

Mayane Pereira Silva

Mestranda em Cultura e Sociedade (PGCULT) na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bacharela em Turismo, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Email: Mayane.ps@discente.ufma.br

Kláutenys Dellene Guedes Cutrim

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. Mestra em História. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT) na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: Klautenys.guedes@ufma.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar espaços que promovem e preservam os patrimônios culturais afro-brasileiros no Centro Histórico de São Luís, com foco em iniciativas que resgatam, fortalecem e valorizam aspectos da cultura negra na cidade. A pesquisa combina revisão bibliográfica e estudo de campo. A revisão dialoga com autores que abordam patrimônio cultural, como Chagas (2017) e Fabrino e Duarte (2022), além de estudos sobre turismo cultural, como Santos, Souza e Marques (2022), permitindo situar o tema em perspectivas teóricas contemporâneas. A pesquisa de campo analisa espaços como o Cafua das Mercês (Museu do Negro) e os Roteiros Turísticos Caminho Ancestral, do Instituto Dar Cor ao Caso, identificando suas estratégias de promoção cultural, engajamento comunitário e ações educativas. Os



resultados indicam que esses espaços funcionam como instrumentos de valorização da história e da identidade afro-brasileira, promovendo o turismo cultural de maneira consciente e decolonial. Evidencia-se a importância de políticas e práticas culturais que reconheçam e integrem a herança afro-brasileira ao cotidiano urbano, contribuindo para a democratização do patrimônio e para reflexões sobre o mercado turístico. Dessa forma, conclui-se que o fortalecimento da interseção entre patrimônio, turismo e decolonialidade é essencial para a preservação e difusão da cultura negra em São Luís.

Palavras-chave: Patrimônio cultural afro-brasileiro. Decolonialidade. Turismo. Centro histórico de São Luís.

ABSTRACT

This article aims to investigate spaces that promote and preserve Afro-Brazilian cultural heritage in the Historic Center of São Luís, focusing on initiatives that recover, strengthen, and value aspects of Black culture in the city. The research combines a bibliographic review and fieldwork. The literature review engages with authors addressing cultural heritage, such as Chagas (2017) and Fabrino and Duarte (2022), as well as studies on cultural tourism, such as Santos, Souza, and Marques (2022), situating the topic within contemporary theoretical perspectives. The fieldwork **analyzes** spaces such as Cafua das Mercês (Museum of Black Culture) and the Caminho Ancestral Tourist Routes, from the Instituto Dar Cor ao Caso, identifying their strategies for cultural promotion, community engagement, and educational activities. The findings indicate that these spaces function as instruments for valuing Afro-Brazilian history and identity, promoting cultural tourism in a conscious and decolonial manner. The results highlight the importance of cultural policies and practices that recognize and integrate Afro-Brazilian heritage into urban life, contributing to the democratization of heritage and critical reflection on the tourism market. In this sense, it is concluded that strengthening the intersection of heritage, tourism, and decoloniality is essential for the preservation and dissemination of Black culture in São Luís.

Keywords: Afro-Brazilian cultural heritage. Decoloniality. Tourism. Historic Center of São Luís.

INTRODUÇÃO

São Luís, capital do Maranhão, está localizada entre as baías de São José e São Marcos, no Golfão Maranhense, e, juntamente com mais três municípios, compõem a Ilha de São Luís (Pereira; Alcântara Junior, 2017). Apesar do seu processo de formação ocorrer por meio de ocupações europeias, sendo colonizada por portugueses no século XVII, é importante ressaltar a massiva presença dos indígenas e dos negros na constituição da cidade.

O espaço urbano central da cidade foi definido pelo Centro Histórico, um importante local de atividades comerciais e residenciais dos séculos XVIII e XIX. Posteriormente, devido ao crescimento de outros setores da economia, como as indústrias têxteis, e aos processos de urbanização e crises, o núcleo original central sofreu um esvaziamento. A elite que vivia nos grandes sobrados e solares foi se deslocando para novas áreas que surgiram, como as imediações das fábricas (Mendes, 2020). Com o enfraquecimento do Centro Histórico, políticas de preservação e iniciativas voltadas para o fomento do turismo foram implementadas, com o objetivo de revitalizar e restabelecer a importância desse espaço para a cidade de São Luís.

Entretanto, é relevante destacar que mesmo diante do processo violento de colonização, a cidade de São Luís foi construída a partir de diferentes culturas, especialmente a africana. No Brasil, segundo Santos Neto (2004), mais de 4 milhões de negros escravizados foram trazidos para o Brasil, que apesar da subjugação, lutaram para manter a sua cultura e as suas vivências ativas, mesmo que sincretizando para com outras culturas.

O patrimônio cultural afro-brasileiro é o exemplo de como a resistência de manifestações e expressões identitárias podem se tornar fundamentais para a construção de uma identidade, nesse caso, a identidade cultural brasileira. O Centro Histórico, reconhecido como principal polo turístico da cidade, é também o local onde mais desembarcavam negros trazidos na condição de escravizados.

Diante destas nuances, este estudo apresenta a seguinte problemática: o Centro Histórico da cidade de São Luís preserva e fomenta o patrimônio cultural afro-brasileiro que integra a herança cultural da cidade? Como aponta Chagas (2017) a decolonização dos museus e dos patrimônios precisa ampliar a consciência de que nada tem valor em si, tudo depende do uso que se faz dos conceitos e das práticas sociais.

Assim, a presente pesquisa, já concluída, teve como objetivo investigar patrimônios culturais afro-brasileiros presentes no Centro Histórico da cidade de São Luís, que potencializam a discussão decolonial a partir da valorização desses patrimônios. Analisando o impacto desses patrimônios na história e no turismo local, foca-se em dois objetos de investigação: Cafua das Mercês (Museu do Negro), enquanto um espaço que trabalha com patrimônio afro, e os Roteiros Turísticos Caminho Ancestral, como uma forma de promover o acesso e a reflexão sobre o legado afro-brasileiro na região.

Este artigo adota uma abordagem metodológica exploratória e descritiva, caracterizando-se como uma pesquisa bibliográfica baseada em livros, artigos, teses, dissertações e bases de dados, com o objetivo de fundamentar e orientar a discussão. Entre os autores consultados destacam-se Chagas (2017), Lima (2012) e Martins (2017), entre outros, que fornecem suporte teórico sobre patrimônio cultural afro-brasileiro, turismo e decolonialidade.

Além da revisão bibliográfica, a pesquisa incluiu uma investigação de campo no Centro Histórico de São Luís, centrada no Cafua das Mercês (Museu do Negro) e nos Roteiros Turísticos Caminho Ancestral. Para compreender o funcionamento desses espaços e suas estratégias de valorização do patrimônio afro-brasileiro, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores das instituições, utilizando um roteiro de cinco perguntas como guia para a coleta de informações.

O Patrimônio Cultural afro-brasileiro

Durante um longo período histórico, o patrimônio foi compreendido de forma restrita, associado quase exclusivamente a bens materiais de valor excepcional para a nação. As políticas de preservação concentravam-se no patrimônio histórico e monumental, sendo frequentemente intensificadas em contextos pós-revolucionários ou pós-guerras. Apenas a partir do século XX, sobretudo na década de 1960, essas concepções passaram a ser questionadas, abrindo espaço para uma revisão crítica dos critérios de valoração e preservação patrimonial. Esse processo marcou o início do que Fabrino e Duarte (2022, p. 256) denominam de “alargamento ou “ampliação do conceito de patrimônio”, rompendo com uma visão elitista e eurocêntrica da memória coletiva.

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e, especialmente, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1945, desempenhou papel central na consolidação dessa mudança paradigmática. A partir de então, novos entendimentos sobre patrimônio passaram a ser formalizados em cartas, convenções e conferências internacionais e nacionais, incorporando dimensões até então excluídas.

Entre essas transformações, destaca-se o reconhecimento do patrimônio imaterial, que passou a compreender práticas, saberes, expressões e manifestações culturais de grupos historicamente subalternizados, como as culturas afrodescendentes. Nesse

contexto, a 32ª Conferência da UNESCO, realizada em 2003, definiu o patrimônio cultural imaterial como:

Entende-se por “património cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interacção com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana (Unesco, 2003, p.2).

Diante desse processo de ampliação conceitual, o patrimônio cultural passou a ser compreendido, na contemporaneidade, tanto em sua dimensão material quanto imaterial, reconhecendo-se ambos como componentes indissociáveis da memória social. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, marco do processo de redemocratização, incorporou explicitamente essa concepção ampliada ao definir o patrimônio cultural e estabelecer responsabilidades estatais e coletivas para sua salvaguarda.

O texto constitucional reconhece o caráter dinâmico das identidades brasileiras e da memória histórica, incluindo o legado cultural de grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, destaca-se o reconhecimento dos aspectos sociais, históricos e culturais dos quilombos existentes no país, entendidos como expressões de resistência e afirmação da identidade afro-brasileira. Assim, o conceito de patrimônio cultural foi definido no artigo 216 da Constituição Federal de 1988 da seguinte forma:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, Art. 216).

À luz da Constituição Federal de 1988, que reconhece a relevância do legado cultural dos quilombos e a necessidade de sua salvaguarda, destaca-se o patrimônio cultural afro-brasileiro, constituído por manifestações, práticas e expressões identitárias

que se tornaram fundamentais para a compreensão da formação da identidade cultural brasileira. O reconhecimento jurídico desse patrimônio não apenas assegura sua proteção, mas também reafirma a representatividade da resistência histórica e da contribuição dos afrodescendentes na construção social, cultural e simbólica do país.

O patrimônio cultural afro-brasileiro é constituído por elementos que, ao longo do tempo, precisaram e ainda precisam resistir a processos de marginalização e promover constantes ressignificações para que, na contemporaneidade, alcancem reconhecimento e legitimidade como componentes da cultura brasileira. Essas expressões manifestam-se em práticas que estruturam modos de vida, como religiões, danças, saberes e práticas culinárias, evidenciando a centralidade da experiência afrodescendente na formação cultural do país (Lima, 2012).

A diáspora africana, resultante do processo violento da escravização, produziu profundas dores, rupturas e traumas históricos nas populações africanas deslocadas para o Brasil. Porém, diante dessas experiências de opressão, a preservação da memória e das tradições culturais tornou-se uma estratégia de resistência e continuidade identitária. Nesse contexto, a hibridização cultural emergiu como um elemento central para a constituição do patrimônio cultural afro-brasileiro, articulando referências africanas em novas formas de expressão. Longe de representar uma perda cultural, esse processo evidenciou a capacidade de reinvenção dos sujeitos afrodescendentes, permitindo a ressignificação de práticas, saberes e crenças que, ao longo do tempo, consolidaram-se como componentes estruturantes da cultura brasileira.

Mesmo diante do discurso inclusivo da Constituição Federal de 1988, Abreu (2010) problematiza os limites desse reconhecimento ao explicitar a legitimação institucional de categorias utilizadas para caracterizar grupos populacionais na sociedade contemporânea. Segundo a autora, a possibilidade de “patrimonializar as diferenças” por meio de dispositivos legais, embora aparente promover inclusão, pode também reforçar novas formas de segregação. Ao enquadrar determinadas práticas e saberes na categoria de “conhecimento tradicional”, o Estado tende a cristalizar identidades e a submeter esses grupos a processos normativos que, paradoxalmente, reiteram relações assimétricas de poder.

No mesmo sentido, Oliveira (2019) e Chuva (2012) destacam que a distinção entre patrimônio material e imaterial ainda evidencia marcas de violência histórica e preconceito em relação aos referenciais culturais afro-brasileiros. Expressões como o

samba, a capoeira, as religiões de matriz africana e práticas culinárias constituem elementos centrais da memória e da identidade nacional, mas sua inclusão tardia nos processos de patrimonialização revela a fragilidade das relações sociais e a persistência de desigualdades estruturais no Brasil. Assim, a formalização jurídica do reconhecimento patrimonial, embora necessária, não elimina as assimetrias históricas que atravessam esses grupos.

Nesse contexto, Oliveira (2019) evidencia que, em mais de 80 anos de existência, o IPHAN tombou aproximadamente 3.836 bens em todo o Brasil, dos quais apenas 13 correspondem à cultura afro-brasileira. Esse dado revela a sub-representação histórica dos negros africanos escravizados e de seus descendentes na formação social e cultural do país.

Equipamentos culturais como bibliotecas, museus e centros culturais constituem espaços estratégicos para a valorização do patrimônio, permitindo abordagens dinâmicas e representativas. A partir desses espaços, a adoção de uma perspectiva decolonial e de uma educação patrimonial afrocentrada possibilita estabelecer diálogos críticos com a sociedade, reconhecendo e reafirmando o protagonismo histórico e cultural dos afro-brasileiros.

O patrimônio cultural afro-brasileiro oferece uma perspectiva decolonial em espaços como o Centro Histórico de São Luís, marcado historicamente pelos impactos da colonialidade. Em uma cidade em que aproximadamente 70% da população é negra, iniciativas voltadas para o turismo e para a educação patrimonial afrocentrada podem fortalecer a representatividade cultural e ampliar a ressonância social dessas comunidades, evidenciando seu protagonismo na construção da identidade local e nacional.

O CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE SÃO LUÍS, MA: entre o colonial e o decolonial

O processo de formação de São Luís, capital do Maranhão, envolveu a presença francesa, holandesa e, principalmente, portuguesa ao longo do século XVII. Colonizada pelos portugueses, a urbanização da cidade seguiu os modelos lusitanos, adotando um traçado simétrico e uma estética característica a partir de 1615 (Lacroix, 2020). O crescimento urbano consolidou-se com a criação da Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão, em 1755, período em que a cidade se tornou um polo de agroexportação de

arroz e algodão (Jacinto, 2004), refletindo diretamente nas dinâmicas econômicas e sociais da região.

A partir do final do século XIX, o enfraquecimento econômico de São Luís provocou o esvaziamento residencial e a decadência do centro histórico. Paradoxalmente, esse declínio contribuiu para a preservação da morfologia urbana original, tornando a cidade um dos maiores acervos arquitetônicos portugueses da América Latina (Costa, 2016). A partir da década de 1970, o Centro Histórico passou a ser prioridade nas políticas federais de preservação de cidades históricas, que buscavam revitalizar os espaços urbanos, valorizar o patrimônio material e explorar o potencial do turismo cultural, articulando conservação arquitetônica e desenvolvimento econômico (Mendes, 2020).

Como parte das políticas de preservação do patrimônio, os tombamentos estaduais e federais foram gradualmente implementados em São Luís. O tombamento estadual de parte do conjunto arquitetônico ocorreu em 1986, enquanto o tombamento federal foi instituído em 23 de dezembro de 1974. Esses processos de proteção culminaram, em 1997, com o reconhecimento do Centro Histórico como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, conferindo visibilidade internacional e reforçando a importância histórica, cultural e arquitetônica da cidade (Costa, 2016). Tais medidas asseguram a preservação física do espaço urbano, e também reforçam o potencial de São Luís como referência para estudos de patrimônio, turismo cultural e valorização da memória coletiva.

O Centro Histórico de São Luís sempre desempenhou um papel central na economia do Maranhão, inicialmente devido às atividades comerciais concentradas em áreas como a Praia Grande e suas adjacências. Atualmente, a região mantém um núcleo comercial significativo, com bares, lojas varejistas e feiras distribuídas por ruas como a Rua Grande, a Avenida Guaxenduba e a Magalhães de Almeida, entre outras. Essa concentração evidencia a continuidade das funções econômicas do centro histórico, ao mesmo tempo em que revela os desafios de conciliar o comércio local com a preservação do patrimônio arquitetônico e cultural.

Nesse contexto, o Centro Histórico de São Luís configura-se como uma área de elevado valor histórico e um dos principais atrativos turísticos da cidade, compondo o

Polo Turístico de São Luís¹. O espaço reflete a memória e a evolução urbana, reunindo elementos culturais e arquitetônicos que constituem sua identidade. Além disso, o Centro Histórico oferece oportunidades para a realização de eventos, pesquisas e atividades educativas, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural da cidade. Como destacam Santos, Souza e Marques (2022, p. 100), “o centro histórico apresenta, dessa forma, a integração do local de memória e compartilha com a população e turistas toda a sua riqueza histórica, fazendo com que tal espaço se torne um local de circulação, proporcionando assim o elemento social, em que o lugar representa”.

Devido ao seu potencial histórico e cultural, São Luís possui condições para o desenvolvimento de diversas tipologias turísticas, incluindo turismo religioso, histórico, gastronômico, de sol e praia, e cultural. A riqueza histórica e cultural da cidade constitui um dos principais elementos de sua identidade local, refletindo-se nas múltiplas experiências que o turismo pode oferecer. Entretanto, como observa Martins (2017), entre os séculos XIX e XX, o processo de construção da identidade cultural da cidade privilegiou predominantemente elementos da cultura europeia, evidenciando a invisibilização de outras referências, especialmente aquelas oriundas das comunidades afro-brasileiras.

Corroborando essa perspectiva, Santos et al. (2012) destacam que a cultura popular em São Luís foi simultaneamente aceita e marginalizada, sempre em diálogo com os valores e interesses das elites locais. Nesse contexto, não foram implementadas iniciativas que valorizassem a cultura afro-brasileira, especialmente as expressões afro-religiosas das tradições africanas na cidade. Além disso, a ausência de políticas de valorização e inclusão cultural comprometeu a construção do sentimento de pertencimento e da identidade comunitária nos espaços urbanos, reforçando a invisibilização histórica dessas práticas culturais.

Dessa forma, as manifestações culturais afrodescendentes em São Luís foram frequentemente silenciadas e marginalizadas na sociedade ludovicense. No entanto, a preservação de hábitos, crenças e práticas constituiu uma estratégia de resistência, permitindo à comunidade afrodescendente manter e proteger sua identidade frente às adversidades históricas (Lobato; Ferreira, 2021). Entre essas manifestações, destaca-se o

¹ O Polo Turístico de São Luís é um dos 10 polos turísticos do Maranhão, estabelecidos pelos planos Maior de 1999 e 2012 do governo estadual. Esse polo é composto pelos municípios de São Luís (capital), São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar e Alcântara (Maranhão, 2012).

Tambor de Crioula, símbolo da história e da resistência da cultura negra, que integra a identidade cultural do Maranhão e foi reconhecido como patrimônio cultural imaterial pelo IPHAN em 2007 (Monteles; Silva, 2019). Essa preservação e valorização evidenciam a relevância de políticas e iniciativas de reconhecimento cultural para a afirmação da memória e da ancestralidade afro-brasileira.

As mudanças na visibilidade da cultura popular e de outras manifestações afrodescendentes ocorreram de forma gradual, especialmente no que se refere à criação de espaços culturais voltados para a valorização do patrimônio afro-brasileiro. Paralelamente, foram fortalecidos roteiros permanentes que buscam compreender os territórios que constituíram e continuam a constituir a estrutura cultural afro-maranhense (Lobato; Ferreira, 2021). Esses avanços indicam a importância do reconhecimento e a circulação da memória e da identidade afro-brasileira, consolidando uma relação mais equitativa entre patrimônio, comunidade e turismo.

Sob essa perspectiva, nas próximas seções serão apresentados espaços e projetos que atuam atualmente na valorização do patrimônio afro-brasileiro, da cultura maranhense e na implementação de abordagens decoloniais no Centro Histórico de São Luís. Essas iniciativas possibilitam uma compreensão ampliada do patrimônio, beneficiando tanto a comunidade local quanto o turismo cultural, e demonstram como a teoria sobre memória, identidade e decolonialidade pode ser articulada em práticas concretas de preservação e educação patrimonial.

METODOLOGIA

A presente pesquisa teve como objetivo investigar patrimônios culturais afro-brasileiros presentes no Centro Histórico da cidade de São Luís, buscando compreender como essas iniciativas potencializam a discussão decolonial em patrimônios culturais. Para tanto, tratou-se de uma investigação de natureza básica, com fins exploratórios e descritivos (Prodanov; Freitas, 2013), adotando uma abordagem qualitativa, que permite descrições e análises aprofundadas das informações levantadas (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

Na primeira etapa, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, baseada em livros, artigos, teses, dissertações disponíveis em bases de dados como Capes e Scielo, com o objetivo de fundamentar a discussão teórica. Nesse sentido, foram consultados autores

como Chagas (2017), Lima (2012), Martins (2017), Mendes (2020), Oliveira (2019), entre outros, abordando temas relacionados ao patrimônio cultural afro-brasileiro, turismo e decolonialidade. Além disso, foram analisados documentos administrativos e informativos disponíveis em sites e mídias sociais dos equipamentos culturais, permitindo compreender sua história, trajetória e funcionamento atual.

Em seguida, foi realizada uma pesquisa de campo no Centro Histórico de São Luís, onde está localizado o Cafua das Mercês (Museu do Negro) e onde são desenvolvidos os Roteiros Turísticos Caminho Ancestral. Foram incluídos no grupo de participantes os gestores dos objetos investigados, cujos dados foram obtidos por meio da aplicação de um roteiro de entrevista composto por 5 (cinco) questões para a compreensão do impacto cultural e turístico dessas iniciativas no Centro Histórico de São Luís. A coleta de dados ocorreu na última semana do mês de março de 2025.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a análise dos dados seguiu as diretrizes metodológicas da Análise de Conteúdo, desta forma, foram estabelecidas categorias teóricas de análise, a partir dos aspectos semânticos e léxicos do conteúdo, fazendo interface com o referencial teórico no qual ancora-se esta investigação (Bardin, 2016). Os resultados foram categorizados da seguinte forma: a) Concepção do equipamento/patrimônio cultural afrocentrado; b) Aspectos históricos e culturais; c) Ações e atividades culturais; d) Experiência decolonial; e) Desafios e oportunidades em abordar patrimônio afro-brasileiro.

Por fim, os resultados obtidos nesta pesquisa são apresentados e analisados na seção seguinte, de modo a articular com o referencial teórico que sustenta a investigação. Essa discussão permite evidenciar as relações entre patrimônio cultural afro-brasileiro, turismo e práticas decoloniais, destacando como os espaços estudados contribuem para a valorização da memória histórica e para a construção de uma experiência cultural crítica e consciente no Centro Histórico de São Luís.

ANÁLISES E DISCUSSÕES: As rotas e a decolonialidade em patrimônios de São Luís-MA

Diante do reconhecimento da importância da discussão decolonial em diferentes contextos, esta seção dedica-se à análise dos dois objetos da pesquisa que promovem e preservam o patrimônio afro-brasileiro no Centro Histórico de São Luís: o Cafua das

Mercês (Museu do Negro) e os Roteiros Turísticos Caminho Ancestral. O foco é compreender as oportunidades, desafios e articulações envolvidas na gestão e promoção desse patrimônio, destacando seu papel na valorização da cultura negra, na construção de experiências culturais significativas e na reflexão crítica sobre turismo e preservação patrimonial.

O Museu do Negro

O Cafua das Mercês, também conhecido como Museu do Negro, está localizado na Rua Jacinto Maia, nº 54, no bairro do Desterro. Trata-se de um espaço museológico dedicado a retratar a história e a cultura africana no Maranhão por meio de suas exposições. Instalado em um prédio de estilo colonial, o museu preserva a memória da cultura africana por meio de objetos que refletem o patrimônio africano, bem como instrumentos que retratam o período da escravidão (Museu Histórico e Artístico do Maranhão, 2025).

O nome Cafua das Mercês tem origem banto e significa “lugar escuro”, simbolizando as mazelas e a crueldade da escravização de negros no século XVIII. O edifício possui apenas uma porta principal, cercada por seteiras, que eram as únicas aberturas para luz e ventilação. Nos dois pavimentos, cada um com um único compartimento, centenas de negros escravizados vindos do continente africano eram mantidos aguardando a comercialização (Christofer, 2022).

Em 1970, o governo do Estado adquiriu o sobrado da família Garret e, dois anos depois, inaugurou-o como Cafua das Mercês – Museu do Negro, com o objetivo de integrar a população africana à sociedade maranhense (Christofer, 2022). Atualmente, o museu mantém exposições permanentes no pavimento inferior, apresentando uma coleção de peças de arte africana de grupos culturais como *Bambara*, *Dogon*, *Senúfo*, entre outros.

No pavimento superior, são realizadas exposições temporárias com objetos da cultura afro-maranhense, incluindo indumentárias, artefatos musicais e instrumentos utilizados em rituais religiosos. Essas ações permitem a preservação material do patrimônio, e também a valorização da memória e da identidade afro-brasileira, articulando-se a uma perspectiva decolonial de educação patrimonial para a população maranhense.

Figura 1: Acervo dedicado a grupos culturais africanos



Fonte: Silva (2025)

De acordo com o gestor Biné Gomes (2025), o Museu do Negro busca estabelecer parcerias contínuas para a realização de exposições, articulando seu trabalho com perspectivas decoloniais. O museu envolve escolas públicas e privadas, a comunidade local, institutos e universidades em suas atividades, promovendo rodas de conversa com alunos e visitantes para esclarecer dúvidas e compartilhar informações sobre o acervo. Essas iniciativas ampliam a compreensão do patrimônio afro-brasileiro, fortalecendo o pertencimento e o engajamento social, ao mesmo tempo em que consolidam o museu como um espaço de reflexão sobre memória, identidade e ancestralidade.

Além de buscar parcerias para visitas presenciais, o Museu do Negro amplia sua visibilidade por meio da internet, utilizando o Instagram e oferecendo agendamento de visitas a nível nacional. O equipamento cultural mantém o compromisso de estar sempre disponível à comunidade, ao mesmo tempo em que recebe turistas, especialmente nos períodos de férias (dezembro, janeiro e fevereiro) e entre junho e setembro (Gomes, 2025).

Em razão da articulação com o trade turístico, agências incluem o museu em roteiros de visitação, estabelecendo uma parceria que potencializa a experiência do visitante. Dessa forma, a visitação ao Centro Histórico se estende à valorização da cultura popular, da cultura africana e da cultura maranhense, promovendo uma experiência educativa e decolonial (Gomes, 2025).

A inclusão do museu nos roteiros turísticos permite que o turismo deixe de ser apenas um instrumento econômico e se torne uma ferramenta de democratização cultural, promovendo o reconhecimento da diversidade histórica e a disseminação de narrativas decoloniais. Assim, o visitante é convidado a refletir sobre o passado de violência e escravização, enquanto a comunidade local fortalece seu sentimento de pertencimento e apropriação do patrimônio, evidenciando a relevância social e simbólica de equipamentos culturais como o Cafua das Mercês.

Apesar das oportunidades proporcionadas pelo patrimônio cultural afro-brasileiro, o gestor do Museu do Negro destaca que a cadeia produtiva como um todo ainda necessita de apoio para alcançar resultados satisfatórios. Nesse sentido, artistas locais enfrentam dificuldades para montar suas exposições, mesmo havendo demanda por temáticas étnico-raciais que abordam religiosidade negra, movimentos sociais e cultura maranhense. A limitação de recursos, que o museu por si só não consegue suprir, compromete a ampliação dessas iniciativas e evidencia a necessidade de políticas públicas e parcerias que fortaleçam a produção artística e a valorização do patrimônio afro-brasileiro (Gomes, 2025).

Para Chagas (2017), um dos maiores desafios da museologia contemporânea é romper com as práticas de domesticação e colonização herdadas da museologia colonialista. Essas práticas fragmentam saberes em hierarquias, atribuem maior valor à teoria do que à prática e se apresentam como neutras, quando, na realidade, moldam relações de poder e invisibilizam memórias. Nesse contexto, a memória e os conhecimentos tradicionais perdem espaço, reforçando a necessidade de museus como o Cafua das Mercês adotarem abordagens decoloniais que valorizem a experiência, a ancestralidade e as práticas culturais afro-brasileiras.

Ao resgatar a história da cultura negra, fortalecer o patrimônio afro-brasileiro e fomentar a cultura local, o Cafua das Mercês (Museu do Negro) implementa estratégias decoloniais que vão além da preservação material. O museu promove uma educação patrimonial afrocentrada, capaz de dar visibilidade ao equipamento cultural e de reafirmar a memória de sujeitos historicamente invisibilizados. Dessa forma, torna-se um espaço de resistência, reflexão e valorização da ancestralidade, articulando memória, patrimônio e engajamento comunitário em uma perspectiva crítica e transformadora.

Roteiros Turísticos Caminho Ancestral

Os Roteiros Turísticos Caminho Ancestral, são desenvolvidos pelo Instituto Da Cor ao Caso, uma plataforma de diversidade e letramento racial que atuam em organizações públicas e privadas. Entre eles, destacam-se os roteiros Caminho Ancestral Centro Histórico e o Caminho Ancestral Maria Firmina dos Reis, concebidos a partir de uma perspectiva afrocentrada.

A criação desses roteiros surgiu da constatação de que, em São Luís, não existia uma proposta turística capaz de romper com a visão de subalternização e sofrimento frequentemente associada ao povo negro. Assim, os roteiros buscam valorizar a memória, a cultura e a ancestralidade afro-brasileira, promovendo experiências educativas e turísticas que reforçam a identidade local e oferecem uma narrativa decolonial sobre a história da cidade.

Figura 2: Roteiro Caminho Ancestral



Fonte: Instituto Da Cor ao Caso (2022).

Segundo a gestora Anita Machado (2025), os Roteiros Turísticos Caminho Ancestral foram elaborados com base em pesquisas que investigaram a história de São Luís e do povo negro, conduzidas por professores, biógrafos, escritores e pedagogos. O Caminho Ancestral Centro Histórico percorre espaços culturais significativos, como o Beco Catarina Mina, o Museu do Reggae e o Monumento ao Índio Timbira, iniciando-se na Praça dos Poetas e encerrando-se no Monumento à Diáspora Africana.

Já o Caminho Ancestral Maria Firmina dos Reis foi desenvolvido a partir da obra *Maria Firmina dos Reis e o Cotidiano da Escravidão no Brasil* (2022), de Agenor Gomes, incorporando informações inéditas sobre a vida da escritora e oferecendo uma

perspectiva inovadora sobre sua trajetória. Dessa forma, ambos os roteiros articulam pesquisa, memória e educação patrimonial, promovendo uma experiência turística que valoriza a cultura afro-brasileira e no Centro Histórico de São Luís.

Os roteiros afrocentrados foram construídos a partir dos aspectos históricos e culturais da ancestralidade negra e indígena, considerados narrativas fundamentais na formação da identidade maranhense. Por meio dessas rotas, são evidenciadas as diversas influências que moldam o processo identitário local, incluindo vocabulário, costumes coletivos e religiosidade, especialmente expressa nas religiões de matriz africana. Além disso, os roteiros destacam manifestações culturais negras, como o Bumba Meu Boi e o Tambor de Crioula, promovendo uma compreensão ampla do patrimônio cultural afro-brasileira dentro de uma perspectiva decolonial.

Nesse contexto, o Instituto Da Cor ao Caso se destaca como um modelo de iniciativa voltada à valorização e reconhecimento do patrimônio afro-cultural de São Luís, especialmente no que se refere à preservação da memória das populações negras. Por meio do Caminho Ancestral, a organização explora possibilidades oferecidas por métricas e análises de perfis de usuários do afroturismo, permitindo um planejamento mais estratégico das experiências turísticas. A partir dessas análises, foram identificadas duas categorias de participantes: aqueles que se inscrevem nos roteiros abertos por meio de formulários nas redes sociais e os participantes corporativos, convidados pelas organizações às quais pertencem (Machado, 2025).

Conforme a gestora, os roteiros Caminho Ancestral representam um processo de (des)construção da subjetividade a partir de uma perspectiva decolonial. Ao colocar o povo negro como protagonista de sua própria história, os roteiros buscam ampliar o acesso ao legado do patrimônio afro-maranhense, oferecendo uma narrativa que revisita a história de São Luís e reconhece a memória das culturas negra e indígena. Além disso, esses percursos se articulam com iniciativas nacionais, compondo uma rede de roteiros afrocentrados e conectando afroempreendedores de diferentes regiões do Brasil (Machado, 2025).

Entre os principais desafios do turismo afrocentrado, a gestora aponta o racismo estrutural, que impacta diretamente o desenvolvimento das atividades. A falta de consciência e letramento racial de parte da população brasileira, somada ao desconhecimento sobre a própria construção histórico-social do país, pode gerar situações de discriminação, como ocorreu em um dos roteiros em 2021. Além disso, há a

necessidade de apresentar atividades inovadoras, atualizar continuamente as discussões sobre questões raciais e adotar estratégias que protejam os direitos autorais. Outro aspecto fundamental é o alinhamento da produção, garantindo que as representações nos roteiros promovam um sentido de pertencimento desde a equipe executora até os participantes, fortalecendo a participação comunitária e a efetividade da perspectiva decolonial (Machado, 2025).

Entre as oportunidades, destacam-se as parcerias com organizações públicas e privadas, bem como a colaboração com espaços museológicos, como o Museu da Gastronomia e o Museu do Reggae. As ações de impacto social promovidas pelo Instituto Da Cor ao Caso, por meio do empreendedorismo social, ampliam o alcance do projeto tanto no ambiente presencial quanto no virtual, democratizando o acesso ao patrimônio afro-brasileiro. Observa-se também o surgimento e crescimento de outros roteiros afroreferenciados em São Luís, inspirados pelas atividades do Caminho Ancestral, o que contribui para a consolidação do afroturismo na cidade e no Maranhão, ao mesmo tempo em que fortalece a participação e o protagonismo da comunidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por toda a abordagem apresentada neste artigo, evidencia-se a importância da valorização do patrimônio afro-brasileiro em espaços como o Centro Histórico de São Luís, onde aproximadamente 70% da população é negra. O reconhecimento desse patrimônio reafirma a identidade negra e as lutas históricas contra o apagamento cultural imposto pelos processos de colonização e pelas perspectivas eurocêtricas.

Equipamentos museológicos, como o Museu do Negro, desempenham um papel central nesse processo, preservando a memória da cultura africana no Maranhão e promovendo exposições temporárias que dialogam com questões decoloniais. Apesar da relevância dessa instituição, desafios estruturais ainda precisam ser enfrentados para que seu potencial de difusão e valorização da cultura afro-brasileira seja plenamente alcançado.

De forma complementar, iniciativas como os roteiros de afroturismo Caminho Ancestral, desenvolvidos pelo Instituto Da Cor ao Caso, demonstram como o turismo pode ser articulado com educação patrimonial e protagonismo comunitário. Esses roteiros ampliam o acesso ao conhecimento sobre a ancestralidade negra, e fortalecem a

participação da comunidade na construção de sua própria história, oferecendo uma leitura crítica do espaço urbano e da memória social de São Luís.

Diante disso, ao unir o turismo à valorização da memória afro-maranhense, os roteiros ancestrais proporcionam uma nova maneira de entender o espaço urbano, onde os vestígios do passado colonial se conectam com as vivências da comunidade ludovicense. Com essa relação, o turismo, além de continuar sendo uma atividade econômica, torna-se também uma ferramenta que contribui para a reconstrução das identidades coletivas, rompendo com as narrativas dominantes e ressignificando o patrimônio cultural de São Luís.

Investigações como esta contribuem para dar visibilidade ao patrimônio afro-brasileiro, reforçando a importância de reconhecer, preservar e divulgar espaços que promovem a cultura negra, não apenas em São Luís, mas em diversas cidades brasileiras. Assim, essas práticas representam um passo significativo para a construção de uma sociedade mais consciente da diversidade cultural, fortalecendo o pertencimento das comunidades negras e consolidando a presença de narrativas historicamente marginalizadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A patrimonialização das diferenças: usos da categoria “conhecimento tradicional” no contexto de uma nova ordem discursiva. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antônio; GOMES, Mário Hélio. **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Massagana, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 mar. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

COSTA, Andréa Katiane Ferreira. **Ações Educativas e práticas preservacionistas no Centro Histórico de São Luís no período de 1995-2008**. São Luís: EDUFMA, 2016.

CHAGAS, Mário. Museus e Patrimônios: por uma poética e uma política decolonial. **Revista do Patrimônio do Iphan**. n. 25. 2017. p. 121-136. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

CHRISTOFER, R. N. P. **Museu do Negro - Cafua das Mercês**. Bibliotecas do Maranhão. Disponível em: <https://bibliotecasma.org/museu-do-negro-cafua-das-mercês/>. Acesso em: 29 mar. 2025.

CHUVA, Márcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil** (org.). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

FABRINO, Raphael; DUARTE, Alice. A Ampliação do Conceito de Patrimônio Cultural e a Unesco. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 254–270, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/38565>. Acesso em: 29 mar. 2025.

GOMES, Biné. **Roteiro de entrevista “Entre raízes e rotas: turismo, patrimônio e decolonialidade no Centro Histórico de São Luís, Maranhão”**. Entrevista de pesquisa cedida a Anna Caroline Corrêa Mendes e Mayane Silva Pereira em 27 de março de 2025, em São Luís, MA.

INSTITUTO DA COR AO CASO. **Caminho Ancestral Maria Firmina dos Reis**. 2022. Disponível em: <https://dacoraocaso.com.br/caminho-ancestral-maria-firmina-2/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. Patrimônio: olhares e sentidos. In: **Caderno Pós Ciências Sociais**. Programa de pós-graduação em Ciências Sociais. v.1; n.2, São Luís: EDUFMA, 2004.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão, Corpo e Alma**. 2. ed. ampl. São Luís: Edição da autora, 2020. v. 1. Edição em recurso digital. 380 p.

LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial**. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

LOBATO, Ana Flavia de Melo; FERREIRA, Luciana Brandão. Caminhos de negros: a história da presença negra no Maranhão contada por meio de um tour pelo Centro Histórico de São Luís. **RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 226–246, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/11974>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MARTINS, Carolina C. de Souza. São Luís, cidade negra, cultura popular e Pós-abolição no Maranhão. Brasília: **Anais do XXIX Simpósio de História Nacional: Contra os preconceitos: história e democracia**. 24 a 28 jul., 2017. Disponível: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502808460_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

MACHADO, Anita. **Roteiro de entrevista “Entre raízes e rotas: turismo, patrimônio e decolonialidade no Centro Histórico de São Luís, Maranhão”**. Entrevista de pesquisa

cedida a Anna Caroline Corrêa Mendes e Mayane Silva Pereira em 29 de março de 2025, em São Luís, MA.

MARANHÃO. **Plano Maior 2020**: Plano estratégico de turismo do Estado do Maranhão, jul, 2012. Disponível em: https://turismo.ma.gov.br/uploads/setur/docs/4-PLANO-MAIOR-2020_Relat%C3%B3rio-Final.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

MENDES, Claudiceia Silva. Centro histórico da cidade de São Luís do Maranhão: da degradação a patrimônio cultural da humanidade. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 12537–12556, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n3-207. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/7692>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MONTELES, Nayara Joyse Silva; SILVA, Renata de Lima. Tambor de Crioula: performance de resistência no Maranhão. Goiânia: **Anais** do 5º Simpósio da faculdade de Ciências sociais, democracia e direitos humanos: crises e conquistas. 11 a 13 set. 2019. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/106/o/Nayara_Renata_completo.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO MARANHÃO. **Cafua das Mercês (Museu do Negro)**. Disponível em: <https://casas.cultura.ma.gov.br/portal/mham/index.php?page=mcafuam>. Acesso em: 29 mar. 2025.

OLIVEIRA, Otair Fernandes. A cultura afro-brasileira como patrimônio cultural: reflexões preliminares. In: ENECULT TERCEIRO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DE CULTURA, 15., 2019, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: Faculdade de Comunicação UFBA, 2019.

PEREIRA, Marcio Rodrigo da Silva; ALCANTARA JUNIOR, José O. A mobilidade e a expansão territorial na cidade de São Luís, MA: um novo paradigma social na ocupação do espaço urbano. **Cadernos Metrópole**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 977–998, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2017-4012>. Acesso em: 1 abr. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. Metodologia de Pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 624 p.

SANTOS NETO, Manoel. **O negro no Maranhão**: a escravidão, a liberdade e a construção da cidadania. São Luís: Clara Comunicação, 2004.

SANTOS, Saulo Ribeiro dos. et.al. Percepção dos Ludovicenses sobre a Identidade Cultural da Cidade de São Luís (MA). **Anais** do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul- Turismo e paisagem: relação complexa, 16 a 17 nov. 2012. Disponível

em:https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/02/13_Santos_Ribeiro_Santos_Moraes.pdf. Acesso em: 01 abr. 2025.

SANTOS, Saulo Ribeiro dos; SOUSA, Kyloren Lorena Mendes de; MARQUES, Matheus Andrade. Transformações da paisagem urbana e histórica induzidas pelo turismo: o caso da Rua da Estrela em São Luís (Maranhão, Brasil). **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 4, n. 44, p. 91–108, 2022. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/8710>. Acesso em: 1 abr. 2025.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial**. Paris, 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2025.

Capítulo 2
O PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO NO SETOR DE
RECURSOS HUMANOS: UM ESTUDO DE CASO EM
EMPRESAS DE LAJEADO/RS

Eliana Delavechia Schneider

Cláudia Redecker Schwabe

Malcus Cassiano Kuhn



O PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO NO SETOR DE RECURSOS HUMANOS: UM ESTUDO DE CASO EM EMPRESAS DE LAJEADO/RS

Eliana Delavechia Schneider

*Especialista em Gestão de Micro e Pequenos Negócios pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul Câmpus Lajeado/Lajeado/RS,
elianadela270@gmail.com*

Cláudia Redecker Schwabe

Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul Câmpus Lajeado/RS, Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS/São Leopoldo/RS, claudiaschwabe@ifsul.edu.br

Malcus Cassiano Kuhn

*Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul Câmpus Lajeado/RS, Doutor em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA/Canoas/RS,
malcuskuhn@ifsul.edu.br*

RESUMO

Este capítulo socializa uma pesquisa que buscou identificar se o setor de Gestão de Pessoas de empresas do município de Lajeado, Rio Grande do Sul, mantém em sua equipe um profissional de comunicação social para trabalhar a comunicação interna. Objetiva ainda apurar quais as atividades que esse profissional exerce e, caso as empresas não possuam, identificar quem desempenha esse papel. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa com abordagem qualitativa, buscando-se embasamento teórico sobre os temas Gestão de Pessoas, Comunicação Organizacional e Endomarketing. Também se realizou uma pesquisa junto às empresas de Lajeado, para melhor conhecer a realidade da comunicação interna nessas organizações. Ao final da pesquisa, foi possível constatar que, das empresas pesquisadas, apenas uma conta com um profissional,



exclusivamente, para cuidar da comunicação da empresa e que esse não possui formação na área da Comunicação Social, mas na de Recursos Humanos. Também foi possível entender as diferentes visões sobre o trabalho de comunicação interna realizado dentro de uma empresa, seja por profissional formado na área ou por outro que ocupe o cargo na organização. Ainda, pode-se perceber que há um vasto campo de atuação aberto aos profissionais de comunicação social junto às empresas de Lajeado e da região do Vale do Taquari.

Palavras-chave: Comunicação Social. Recursos Humanos. Endomarketing. Empresas.

ABSTRACT

This chapter presents research that sought to identify whether the Human Resources departments of companies in the municipality of Lajeado, Rio Grande do Sul, have a social communication professional on their team to handle internal communication. It also aims to determine the activities this professional performs and, if the companies do not have one, to identify who performs this role. To this end, a qualitative research approach was developed, seeking theoretical grounding on the themes of Human Resources Management, Organizational Communication, and Internal Marketing. A survey was also conducted with companies in Lajeado to better understand the reality of internal communication in these organizations. At the end of the research, it was found that, of the companies surveyed, only one has a professional exclusively dedicated to managing company communication, and that this professional does not have a background in Social Communication, but rather in Human Resources. It was also possible to understand the different perspectives on the work of internal communication carried out within a company, whether by a professional trained in the field or by someone holding the position within the organization. Furthermore, it can be seen that there is a vast field of work open to social communication professionals within companies in Lajeado and the Taquari Valley region.

Keywords: Social Communication. Human Resources. Internal Marketing. Companies.

INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa é identificar se o setor de Recursos Humanos (RH) das empresas de Lajeado, Rio Grande do Sul (RS), mantém em sua equipe um profissional de comunicação social. Em paralelo, apurar as atividades desenvolvidas por ele e, em caso de não haver este profissional, identificar quem desempenha o trabalho. Para tanto, pesquisaram-se referenciais teóricos de temas voltados à Comunicação Social, Gestão de Pessoas e Endomarketing. Também se realizou um estudo de caso para mapear os setores

de Recursos Humanos das organizações que fazem parte da lista das 100 maiores empresas de Lajeado em Valor Adicionado Fiscal – exercício 2017². A união desses elementos embasou o presente trabalho, permitindo alcançar os objetivos propostos.

O capítulo ainda está dividido em quatro seções. A primeira traz o referencial teórico, que apresenta conceitos e contextualiza, através de autores das áreas, as partes envolvidas no processo, tais como a Gestão de Pessoas, a Comunicação Social e suas habilitações e o Endomarketing. Buscou-se elucidar as características de cada um, para embasar a análise dos resultados obtidos, por meio da pesquisa, junto aos setores de Recursos Humanos das empresas.

A próxima seção conta com informações sobre a metodologia utilizada, ou seja, pesquisa bibliográfica e estudo de caso. O trabalho apresenta informações sobre o perfil geográfico e econômico do município de Lajeado, local sede das empresas pesquisadas. Também traz a análise de dados coletados, apresentando os retornos da pesquisa realizada com os responsáveis pelo setor de RH das empresas. E, para finalizar, nas considerações finais, serão apresentados os principais resultados do levantamento de informações realizado durante o desenvolvimento da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

As empresas são feitas de pessoas responsáveis por processos, tarefas e funções para atender às necessidades do mercado e às exigências da direção em cumprir com o propósito da organização. Um problema comum entre as organizações certamente é a comunicação, ou melhor, a falta dela. E, como fazer esses processos cumprirem seu papel? Costa (2010, p. 73) responde: “Com um conjunto de canais de comunicação aberto e permanente. Somente com um sistema de comunicação eficaz tudo isso pode ser coordenado, sincronizado e controlado de maneira a cumprir seu propósito”.

A comunicação organizacional auxilia nesses processos de trabalho e também aproxima as pessoas, sendo utilizada na organização para desenvolver as ações da empresa. Ela se apresenta de várias formas e cada uma tem sua importância para que os envolvidos possam desempenhar suas atividades e funções com entendimento e de forma

² O Valor Adicionado Fiscal (VAF) é um indicador econômico-contábil utilizado pelo Governo do Estado para calcular o índice de participação municipal no repasse de receitas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos municípios gaúchos.

correta. Assim, a propagação dessa comunicação se dá com o envolvimento de todos para a conquista dos objetivos traçados. Costa (2010, p. 86) conceitua comunicação organizacional ou interna da seguinte forma:

Comunicação interna é um processo organizacional interativo e contínuo de troca de informações, opiniões e percepções que ocorre por meio de um conjunto diversificado de canais, diálogos, relacionamentos e dinâmicas sociais constituídas por atributos de linguagem, estéticos e discursivos, pertinentes à cultura dessa organização, que visa promover identificação e cooperação entre seus membros para a consecução de objetivos comuns, com a finalidade de prosperar e perpetuar-se como grupo.

Thayer (1976, p. 120) coloca a comunicação como elemento vital no processamento das funções administrativas: “É a comunicação que ocorre dentro [da organização] e a comunicação entre ela e seu meio ambiente que [a] definem e determinam as condições da sua existência e a direção do seu movimento”. Assim, o sistema de comunicação da organização é fundamental para o cumprimento das funções administrativas internas e do relacionamento das empresas com o meio externo.

Costa (2010, p. 86), expressa seu olhar para a importância da comunicação interna: “[...] a linguagem praticada por meio da comunicação interna torna-se ainda mais determinante para a construção de uma identidade comum [...]”. A comunicação interna ou organizacional é responsável por nortear o relacionamento entre direção e colaboradores. A importância em conhecer bem este público é fundamental para que a mensagem seja absorvida pelos interlocutores. Kunsch (2003) traz um aspecto importante que ocorre na comunicação das organizações: as barreiras organizacionais. Segundo a autora, essas podem ser as barreiras pessoais, as administrativas/burocráticas, o excesso e a sobrecarga de informações, bem como informações incompletas e parciais.

As barreiras pessoais dizem respeito à personalidade, ao estado de espírito, às emoções, aos valores e à forma com que cada indivíduo se comporta na organização. As barreiras administrativas e burocráticas são a forma como as organizações atuam e processam as informações: a distância física, a especialização das funções/tarefas, as relações de poder, autoridade e *status*. O excesso e a sobrecarga de informações podem ser dar por meio de reuniões desnecessárias, novos meios de comunicação eletrônicos e telemáticos, bem como proliferação de papéis.

E, por fim, as comunicações incompletas e parciais, que podem ser encontradas nas informações fragmentadas, distorcidas ou sujeitas a dúvidas, nas informações não

transmitidas ou sonegadas. Nesse sentido, “é impossível as pessoas observarem e assimilarem todas as mensagens com que são bombardeadas no seu ambiente social e nas organizações onde trabalham”, complementa Kunsch (2003, p. 58).

A comunicação ajuda a entender a cultura organizacional que guia a empresa no mundo dos negócios e, dessa forma, ter uma comunicação coesa se tornou essencial para o sucesso futuro das organizações. Para Lattimore *et al.* (2012, p. 204), “quando as organizações atingem uma comunicação eficaz com os funcionários, os resultados incluem empregados mais satisfeitos e produtivos, maior realização dos objetivos da organização e relações melhores com clientes, comunidade e investidores”.

As organizações são compostas por seres humanos e, desta forma, estão em constante mutação. Sendo assim, as mudanças podem ocorrer em vários níveis, seja no tecnológico, no financeiro e, também, na estrutura física da empresa. Com elas, vêm o aumento no número de pessoas e a necessidade de um setor de Gestão de Pessoas estruturado para cuidar de todos os interesses dos colaboradores. Para Fidelis e Banov (2007, p. 26), “o objetivo do setor de Recursos Humanos é avaliar o grupo de trabalho como ferramenta de sustentação dos objetivos organizacionais, e o indivíduo como parceiro importante dessa engrenagem do processo produtivo e social”.

A área de RH se distingue das demais áreas, pois essa não trata apenas da estratégia da empresa para o atingimento de objetivos organizacionais, mas também da estratégia para o atendimento de suas próprias necessidades. A organização é um conjunto de pessoas que trabalham para satisfazer suas necessidades. É fundamental que o interesse dessas pessoas esteja orientado para atender, também, aos objetivos organizacionais (Almeida; Teixeira; Martinelli, 1993).

A Gestão de Pessoas ou de Recursos Humanos passou por transformações no decorrer dos anos e, hoje, o maior entendimento é o de que as pessoas constituem o principal ativo da organização e, como coloca Chiavenato (2010, p. 56), “sem organização e sem pessoas não haveria a gestão de pessoas”. Desta forma, amplia-se a necessidade de tornar as organizações mais atentas a seus funcionários. Chiavenato (2010, p. 11) acrescenta ainda que:

As pessoas podem aumentar ou reduzir as forças e fraquezas de uma organização, dependendo da maneira como elas são tratadas. Elas podem ser a fonte de sucesso como podem ser a fonte de problemas. É melhor tratá-las como fonte de sucesso. Para que os objetivos da Gestão de Pessoas sejam alcançados, é necessário que as pessoas sejam tratadas como elementos básicos para a eficácia organizacional.

A Gestão de Pessoas precisa ser uma gestão voltada ao capital humano. Sabe-se que o funcionário passa mais tempo na organização e por isso, o ambiente de trabalho deve ser o melhor possível. Dessa forma, Dutra (2002, p. 17) define: “um conjunto de políticas e práticas que permitem a conciliação de expectativas entre a organização e as pessoas para que ambas possam realizá-las ao longo do tempo”. Ainda conforme Dutra (2002, p. 59):

A forma como as organizações efetuam a gestão de pessoas passa por grandes transformações em todo mundo, sendo esta transformação causada por grandes mudanças na organização do trabalho, no relacionamento entre as organizações e pessoas, no modo pelo qual as pessoas encaram sua relação com o trabalho e no comportamento do mercado de trabalho.

Nesse sentido, é importante que a área de Gestão de Pessoas esteja comprometida em promover bem-estar, em cuidar e compreender os perfis dos colaboradores, bem como impulsionar a performance de cada um. Por essa razão se faz necessário conhecer as melhores formas de comunicar, de engajar, motivar e inspirar as equipes.

O marco do Endomarketing foi a introdução dos Programas de Qualidade na indústria. Desenvolvidos no Japão, esses programas visavam reduzir desperdícios, otimizar recursos materiais e humanos, ou seja, visavam à produtividade e à eficiência. Complementa Costa (2010, p. 52), “quando aplicados em outros países, novos aspectos foram introduzidos, como reconhecimento, participação e recompensa, com um olhar mais voltado à motivação dos colaboradores”. A partir de abordagens de autores da área da Comunicação e Administração sobre o tema, Costa (2010, p. 53) conceitua Endomarketing:

É um processo gerencial, cíclico e contínuo, direcionado ao propósito da organização, que é integrado aos seus demais processos de gestão e utiliza eticamente ferramentas multidisciplinares de incentivo, com o objetivo de promover a motivação das pessoas com seu trabalho e garantir seu compromisso com os objetivos estratégicos, contribuindo para a obtenção de melhores resultados, econômicos e humanos, a partir de desempenhos superiores.

Desta forma, Costa (2010, p. 54) acrescenta, “os objetivos do Endomarketing são: promover a motivação das pessoas com seu trabalho e garantir seu compromisso com os objetivos estratégicos da organização”. Para que as pessoas trabalhem com motivação, a empresa precisa garantir um conjunto de fatores. Nesse sentido, complementa Rahme (2017, p. 82):

O Endomarketing serve justamente para este propósito... É dirigido somente ao público interno e tem como objetivo essencial contribuir para promover relações saudáveis dos profissionais com a empresa a partir da cultura organizacional, promovendo vínculos emocionais e profissionais que gerem um ambiente facilitador de boas práticas e um trabalho de resultados, tanto para a empresa quanto para os profissionais.

Bekin (2012, p. 72), criador do termo Endomarketing, destaca que um dos principais fins do Marketing Interno é a motivação dos colaboradores. Para tanto, afirma que deve ser “compreendida em um sentido globalizante”. “Desta forma o processo de motivação será constituído por seis etapas: estímulo, esforço, empenho, valorização, recompensa, satisfação e comprometimento. Ele ainda reitera que todas estas etapas são importantes e, portanto, nenhuma pode ser deixada de lado”.

Então, antes de partir para ação, é preciso estruturar a área de Endomarketing, consolidando-a como um setor estratégico, com produtos e serviços voltados aos colaboradores, com investimentos pré-estabelecidos e não ser vista como custo e/ou gasto. Costa (2010, p. 55) reforça: “é imprescindível que a área de Endomarketing se organize e tenha processos, políticas e orçamento. Assim, irá existir de forma concreta e oficial. Caso contrário, a área não é efetiva e pode ser totalmente terceirizada”.

O curso de Comunicação Social é dividido em três habilitações: Publicidade e Propaganda, Jornalismo e Relações Públicas; todas trabalham a comunicação, porém, de diferentes formas, com ferramentas exclusivas e para públicos distintos. O profissional de Publicidade e Propaganda é responsável pela divulgação de produtos, serviços, ideias e marcas; a Propaganda tem como objetivo convencer alguém sobre determinada ideia; já a Publicidade é a propaganda com objetivos claramente comerciais.

O jornalista transforma informação em notícia, difunde o conhecimento, organiza dados e os transcreve de uma forma que seu leitor compreenda o que deseja transmitir e possa refletir e interpretar as informações recebidas. E o profissional de Relações Públicas é responsável pelo relacionamento entre uma organização e seus públicos, seja interno ou externo; pelo planejamento e execução da comunicação para a organização. Mas não é simplesmente comunicar, é preciso saber comunicar, é entender quais os meios mais eficientes, quais objetivos se busca alcançar e mais, saber usar os meios adequados para colocar a organização em ligação com seus públicos e tirar proveito desta relação.

Para reforçar a ideia de que a habilitação em Relações Públicas pode ser a mais adequada para trabalhar a comunicação organizacional e seu público interno, Lattimore *et al.* (2012, p. 23) definem:

As relações públicas são uma função de liderança e gestão que ajuda a atingir os objetivos, definir a filosofia e facilitar a transformação da organização. Os profissionais das relações públicas se comunicam com todos os públicos internos e externos relevantes para desenvolver relações positivas e criar coerência entre as metas da organização e as expectativas da sociedade. Esses profissionais desenvolvem, executam e avaliam os programas da organização que promovem o intercâmbio de influências e o entendimento entre as partes e os públicos de uma organização.

Cesca (2000) considera as Relações Públicas como uma profissão que trabalha a comunicação, utilizando-se de todos os instrumentos para administrar a relação empresa-públicos, visando ao bom relacionamento entre eles.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo qualitativo foram utilizados dois métodos de pesquisa. A pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. Primeiramente ocorreu a pesquisa bibliográfica. Para Vergara (2016), as fontes podem ser livros, artigos, documentos monográficos, periódicos (jornais, revistas, etc.), textos disponíveis em sites confiáveis, entre outros locais que apresentam um conteúdo documentado. A pesquisa bibliográfica trouxe conceitos e aplicações sobre os temas: Comunicação Organizacional, Gestão de Pessoas, Endomarketing e Comunicação Social e suas habilitações. Estes são os principais assuntos abordados no artigo. Para Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Gil (2002, p. 45) ainda complementa:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Paralelo à pesquisa bibliográfica, foi realizado o estudo de caso, que tem por objetivo produzir conhecimento a respeito de um fenômeno ou situação. Segundo Gil (2002) o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. O estudo iniciou com o envio de questionário aos profissionais responsáveis pelos setores de Gestão de Pessoas de organizações que compõem a lista das 100 maiores empresas de Lajeado, em Valor Adicionado Fiscal, exercício 2017, ano em que teve início o projeto de pesquisa.

Lajeado está localizado na região do Vale do Taquari. É a maior cidade do Vale, com aproximadamente 100.000 habitantes. Está distante 117 km de Porto Alegre, capital do RS. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a composição econômica da cidade é constituída, principalmente, por prestação de serviços, comércio, construção civil e indústrias de transformação. O Comércio Varejista é responsável por mais de um quarto do VAF Bruto gerado, seguido pelos segmentos da Indústria de Transformação, Indústria de Beneficiamento, Serviços e Comércio Atacadista.

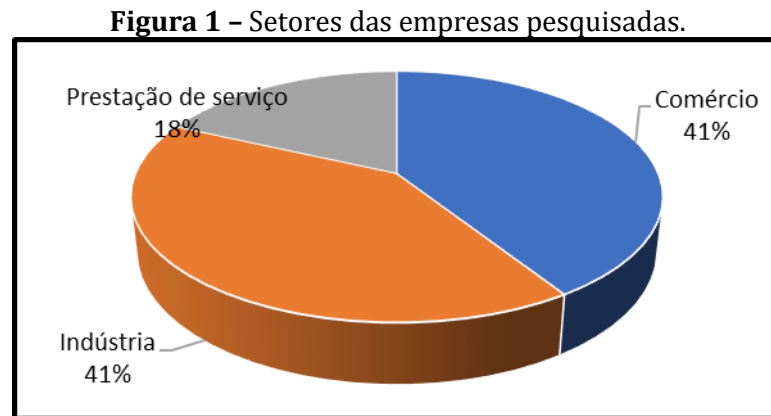
O estudo de caso, realizado através de questionário na ferramenta do *Google Forms*, conteve 17 perguntas abertas ou fechadas, com o objetivo de alcançar uma maior compreensão do problema de pesquisa. O questionário é uma técnica de investigação que contém questões apresentadas por escrito aos respondentes, cujo objetivo é levantar determinado conhecimento ao pesquisador (Vieira, 2009).

O envio dos questionários iniciou com a busca de contatos das empresas através das redes sociais e contatos telefônicos. Conseguiu-se alcançar 55 endereços de e-mail. Das demais empresas não se encontraram informações nas redes sociais e/ou não atenderam a ligação telefônica. Dando continuidade, realizou-se o envio do questionário, para os 55 e-mails cadastrados, aguardando-se o retorno até a data estipulada no questionário. Chegada a data corte, tinha-se apenas dez retornos. Realizou-se um reenvio aos 45 e-mails restantes, novamente com uma data limite. Após essa data estipulada, receberam-se mais seis retornos, totalizando 16 questionários recebidos para a análise do tema proposto. Após o retorno dos questionários, partiu-se para a compilação e análise dos dados, levando em consideração os fatores importantes para responder ao questionamento central da pesquisa.

ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

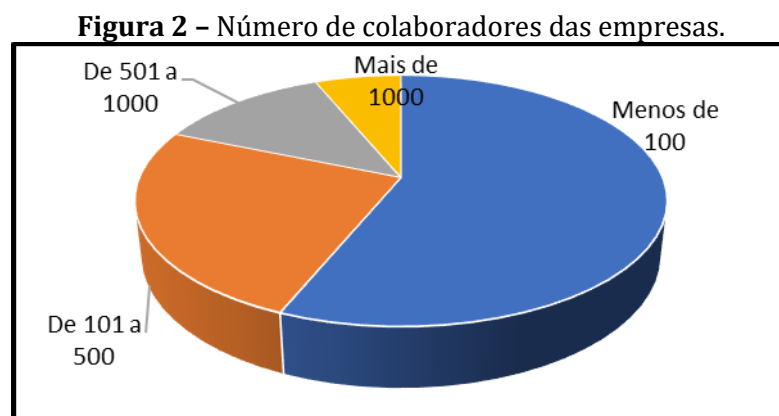
De posse dos questionários respondidos pelos profissionais responsáveis pelo RH das empresas e, com base no referencial teórico, buscou-se a resposta para o problema de pesquisa, ou seja, se as empresas de Lajeado possuem um setor de Gestão de Pessoas estruturado com um profissional de Comunicação Social para fazer o elo entre colaboradores e direção. E, as que não possuem, se elas têm conhecimento da importância do trabalho deste profissional junto ao setor de Gestão de Pessoas.

A primeira questão referia-se ao setor da empresa, na economia local. Constatou-se que sete empresas atuam no setor de comércio, sete no setor de indústria, e duas são prestadoras de serviços. A lista das 100 maiores empresas de Lajeado em VAF é composta por empresas desses setores da economia, conforme apresentado na Figura 1.



Fonte: Dos autores (2025).

Com relação ao porte das empresas, medido pelo número de colaboradores, nove das 16 empresas possuem menos de 100 colaboradores; quatro empresas possuem entre 101 e 500 colaboradores; duas empresas mantêm de 501 a 1000 colaboradores e apenas uma conta com mais de 1000 colaboradores em seu quadro. Esse cenário demonstra a força de empresas de pequeno porte que figuram entre as maiores em Valor Adicionado Fiscal no município de Lajeado. Esse cenário é ilustrado na Figura 2.

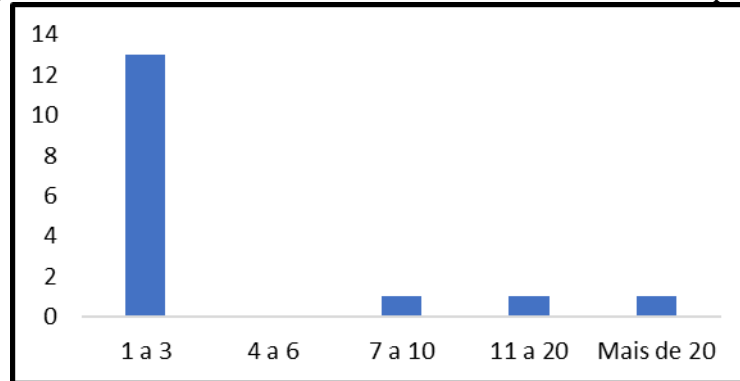


Fonte: Dos autores (2025).

Outra pergunta do questionário referiu-se ao quantitativo de colaboradores que fazem parte do setor de RH da empresa. Segundo as respostas, treze empresas possuem de um a três colaboradores; uma possui entre sete e 10 colaboradores, uma ficou entre 11

e 20 colaboradores e uma está entre as empresas que possuem mais de 20 colaboradores no setor de RH da organização, como se observa na Figura 3.

Figura 3 – Número de colaboradores no setor de RH das empresas.



Fonte: Dos autores (2025).

É possível traçar um paralelo entre o porte das empresas e o número de colaboradores nos setores de RH. Das 16 empresas que retornaram o questionário, 13 estão no grupo com até três pessoas no setor de RH, trabalhando em consonância com o número de empresas com menos de 100 colaboradores.

A pesquisa também buscou investigar a formação acadêmica dos profissionais atuantes nas áreas de RH das empresas. Os resultados demonstram que 100% desses colaboradores possuem Ensino Médio. Ainda sobre a formação dos profissionais, também se investigou quantos possuem algum curso de graduação. As respostas mostraram que 80% dos colaboradores dos setores de RH cursaram ou ainda cursam uma graduação. Esse resultado pode ser considerado positivo, pois mostra a qualificação dos profissionais responsáveis pelas demandas voltadas aos colaboradores das empresas.

E, complementando a pergunta anterior, foi questionado quais são os cursos frequentados pelos colaboradores. As três opções mais citadas foram: Gestão de Pessoas (47%), Administração de Empresas (36%) e Psicologia (15%). Buscando saber a especialização dos profissionais atuantes na área de RH das empresas, foi perguntado quantos desses colaboradores possuíam pós-graduação. Dos 16 retornos, 11 responderam que nenhum dos seus funcionários do setor de RH possui curso de pós-graduação. Nas outras cinco empresas, pelo menos um colaborador está cursando. E, dentre os cursos citados, estão: Gestão Estratégica de Pessoas (três colaboradores), seguido de uma ocorrência apenas para os cursos: Desenvolvimento Humano, Liderança,

Gestão Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Previdenciário, Gestão do Cooperativismo e Perícias Contábeis.

A próxima pergunta do questionário revelou quantas empresas contam com um profissional dedicado exclusivamente para fazer a comunicação interna da empresa. Apenas uma empresa possui este profissional. As demais, 15, não possuem. O perfil da empresa que conta com um profissional exclusivo na área da comunicação é destacado a seguir:

- Setor: indústria,
- Porte: menos de 100 colaboradores;
- Setor de RH: 1 e 3 colaboradores;
- Formação deste profissional: Recursos Humanos.

Buscando saber das empresas que não possuem um profissional exclusivo para cuidar da comunicação interna, foi questionado quem desempenha esse papel. E, 56% das respostas foi que um dos colaboradores do setor de RH faz a comunicação interna. Também foram citados colaboradores do setor de marketing, agência externa e diretoria. A partir do resultado dessa pergunta, percebe-se que, no organograma das empresas, não está contemplado um setor exclusivo para fazer a comunicação interna; logo, esse trabalho é visto como mais uma atividade do setor de RH, independente do profissional que o desenvolve.

Com essa realidade apresentada nos retornos dos questionários e, com base no referencial teórico, percebe-se que o setor de RH é parte fundamental das empresas, especialista em promover, cuidar e compreender os diferentes perfis de colaboradores, bem como conhecer a melhor forma de comunicar, engajar, motivar e inspirar as equipes, mesmo que não haja um setor ou equipe exclusiva para este fim.

O questionário também buscou levantar a formação profissional destes colaboradores que, dentre outras funções, realizam a comunicação interna da empresa. As áreas mais citadas nos questionários que retornaram foram: Administração e Técnico em RH com três ocorrências, seguidos de Marketing e Gestão de RH com duas ocorrências, além de dois profissionais com o Ensino Médio completo como formação. Com apenas uma ocorrência apareceu na pesquisa: Direito, Turismo, Gestão Financeira, Ciências Contábeis, Publicidade e Propaganda e Jornalismo.

É possível perceber que as empresas designam uma pessoa ou um setor para trabalhar o Endomarketing, mas este trabalho não é exclusivo. São tarefas que fazem parte

do dia a dia de um profissional que é responsável, também, por outras atividades da empresa, como por exemplo, a gestão financeira e as rotinas do departamento de pessoal.

Com o objetivo de entender o papel da comunicação interna dentro das organizações entrevistadas, pediu-se para os responsáveis pelo setor de RH listarem as atividades desenvolvidas pelo profissional que trabalha a comunicação da empresa. As atividades citadas foram descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Atividades do profissional que trabalha a comunicação da empresa.

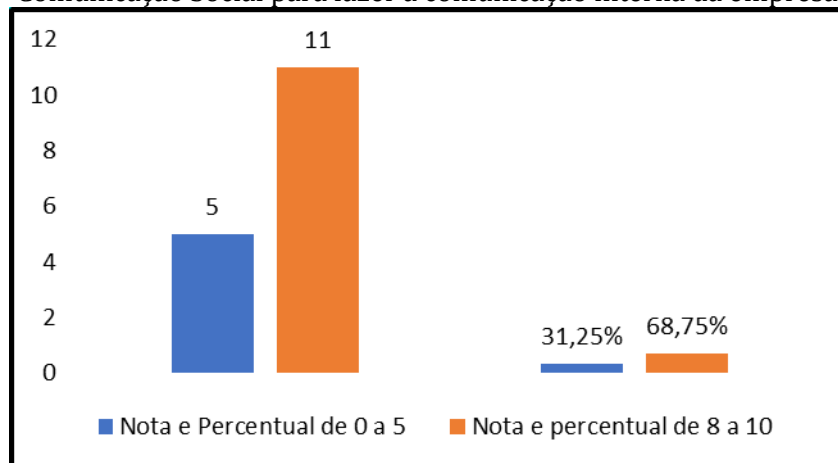
- Desenvolvimento de comunicados internos, criação de vídeos e imagens, atualização de murais, divulgação de notícias nos grupos de WhatsApp e administração de pagamentos de internet da empresa;
- Design de produtos, embalagens, produção textual para campanhas, atividades financeiras;
- Organização de eventos para colaboradores;
- Campanhas internas, elaboração de peças para campanhas de comunicação;
- Divulgação interna e externa, on e off-line;
- Edição de conteúdo audiovisual para treinamentos EaD, comunicação interna, arte e edição de materiais impressos e audiovisuais para comunicação interna, campanhas internas de Recursos Humanos; e
- Assessoria a direção, controle de processos internos, organização de reuniões de equipe, gerenciamento do planejamento estratégico, comunicação entre os públicos interno e externo da empresa e rotinas do departamento de pessoal.

Fonte: Dos autores (2025).

Com o relato dos responsáveis pelo setor de RH das empresas, é possível perceber que são atividades exclusivas da área da comunicação social, salvo duas exceções como assessoria à direção da empresa e rotinas do departamento de pessoal, que até podem ser considerados um viés de comunicação social. Dessa forma, Costa (2010) enaltece a importância de profissionais com formação na área para desenvolver, de forma plena, as atividades voltadas ao Endomarketing, pois a comunicação interna é determinante para o sucesso das organizações, fundamental para os resultados do negócio.

Em outra pergunta do questionário, solicita-se a atribuição de uma nota que demonstre como a empresa percebe a importância de ter na equipe um profissional formado em uma das áreas da Comunicação Social para realizar a comunicação interna da empresa. Ilustra-se o resultado através da Figura 4.

Figura 4 – Nota atribuída à importância em ter um profissional formado em uma das áreas da Comunicação Social para fazer a comunicação interna da empresa.



Fonte: Dos autores (2025).

Conforme se pode observar, cinco retornos foram com notas até 5, e 11 retornos foram com notas entre 8 a 10. Esse cenário demonstra que existe, em maior ou menor grau, a percepção da importância do profissional formado em uma das áreas da Comunicação Social. No entanto, por diferentes fatores, a comunicação é realizada por outro profissional com formação diferente das habilitações da Comunicação Social. Esse retorno também pode ser reflexo do nível de conhecimento do responsável pelo setor de RH com relação à Comunicação Social, suas áreas e suas atividades, ou seja, pode ser que os respondentes não tenham muita clareza quanto ao trabalho que é ou poderia ser desenvolvido por um profissional habilitado.

Dentre as três habilitações, os referenciais teóricos elegem a habilitação de Relações Públicas para exercer a função estratégica dentro das organizações, planejando e executando sua comunicação e ações de relacionamento com os mais diferentes públicos. Como define Cesca (2000, p. 122), “Relações Públicas é a profissão que trabalha a comunicação, utilizando-se de todos os instrumentos para administrar a relação empresa-públicos, visando a um bom relacionamento entre eles”.

Outra pergunta questionava se as empresas acreditavam que a comunicação interna seria papel de um profissional de comunicação social ou se outro profissional integrante do setor de RH teria condições de realizar esse trabalho, sem prejuízo à sua qualidade. Os retornos são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Profissional responsável pela comunicação interna nas empresas.

- Acreditamos que independente da formação da pessoa ela pode ser tão comunicativa quanto alguém formado nesta área específica, em alguns casos até mais, nossa avaliação se dá nas competências e comportamentos do colaborador deste setor;
- Acredito que um profissional seja muito importante para realizar este trabalho de comunicação interna de uma empresa em curto prazo, diferente de outro profissional apenas integrante do departamento de relações humanas que pode realizar este trabalho em longo prazo;
- Acredito que tenha que ser um profissional qualificado;
- Acredito que outros podem realizar essa atividade, assim como ocorre em nossa empresa, mas com certeza com alguém que tenha uma formação nessa área os pequenos problemas de comunicação seriam menos frequentes;
- Outro profissional pode fazer;
- Teria que ser avaliado currículo para analisar as atividades que já desempenhou;
- Acredito em um trabalho conjunto destes profissionais;
- Um profissional de RH desempenha muito bem essa função;
- A qualidade de um trabalho com conhecimento técnico, de um profissional que estudou para tal fim, é sem dúvida superior ao de quem não tem essa qualificação. Mas é possível desenvolver um bom trabalho na falta deste profissional, desde que haja um olhar da importância da comunicação para quem o for fazer;
- Importante um profissional do RH e com a formação facilita a criatividade e melhora o resultado;
- Penso que ambos devem estar em sintonia para que tudo possa acontecer;
- Independente da área que o profissional atue, seja MKT, RH ou área específica, o profissional precisa ter a competência necessária para desenvolver essa função;
- Hoje o nosso profissional é formado em Publicidade e Propaganda, trabalha dentro do setor de RH e tem sido exitosa a sua atuação, ele não atua exclusivamente na comunicação interna divide com a Plataforma de Ensino a Distância (recebe material dos departamentos e faz as edições). Faz dois anos que temos esse profissional dentro do RH e temos ainda muito a desenvolver.

Fonte: Dos autores (2025).

Através das respostas é possível perceber uma divisão de opiniões. Há os que acreditam na necessidade de profissionais formados na área da comunicação e os que acreditam que nada impede que um profissional de outra área desenvolva essas atividades.

Independentemente de quem faz a comunicação interna da empresa, a penúltima pergunta questionou: a que departamento ou área o profissional responsável pela comunicação interna está ligado no organograma da empresa? Em primeiro lugar ficou a área de Recursos Humanos, o segundo lugar mostra que o profissional está alocado junto à diretoria da empresa, e o terceiro local mais citado foi o setor de marketing. Este retorno, que apresenta o setor de RH como o local mais citado para acomodar o profissional de comunicação, vem ao encontro do foco principal do artigo, quando entendemos, através do referencial teórico, que o profissional deva estar alocado no setor de RH das empresas.

E, para finalizar a pesquisa junto às empresas, foi aberto espaço para observações e/ou comentários referentes à comunicação interna da sua organização. Os principais comentários são descritos no Quadro 3.

Quadro 3 – Comentários finais sobre a comunicação interna nas empresas.

- A direção da empresa é muito ativa e participativa, tem contato diretamente com cada colaborador, assim, tem um relacionamento mais estreito entre empregado e empregador, deixando de necessitar de um profissional exclusivo para a função de comunicação interna;
- Contratação de Consultoria para a construção da comunicação interna é um recurso utilizado pela empresa;
- Toda empresa deveria ter uma comunicação interna ativa, organizada e compreensiva;
- Comunicação deficiente devido a cultura da empresa;
- Percebemos que a maioria de falhas em todo processo é por falta de comunicação interna, penso que todos os departamentos deveriam receber algum tipo de treinamento com foco na comunicação;
- Tem muito para desenvolver ainda;
- Considero que em nossa empresa evoluímos muito neste tema nos últimos 6 meses. Saímos dos murais tradicionais para a TV corporativa, o que deu mais vida e agilidade a nossa comunicação. Também passamos a utilizar mais grupos de WhatsApp, como forma de comunicar especialmente todas as questões vinculadas aos cuidados do coronavírus, possibilitando que o conhecimento também fosse para dentro das casas de nossos colaboradores;
- É importante e funciona bem;
- A comunicação é um setor muito importante e que merece muita atenção para que não gere ruído e constrangimento;
- Os princípios que utilizamos aqui na empresa são: clareza, transparência, objetividade e atratividade;
- Estamos aprendendo sobre o tema e nos testando. Nosso colega também tem participado de formações específicas para o tema e sabemos que é uma área bem desafiadora porque estamos em 3 estados com poucas pessoas em cada cidade, o fator capilaridade desafia esse processo.... o grupo de RH é bastante maduro e auxilia no processo com ideias, com dicas, com aprovação de materiais. Ainda tenho dúvida se esse profissional deveria estar no departamento de Marketing ou no RH. Mas começar estando no RH foi a forma de começar.

Fonte: Dos autores (2025).

As últimas palavras dos representantes do setor de RH das empresas respondentes deste instrumento de estudo refletem muito a realidade vivida pelas empresas. Seus retornos demonstram que fazem a comunicação interna da empresa de forma empírica; algumas externando que o resultado está positivo, outras que há muito a melhorar, mas que acreditam estarem no caminho mais próximo do ideal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos resultados da pesquisa realizada com 16 empresas da lista das 100 maiores Empresas de Lajeado em VAF, acredita-se que os objetivos traçados para a

pesquisa foram alcançados. Foi possível identificar uma empresa que possui um profissional exclusivo para cuidar da comunicação interna da empresa; porém, esse colaborador não tem formação em comunicação social, e sim, em Recursos Humanos.

Também foi possível encontrar profissionais formados em Jornalismo e Publicidade e Propaganda desempenhando atividades de comunicação interna, mas em paralelo a outras atividades no setor de RH. Visualiza-se ainda que, com exceção de rotinas trabalhistas e assessoria à direção, as demais atividades desenvolvidas pelo responsável pela comunicação interna da empresa condizem com as atividades de um profissional com formação em Comunicação Social.

Identificou-se também que, com exceção de uma empresa que possui um profissional cuidando exclusivamente da comunicação, as demais contam com colaboradores trabalhando a comunicação interna e desempenhando outras funções em paralelo. As áreas de formação desses colaboradores são Administração, Gestão de Recursos Humanos, Ciências Contábeis, Jornalismo, Marketing, Publicidade e Propaganda.

Através da pesquisa também se verificou a visão dos responsáveis pelo setor de RH das empresas sobre o profissional de Comunicação Social. Em todas as empresas, o trabalho de Endomarketing vem sendo realizado da maneira que a organização entende ser suficiente, em que os erros são menores que os acertos.

Os aspectos levantados pelos entrevistados mostraram apenas uma empresa com um profissional exclusivo para cuidar da comunicação interna, embora sem a formação em Comunicação Social. Essa empresa deu um passo diferente das demais, destinando um colaborador para comandar as ações de Endomarketing para os colaboradores da empresa, mesmo não sendo da área. Acredita-se que os motivos elencados pelos entrevistados, justificando a não contratação de uma pessoa da área da comunicação para fazer o Endomarketing das empresas, são relevantes se comparados ao porte das empresas.

Espera-se que, de alguma forma, esta pesquisa possa despertar nas empresas o interesse em buscar maior conhecimento sobre a Comunicação Social e suas habilitações, entendendo que há no mercado profissionais especialistas para cuidar da comunicação interna das organizações, sem nenhum detrimento a quem está realizando este trabalho nas empresas, mas com o intuito de fortalecer ainda mais os laços de relacionamento entre a empresa e seus públicos, principalmente seu público interno.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. I. R.; TEIXEIRA, M. L. M.; MARTINELLI, D. P. Por que administrar estrategicamente recursos humanos? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 12-24, 1993.
- BEKIN, S. F. **Endomarketing**: como praticá-lo com sucesso. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.
- CESCA, C. G. G. **Estratégias empresariais diante do novo consumidor**: relações públicas e aspectos jurídicos. São Paulo: Summus, 2000.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- COSTA, D. **Endomarketing inteligente**: a empresa pensada de dentro para fora. Porto Alegre: Dublinense, 2010.
- DUTRA, J. S. **Gestão de Pessoas**: modelo, processos, tendências e perspectiva. São Paulo: Atlas, 2002.
- FIDELIS, G. J.; BANOVA, M. R. **Gestão de recursos humanos**: tradicional e estratégica. 2. ed. São Paulo: Érica, 2007.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.
- LATTIMORE, D.; BASKIN, O.; HEIMAN, S. T.; TOTH, E. L. **Relações Públicas**: profissão e prática. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.
- RAHME, L. H. **Comunicação, marketing e novas tecnologias** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2017.
- THAYER, L. O. **Comunicação**: fundamentos e sistemas na organização, na administração, nas relações interpessoais. Tradução de Esdras do Nascimento e Sônia Coutinho. São Paulo: Atlas, 1976.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- VIEIRA, S. **Como Elaborar Questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

Capítulo 3
MOVIMENTO CHARME: UMA DISCUSSÃO SOBRE
INTERSECCIONALIDADE, RESISTÊNCIAS E DIREITO À
CIDADE

Adriana de Souza Gomes
Mari Cristina de Freitas Fagundes
Marcus Vinicius Spolle





MOVIMENTO CHARME: UMA DISCUSSÃO SOBRE INTERSECCIONALIDADE, RESISTÊNCIAS E DIREITO À CIDADE

Adriana de Souza Gomes

*Técnica Administrativa em Educação – UFPel, Doutoranda em Sociologia – PPGS/ UFPel,
adrianasecretariado@gmail.com*

Mari Cristina de Freitas Fagundes

Docente do Magistério Superior – UFPel, Doutora em Sociologia, maricris.ff@hotmail.com

Marcus Vinicius Spolle

*Docente do Magistério Superior – UFPel, Doutor em Sociologia,
sociomarcus@yahoo.com.br*

RESUMO

Este trabalho se insere nas problematizações sobre a manifestação cultural da musicalidade negra, tendo como foco o movimento Charme, expressão da *black music*, na cidade de Pelotas/RS. A partir de uma pesquisa desenvolvida no mestrado e em continuidade no doutorado, a discussão que permeia esse texto diz respeito ao direito à cidade e o movimento Charme, a partir de alguns marcadores sociais da diferença, como raça, classe e território, os quais se interseccionam na e para a reivindicação da pertença e ocupação do espaço público. Nesse sentido, a pergunta disparadora questionou quais as estratégias de resistência desenvolvidas pelos frequentadores e organizadores do movimento em Pelotas na e para a ocupação do espaço público e fortalecimento das identidades negras neste território. Objetivou-se abordar as construções dessas identidades a partir de elementos presentes nas cenas da *black music* pelotense, destacando como os atores sociais experienciavam o direito à cidade na realização dos eventos envolvendo essa expressão da musicalidade negra. Metodologicamente, além do acompanhamento de festas organizadas no centro da cidade, realizou-se entrevistas semiestruturadas com participantes do evento Sexta Black, entre os anos de 2016 e 2018. A partir das análises, foi possível compreender como diferentes gerações percebem essa musicalidade negra, evidenciando a potencialidade da intersecção entre os marcadores referidos e seus



espaços de socialização como parte integrante da construção da identidade negra.

Palavras-chave: Movimento Charme, Interseccionalidade, *Black Music*, Resistência

ABSTRACT

This work is part of the debate on black music focusing on the Charme movement, an expression of black music, in the city of Pelotas, Rio Grande do Sul. Based on research developed in a master's degree and continued in a doctoral program, the discussion that permeates this text concerns the right to the city and the Charme movement, based on some social markers of difference, such as race, class, and territory, which intersect in and for the claim of belonging and occupation of public space. In this sense, the triggering question asked what strategies of resistance were developed by the movement's participants and organizers in Pelotas in and for the occupation of public space and the strengthening of black identities in this territory. The objective was to address the construction of these identities based on elements present in the black music scenes in Pelotas, highlighting how social actors experienced the right to the city in the realization of events involving this expression of black musicality. Methodologically, in addition to monitoring parties organized in the city center, semi-structured interviews were conducted with participants of the Sexta Black event between 2016 and 2018. Based on the analyses, it was possible to understand how different generations perceive this black musicality, highlighting the potential of the intersection between the aforementioned markers and their spaces of socialization as an integral part of the construction of black identity.

Keywords: Charme Movement, Intersectionality, Black Music, Resistance.

INTRODUÇÃO

O presente artigo insere-se nas discussões sobre musicalidade, cultura negra, identidade e direito à cidade, tendo como foco o Movimento Charme na cidade de Pelotas/RS. Considerando sua base de discussão, a pesquisa de mestrado sobre a musicalidade negra e aproximação com temas que buscam compreender a sociologia no mundo contemporâneo, o mesmo foi apresentado no 22º Congresso Brasileiro de Sociologia- USP- São Paulo, Brasil (2025). A partir de uma perspectiva interseccional, buscamos compreender como raça, classe, gênero e território se articulam na experiência urbana de sujeitos negros e negras que participam desse movimento cultural, especialmente nos eventos realizados no espaço público central da cidade, como o *happy hour* conhecido como *Sexta Black*, que ocorreu no Mercado Público entre os anos de 2016

e 2018.

A pesquisa que fundamenta este texto foi iniciada no mestrado e segue em desenvolvimento no doutorado, com base em metodologias qualitativas que envolvem observação participante e entrevistas semiestruturadas com frequentadores, organizadores e representantes do poder público municipal. O campo empírico está centrado nas festas de Charme, que reúnem corpos, sons, estilos e sociabilidades atravessadas por memórias, afetos e disputas políticas. Mais do que eventos de entretenimento, essas festas se configuram como espaços de produção de identidades negras e de reivindicação do direito à cidade o que, no contexto urbano de Pelotas, é frequentemente tensionado por práticas, de exclusão racial e processos de “higienização” e gentrificação dos espaços públicos centrais.

A pesquisa parte de vivências em torno da musicalidade negra, as quais remetem a história de vida familiar da pesquisadora. As memórias da *black music* não apenas chegaram até ela, mas, sim, ela chegou na *black music* assim que nasceu. O termo *black music* faz referência a gêneros musicais produzidos nos Estados Unidos da América (EUA), representado por cantores negros a partir da década de 70 até os dias atuais, entre eles o *funk*, *rhythm and blues (R&B)*, o *hip hop* e a *soul music*, os quais transitam entre diferentes gerações (Martins, 2004).

A partir da questão disparadora, este trabalho procura discutir quais as estratégias de resistência desenvolvidas pelos frequentadores e organizadores do Movimento Charme na e para a ocupação do espaço público e fortalecimento das identidades negras neste território? Especificamente, buscamos compreender como se dá a construção dessas identidades? Identificar quais elementos presentes nas cenas da *black music* pelotense que afirmam a identidade negra? Analisar em que medida ao ocupar o centro da cidade, o Movimento Charme, questiona as fronteiras simbólicas e materiais impostas pelo racismo e desafia as hierarquias raciais que moldam o uso do espaço público?

Em nossa lente, a musicalidade negra é compreendida como uma linguagem política de resistência, de fortalecimento comunitário e de afirmação identitária.

Visando aprofundar as discussões sobre o tema mobilizamos teoricamente o conceito de interseccionalidade, especialmente a partir dos aportes de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), para compreender as dinâmicas de opressão e privilégio que estruturam as formas de acesso, permanência e pertencimento aos espaços urbanos. Metodologicamente, a pesquisa é de caráter qualitativo, tendo como técnicas de coleta de

dados a entrevista semiestruturada e a observação participante.

Este artigo está organizado em três partes. Na primeira, apresentamos os principais aportes teóricos mobilizados para articular os conceitos de interseccionalidade, musicalidade negra e direito à cidade. Na segunda parte, analisamos a experiência do Movimento Charme em Pelotas, com ênfase na construção identitária e nos elementos simbólicos que estruturam as práticas culturais dos/as participantes. Por fim, na terceira parte, discutimos os conflitos e resistências em torno da ocupação do Mercado Público, evidenciando como a presença negra nesses espaços se torna alvo de disputas que revelam continuidades entre a história da exclusão racial e as políticas urbanas contemporâneas. É para essa discussão que convidamos a leitora e o leitor a prosseguir.

INTERSECCIONALIDADES, CULTURA, MUSICALIDADE NEGRA E DIREITO À CIDADE

O conceito de interseccionalidade tem se consolidado como ferramenta teórico-metodológica fundamental para a análise das diferentes fronteiras de opressão que atravessam a sociedade contemporânea. Longe de se limitar a um repertório analítico, trata-se de uma perspectiva política e epistêmica que emerge das lutas das mulheres negras e de outras populações subalternizadas contra sistemas de dominação. Como afirmam Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), a interseccionalidade busca compreender como diferentes eixos de opressão — como por exemplo raça, gênero, classe e território — se articulam de forma simultânea na produção das hierarquias sociais, ressignificando constantemente as próprias categorias que as estruturam.

Nas palavras das autoras:

[...] as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins e Bilge, 2021, p. 15 – 16).

Em diálogo com esse referencial, propomos compreender a musicalidade negra e os espaços culturais onde ela se expressa como campos privilegiados para observar as

interseções entre raça, identidades, desigualdades sociais e resistências. No caso do Movimento Charme em Pelotas, as festas e encontros que ocorriam¹ no centro da cidade se tornam espaços de disputa por reconhecimento, visibilidade e pertencimento. São também arenas políticas nas quais sujeitos negros e negras articulam, por meio da música, da dança, do corpo e da estética, estratégias de afirmação diante das exclusões históricas que marcam sua experiência urbana.

A musicalidade negra, em sua dimensão afro-diaspórica, carrega consigo uma longa tradição de resistência à colonialidade e ao racismo. Paul Gilroy (2001), destaca como a música tem sido uma linguagem de comunicação transnacional entre os povos negros nas diásporas, uma forma de preservar memórias, articular subjetividades e reivindicar o direito de existir. No Brasil, como destaca Martha Abreu (2015), desde o período escravocrata as canções, danças e batuques das populações negras foram não apenas formas de expressão cultural, mas também práticas políticas, capazes de produzir sentidos compartilhados, desafiar o controle social e afirmar identidades coletivas.

A presença do chamado “som do cativo” (Abreu, 2015) nos espaços públicos remete, assim, à história de resistência do povo negro. Mesmo diante de políticas de controle e repressão, a arte sempre se apresentou como possibilidade de criação de brechas, espaços de liberdade e construção de alternativas à ordem vigente. A cultura negra, nesse sentido, ultrapassa a dimensão do entretenimento, pois se apresenta como uma prática de resistência.

Nesse sentido, sinaliza Luiza Bairros (1996), ao destacar que o engajamento político do movimento negro no Brasil, especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980, passou a incorporar elementos culturais e estéticos como parte da luta antirracista. Nesse processo, o movimento Black Soul, o Hip Hop e o Charme se tornaram expressões de uma juventude negra que reivindicava espaço, visibilidade e reconhecimento em uma sociedade marcada pelo racismo.

No contexto urbano, essas práticas se tornam ainda mais relevantes quando articuladas ao debate sobre o direito à cidade (Pereira, 2019). Compreendemos o direito à cidade não apenas como acesso a infraestrutura e serviços, mas como a possibilidade concreta de produzir, habitar e ressignificar os espaços urbanos a partir das vivências dos sujeitos que os compõem. No caso de Pelotas, a ocupação do Mercado Público por frequentadores e organizadores do Movimento Charme evidenciou como esse direito foi rapidamente e seletivamente negado à população negra, especialmente quando sua

presença rompe com os códigos de normatividade racial e estética dominantes no centro da cidade.

Aliás, Gabriela Pereira (2019) já nos aponta a existência de formas de gerir as cidades que se relacionam com a perspectiva empresarial, assemelhando-se às ideias higienistas que vigoraram explicitamente na década de 1960 e que atualmente performam outras formas de se apresentar. Em suas palavras

Acredita-se que existe uma forma de operar a cidade que reproduz, sob a guarda de uma cidade-empresa, movimentos que nem mesmo chegam a assemelhar-se às abordagens dos médicos-higienistas, mais refinados em suas construções e justificativas pautadas nas teorias da degeneração racial, ao propor ações diferenciadas no território. No entanto, é usual que tanto as intervenções contemporâneas quanto as da década de 1960 e mesmo antes têm em comum o fato de incidirem de forma arrasadora em territórios majoritariamente negros. Tais intervenções, quase sempre, contam com o envolvimento da imprensa, que articula discursos do poder público e do mercado (nem sempre distintos) para proliferar argumentos que contribuem para ações que usurpam o direito à cidade (Pereira, 2019, p. 289).

É nesse ponto que o conceito de interseccionalidade se mostra fundamental. Não se trata apenas de identificar a presença do racismo, do sexismo ou da exclusão territorial de modo isolado, mas de compreender como essas estruturas operam conjuntamente na produção de subjetividades, nas possibilidades de circulação e nas formas de resistência. Como alerta Gayatri Spivak (2010), o sujeito subalternizado raramente tem acesso à palavra pública, não porque não fale, mas porque frequentemente não é ouvido. No caso analisado, os sujeitos negros que reivindicam o espaço público por meio da música, da dança e da estética charmeira enfrentam um duplo desafio: o de afirmar sua existência e o de resistir à invisibilização e criminalização de seus modos de estar na cidade.

Nesse sentido, ao articular interseccionalidade, musicalidade negra e direito à cidade, este trabalho busca contribuir com os debates que pensam os espaços urbanos como territórios em disputa, marcados por assimetrias históricas de poder e por práticas cotidianas de resistência (Foucault, 2007). O Movimento Charme, ao ocupar o centro de Pelotas, desafia as fronteiras raciais e territoriais impostas pelo projeto de cidade branca, elitizada e excludente. Sua existência nos convida a refletir sobre quem tem o direito de ocupar, celebrar e existir nos espaços públicos e quais corpos seguem sendo silenciados ou expulsos no processo.

O MOVIMENTO CHARME EM PELOTAS: CULTURA, CORPO E IDENTIDADE NEGRA

A presença do Movimento Charme no centro da cidade de Pelotas revela não apenas uma manifestação cultural, mas uma prática social carregada de significados identitários e políticos. As festas de charme com seus ritmos, danças, estéticas e memórias, articulam sociabilidades negras intergeracionais que resgatam histórias, fortalecem vínculos comunitários e desafiam as imposições simbólicas e materiais que atravessam os corpos negros e seu direito ao espaço urbano.

Diferentes gerações dos interlocutores evidenciaram ser atraídos inicialmente pelo estilo musical *black music*, e a *Sexta Black* possibilitou aos mesmos se conectarem por meio de afetos, referências familiares e um desejo de colocar o corpo em movimento. Portanto, é possível perceber a influência do caráter geracional que os encontros apresentam, para alguns, a música propagada vai remeter a um tempo que precedente – tempos de juventude –, já para os mais jovens, há a identificação com a música que alguém da família (mãe, pai, primo ou irmão mais velho) apresentou, além disso, a juventude é também atraída pela vontade de colocar o corpo para dançar o passinho no embalo de melodias mais antigas e atuais, aproximando diferentes gerações de pessoas negras, as quais se aproximam, pelo conjunto cultural de práticas envolvendo a música e os espaços de dança, reforçando a cultura negra na cidade.

A construção estética da identidade negra também é um elemento central dessas festas. O vestir-se para a “charmeira” expressa escolhas que não seguem a estética de massa, mas dialogam com referências de negritude e ancestralidade. Considera-se que o vestir para os frequentadores do Charme se assemelha às reflexões de Oliveira (2018) que ressalta a relação do indivíduo com a moda e costumização cultura, isto é, quando os sujeitos passam a elaborar sua indumentária como uma forma deliberada de diferenciar de outros jovens, formando a juventude *black*.

Na imagem abaixo, é possível observar como os jovens demonstram a partir das suas vestimentas e de seu estilo, o orgulho de representar a negritude nesses espaços. Também se percebe que na elaboração das identidades, os interlocutores destacam os cabelos como ponto alto de seu estilo, descritos como o espetáculo da cena, em razão da diversidade de formas de uso, os quais compreendem cortes de cabelos com detalhes feito à máquina, cabelos *black power*, cabelos coloridos, cabelos crespos soltos, cabelos presos para cima em formato abacaxi, tranças, *dreads*, enfim, infinitas possibilidades de uso. No

conjunto dessa obra estética, isso fortalece e permite ao corpo negro existir a partir da expressão das diferentes formas de produzir cultura.

Figura 01- Aquecimento para o happy hour Sexta Black, em janeiro de 2018



Fonte:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1547274825349203&set=pcb.1791459910866062>

Além da música e da dança, a *Sexta Black* tornou-se espaço de encontros, diálogos e (re)construção de pertencimentos. Reunir-se em um espaço público central da cidade, majoritariamente composto por pessoas negras, embaladas por uma trilha sonora afro-diaspórica que produz uma atmosfera carregada de sentidos afetivos e proximidades, pois a permanência em locais repletos de significados que correspondiam a determinada forma de organização de vida, onde as pessoas eram majoritariamente negras, embalando seus corpos ao som da *black music*, reportava a vida familiar, afluía lembranças da infância, como por exemplo a vivência da família nos clubes sociais negros da cidade.

Essas memórias, associadas às práticas musicais, produzem um modo específico de vivenciar a cidade. Os relatos das pessoas entrevistadas apontam para essa consciência da potência coletiva do movimento. Como afirma Manoel Jorge Corrêa Gouvêa, conhecido como Nenê Konfirmado:

Eu estava na hora certa, no lugar certo. Eu sou um cara abençoado né? Eu estava curtindo só Tim Maia numa banca. E tô sentado ali na banca 42, tá o Cresmar e mais duas gurias dali. O Cresmar chega pra mim e fala: "pô Nenê só falta um charme aqui, tem rock, MPB". "Verdade", as gurias gostaram e perguntaram quem é que faz essas festas? O Cresmar respondeu: "Tá aqui o cara" [...] Nene Konfirmado – organizador do projeto sexta-black (entrevista realizada em 21/02/2022).

Por outro lado, à medida em que o reconhecimento do movimento ocorria, as

reações racistas presentes na Princesa do Sul³, cidade de passado escravista relacionado a economia do charque, também passaram a emergir. Antônio Carlos Crespo Garcia, o DuCharm DJ, organizador do *Charme na Rua*, compartilha sua percepção sobre o crescimento do movimento e os conflitos que emergiram:

Eu fiz parte do início. Para ser sincero, eu não imaginava que aquilo se tornaria o que se tornou. Começou em uma daquelas bancas com 6 ou 8 pessoas, escutando charme. Eu não esperava que fosse chegar à proporção que chegou, mas eu já estava preparado para o que fosse acontecer depois. Pois estavam dizendo que estava crescendo muito e rápido e a gente tinha que ter um cuidado maior com aquilo. [...] Eu não sei te dizer se ali era o melhor lugar, mas todo mundo fazia festa ali, o samba fazia. Mas por que a Sexta Black não podia tocar ali? Acho que a gente incomodava eles, muito negro junto. Fizeram de tudo pra acabar com isso e conseguiram, infelizmente (Entrevista realizada em 01/03/2022).

Este depoimento nos remete a estabelecer uma relação com a experiência vivida na condição de frequentadora do Movimento Charme. Estas vivências da autora identificaram inúmeros momentos de embate e movimentos contrários à permanência da Sexta Black no Mercado Público de Pelotas, sob enxurradas de alegações racistas, inclusive por parte de permissionários, os quais são locatários de espaços comerciais no Mercado Público. Foi em 2018 que, estrategicamente, todas as formas de manifestações culturais e artísticas passaram a ser impedidas de continuar no interior do Mercado Público Municipal e o happy hour dos charmeiros foi o primeiro a deixar o espaço.

O incômodo gerado pela presença negra e pelo sucesso do evento se manifestou não apenas em olhares e comentários, mas também em ações concretas por parte de alguns permissionários do Mercado Público (Garcia, 2018). Enquanto eventos como o samba ou a MPB eram recebidos com portas abertas e mesas expostas ao público, a *Sexta Black* era recebida com que chamamos de enfrentamento social, com fechamento de portas dos estabelecimentos, empilhamento de engradados e tentativas explícitas de isolamento dos locais aos frequentadores da *Sexta Black*. Apesar das ações de enfrentamento social os frequentadores resistem, continuam ocupando os espaços, apontando a resistência ao considerá-los um direito, o que se confirma em Foucault, 2007 ao descrever que são nas práticas cotidianas que as assimetrias se apresentam e consolidam resistências, que na condição negra é histórica.

³ O nome "Princesa do Sul" se deve ao desenvolvimento econômico de Pelotas no século XIX, impulsionado pela indústria do charque e pela presença da nobreza na época.

Nessa perspectiva ao longo da pesquisa, foi possível identificar que Movimento Charme gerou a circulação expressiva de corpos negros em um espaço socialmente valorizado, o que desencadeou tensões raciais historicamente presentes na configuração da cidade de Pelotas. Nessa perspectiva, cabe destacar que a musicalidade negra afro-diaspórica reafirma-se como um instrumento de resistência cultural, como já discutido por Paul Gilroy (2001) e Martha Abreu (2015).

A história dos gêneros musicais negros e sua performance em espaços urbanos têm sido formas de transgressão e afirmação desde os tempos coloniais. O conceito de “som do cativeiro” (Abreu, 2015) nos permite identificar esse processo, ao demonstrar como a música e a dança funcionaram como formas de comunicação, de construção de identidade e de enfrentamento ao controle social.

As entrevistas também revelam o papel crucial das mulheres na estruturação do movimento. Entretanto, cabe destacar que na pesquisa de mestrado, não foi possível entrevistar muitas mulheres, visto que algumas justificaram a impossibilidade de participação em razão das jornadas de trabalho, estudo e família. Por outro lado, por dentro do projeto Charme na Rua, elas participam da organização, da venda de bebidas e lanches, algumas também atuam como Dj's, assim como possuem outras responsabilidades dentro da estrutura organizativa, como relata Taty:

[...] Formei uma equipe de mulheres, as gurias já se envolviam, então elas acabaram agregando e somando. Elas são casadas com integrantes. (...) A motivação para integrarmos a equipe que só tinha homens aconteceu quando o movimento aqui estava lutando para se restabelecer e, em razão da forte conexão com POA, eu conheci as gurias de lá, a TeKa que não está mais entre nós. A DJ Teka morreu aos 52 anos em razão do COVID-19, ela levantava o movimento (lamenta). Teve um dia, em uma conversa de grupo de WhatsApp que fomos desafiadas a irmos para as pick-ups tocar e aí ela montou o projeto "Divas do Charme", que só tem mulheres como Djs (entrevista realizada em 20/05/2022).

Aqui, o conceito de interseccionalidade permite compreender como as mulheres negras enfrentam formas específicas de exclusão, muitas vezes invisibilizadas, mesmo dentro de espaços culturais negros (Gonzalez, 2019). O relato de Taty ilustra como as jornadas de trabalho, as responsabilidades familiares e a sub-representação nas decisões do movimento atravessam suas experiências, revelando como diferentes marcadores sociais operam simultaneamente para produzir desigualdades no acesso ao poder, mesmo em contextos comunitários. Nesse sentido, diferentemente do esteriótipo assumido pela figura da mulata no carnaval, que é sexualizada e tratada como objeto de

desejo. As mulheres dentro da cultura charme se apresentam de forma coletiva dentro de uma perspectiva de lazer, a partir do passinho e outras formas de dança.

Por meio dessas práticas e narrativas, evidencia-se que o Movimento Charme em Pelotas não é apenas uma reprodução estética da *black music* norte-americana. Ele representa um espaço de recriação coletiva, marcado por disputas territoriais, fortalecimento de vínculos e reelaboração da identidade negra no sul do Brasil. Trata-se de uma experiência que transforma a cidade, mesmo que de forma intermitente, deslocando seus sentidos, questionando hierarquias e produzindo outras centralidades possíveis.

DISPUTAS PELO ESPAÇO PÚBLICO: RESISTÊNCIA, CONFLITO E EXCLUSÃO NO MERCADO PÚBLICO

A realização da *Sexta Black* no Mercado Público de Pelotas, entre 2016 e 2018, marcou um momento singular de ocupação do centro da cidade por expressões da musicalidade negra afro-diaspórica. A inclusão temporária do evento na agenda cultural oficial do município coincidiu com a revitalização do espaço e a tentativa, por parte do poder público, de ressignificar sua função social. Entretanto, o crescimento do movimento, aliado à expressiva presença de corpos negros em um local historicamente elitizado, acabou por deflagrar tensões latentes no tecido urbano.

A princípio, a autorização da atividade foi vista como um reconhecimento da contribuição da cultura negra para a cidade, pois parecia indicar que o poder público estava reconhecendo as contribuições do povo negro na sociedade pelotense, valorizando e identificando a cultura Charme enquanto forma de manifestação cultural da e na cidade, inclusive oportunizando a essa forma de cultura negra local o direito de ocupar um espaço público de prestígio social.

Contudo, esse reconhecimento revelou-se frágil. O Charme havia entrado na programação cultural “por casualidade” e logo não encontrou mais apoio do poder público (Gomes, 2022). A circulação de um grande número de pessoas negras no espaço central foi percebida como incômoda por alguns comerciantes locais, gerando conflitos que culminaram na retirada do evento. Como já citado, DuCharm DJ assevera “Acho que a gente incomodava eles, muito negro junto. Fizeram de tudo pra acabar com isso e conseguiram, infelizmente” (Entrevista realizada em 01/03/2022).

Como aponta Garcia (2018), os permissionários do Mercado tratavam diferentemente os eventos conforme o público: durante a *Sexta Black*, portas eram fechadas, engradados empilhados e mesas recolhidas, em contraste com a acolhida aberta em dias de samba ou MPB. Essas atitudes escancaram o racismo operando na vida urbana, reatualizando fronteiras de acesso a partir da racialização dos corpos.

Esse impedimento aproxima-se do termo “higienização dos espaços públicos”, definido por Xavier (2016) ao contextualizar a revitalização do Mercado Público de Pelotas, em que o conceito aponta uma classificação racial e social no acesso aos arredores do Mercado, excluindo o que foi denominado como “classes perigosas”. Cabe destacar que a história do Mercado Central de Pelotas, surge em 1846 a partir da autorização da compra do terreno próximo à Praça da Regeneração (hoje Praça Coronel Pedro Osório). O terreno na zona central da cidade abrigava apenas o comércio ambulante de quitandeiras, apresentando-se como um espaço de visibilidade da pobreza da cidade, da classe operária marginalizada e não da nobreza desejada pelos senhores de terras e charqueadores. A imagem a seguir apresenta parte desse cenário.

Figura 02 – Mercado Público de Pelotas, pátio interno, em dia de comércio, sem data.



Fonte: GOMES, SCHERER, OLIVEIRA (2021, p. 13)

Após a sua construção do Mercado Público, o Código de Posturas do Município da Cidade de Pelotas foi publicado, sendo este o 1º Regulamento da Praça do Mercado da Cidade de Pelotas, compilado em 1850 e editado em 1865 na Typographia do Commercio.

Em seu livro, Santos (2014) faz referência aos artigos considerados impactantes nesse código de postura. Dentre os citados, os artigos 15 e 17 dialogam com a discussão engendrada neste texto. O artigo 15 versa sobre a proibição de circulação e acesso à praça do Mercado Central por pretos de ganho (negros contratados ou alugados

por dia ou tarefa, geralmente escravizados) e os escravizados que forem ali mandados por seus senhores às compras, não deverão demorar além do tempo necessário para efetuá-las, caso contrário, o fiscal os mandará dispersar.

O artigo 17, por sua vez, trata da privação dos encontros coletivos, ou como chamados na época, ajuntamentos. Assim, ficam absolutamente proibidos todos e quaisquer ajuntamentos, incluindo tocatas, danças, jogos, considerados ofensivos à moral pública (Santos, 2014). O contexto histórico especificamente da praça do Mercado Central descritos nos supracitados artigos 15 e 17, apontam o cerceamento ao direito à cidade naquela época, quando envolvidos os negros pelotenses. Essa condição de outridade imposta aos negros, estabelecia que se obedecesse às determinações do campo político, sem o direito de se opor, já uma vez que não aceitar as regras do jogo levaria a castigos ou até à morte.

As regras evidenciavam a postura do grupo dominante, neste caso o poder público, de utilizar do seu capital político de ditar as regras e de forma autoritária e hegemônica instituir uma violência simbólica e física contra os negros, julgada legítima dentro do seu campo de poder e apoiada pela elite pelotense, escravocrata e alguns charqueadores (Molet, 2011). Apesar da opressão e da violência relatada, as quais os negros eram submetidos, isso não significa ausência de resistência por parte dos mesmos, sendo que, estas se deram por meio de revoltas contra a ordem pública, como por exemplo a busca pela manutenção do direito de ocupar espaços públicos para vender quitutes e também pelo “sons do cativeiro”, como abordamos nessa escrita.

Ao olharmos para a cena atual, mesmo diante dos avanços legais e de direitos básicos reconhecidos institucionalmente, percebe-se as manobras do poder público ao seguir impedindo a ocupação do espaço público, nesse caso, o Mercado Central, e o exercício efetivo do direito à cidade, quando miramos expressões musicais afro-diaspóricas.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que há essa exclusão, também há resistência, como pontuado anteriormente. Os participantes do Movimento Charme mobilizaram estratégias de resistência. Houve reuniões com o poder público, manifestações e tentativas de negociar a continuidade das atividades. Ainda que algumas manifestações culturais tenham retornado ao local de forma esporádica, a *Sexta Black* foi definitivamente impedida.

Essas ações remetem ao que Rossi (2017) denomina “militância festiva”, isto é,

formas de engajamento político que ocorrem por meio de práticas culturais, festivas e coletivas, voltadas à ocupação dos espaços urbanos e à afirmação de modos de vida historicamente marginalizados. A continuidade do movimento em outros formatos, inclusive durante a pandemia da Covid-19, evidencia a força dessa resistência, que se reinventa a partir das brechas possíveis.

As festas nas residências, as reuniões entre amigos e as redes de charmeiros são formas de resiliência coletiva e reterritorialização. A cultura negra, nesse contexto, não é apenas conteúdo artístico: ela é forma de sustentar pertencimentos, de resistir à exclusão e de marcar presença. Identificou-se que os atores consolidaram novas estratégias, (re)construíram formas de sobreviver frente às dificuldades impostas, principalmente, forçando a manutenção ao direito à cidade enquanto espaço público negro em Pelotas.

Ao longo da história do Mercado, a presença negra foi sistematicamente desautorizada, mas nunca deixou de ser afirmada por meio da arte, da venda de alimentos, dos batuques e das festas. Como mostram os registros históricos sobre as quitandeiras e os batuques realizados no entorno do Mercado, mesmo diante da repressão, mulheres negras resistiam ocupando o espaço com seus corpos, suas mercadorias e seus rituais (Gomes, 2022). Essa memória é retomada pelo Movimento Charme como parte de uma longa linhagem de resistência cultural.

Assim, o que está em jogo nas disputas em torno do Charme é mais do que a realização de um evento: é o reconhecimento da legitimidade da presença negra no centro da cidade. O Mercado, como território simbólico e material, condensa as contradições da urbanização racista brasileira: enquanto projeto de modernidade e branquitude, ele reitera exclusões históricas; mas enquanto espaço disputado, também revela a potência da arte negra como forma de insurgência e produção de cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da questão disparadora: quais as estratégias de resistência desenvolvidas pelos frequentadores e organizadores do Movimento Charme na e para a ocupação do espaço público e fortalecimento das identidades negras neste território? Este artigo, buscou refletir, a partir da memória de seus interlocutores, sobre o Movimento Charme na cidade de Pelotas/RS como expressão da musicalidade negra afro-diaspórica e como prática de resistência que articula dimensões estéticas, afetivas, políticas e territoriais. A

partir da pergunta disparadora, analisamos como sujeitos negros e negras mobilizam a cultura para disputar sentidos de pertencimento e visibilidade em uma cidade marcada por desigualdades raciais e espaciais.

Com base em uma perspectiva interseccional, compreendemos que a experiência urbana desses sujeitos não pode ser analisada de forma isolada, apenas a partir de sua condição racial ou territorial. A presença negra no centro da cidade, no contexto do Movimento Charme, evidencia como raça, classe, gênero e território operam conjuntamente na produção de exclusões e resistências. Como propõem Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), a interseccionalidade permite compreender como diferentes marcadores sociais estruturam tanto as formas de opressão quanto às possibilidades de resistência, o que se torna evidente nas práticas de organização coletiva, nos códigos estéticos e nas disputas pelo espaço público protagonizadas pelo movimento.

A análise revelou que o evento realizado no Mercado Público gerou incômodos entre comerciantes e setores do poder público não apenas por seu conteúdo musical, mas pelo público que atraiu: majoritariamente negro e periférico.

O processo de exclusão do Charme desse espaço não pode ser lido como caso isolado, mas como atualização de uma lógica histórica de racialização dos espaços urbanos, como demonstram os registros do século XIX sobre a repressão aos ajuntamentos negros no mesmo local. A retomada dessa memória, junto com os relatos das pessoas entrevistadas, permite compreender a cidade como território em disputa, onde os corpos negros, quando visíveis, seguem sendo silenciados.

As estratégias de resistência empreendidas pelos charmeiros, como a reorganização dos eventos em outros espaços, a criação de redes de apoio e o fortalecimento de práticas comunitárias, demonstram a potência política da musicalidade negra como linguagem e ação. As festas não apenas expressam uma estética negra, mas constroem formas de coletividade e elaboram memórias comuns que fortalecem identidades e vínculos. São também formas de reivindicar o direito à cidade, entendido aqui como direito à permanência, à expressão, ao afeto e ao reconhecimento nos espaços que compõem o cotidiano urbano.

O Movimento Charme em Pelotas é, portanto, muito mais do que uma cena musical. É um gesto político de afirmação da vida negra em um território historicamente marcado pela exclusão. A partir dele, torna-se possível compreender como a cultura, a arte e o corpo são usados como ferramentas para reivindicar direitos, elaborar narrativas

próprias e criar novos mapas de pertencimento a partir da musicalidade negra. Trata-se de uma experiência que interpela os projetos urbanos excludentes, tensiona as políticas culturais institucionalizadas e aponta caminhos possíveis para a construção de uma cidade mais justa, plural e com caminhos para a luta antirracista.

Referências

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

GARCIA, Tanize. Mercado Público de Pelotas no País das Maravilhas: uma etnografia sobre a pluralidade narrativa de um patrimônio em disputa. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia) UFPel, 2018

GARCIA, Tanize e BEZERRA, Daniele. Uso do desenho como ferramenta de percepção e transmissão: Construção social do Mercado Público de Pelotas (RS). Equatorial, **Dossiê Antropologia e imagem: produções visuais na cidade**, n. 13, v. 7, jul.-dez, UFRN, 2020.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. São Paulo: editora 34, 2001.

GOMES, Adriana de Souza. Identidade e Resistência na Cultura Negra através dos tempos: O Movimento Charme (Black Music) em Pelotas. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) UFPel, 2022.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos. O Charme: Território Urbano Popular de Elaboração de Identidades Juvenis. **Dissertação** (Mestrado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.

MOLET, Claudia Daiane Garcia. Entre o trabalho e a correção: escravas e forras na cadeia de Rio Grande/RS (1864-1875). Pelotas: **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

ROSSI, Nalu Tiburi. ARRUAÇAS: narrativas sobre a festa no espaço público urbano da cidade de PORTO ALEGRE. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, Porto Alegre, 2017.

PEREIRA, Gabriela Leandro. Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus. 2021. 306 f. **Tese** (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2022/10/tese_premio_ANPUR_Pereira_306_p_digital.pdf. Acesso em: 1 jul. 2025.

XAVIER, Ana Estela Vaz. A revitalização do Mercado Central de Pelotas e sua resignificação social. Rio Grande do Sul: **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) UFPel, 2017.



Capítulo 4
PROJETOS DE VIDA E PERSPECTIVAS DE FUTURO DE
JOVENS DO ÚLTIMO ANO DO ENSINO MÉDIO
Roque Luiz Sibioni





PROJETOS DE VIDA E PERSPECTIVAS DE FUTURO DE JOVENS DO ÚLTIMO ANO DO ENSINO MÉDIO

Roque Luiz Sibioni

Graduado em Filosofia e Teologia pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Mestre em Educação pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Doutorado em Ciências Sociais com menção em estudo de Juventude pela Universidade Católica Silva Henríquez, Chile, roque.bsp@salesianos.com.br

RESUMO

O presente artigo compartilha parte de dados de um estudo de doutorado realizado durante a pandemia da Covid-19 com estudantes do último ano ensino médio, em escolas no Estado de São Paulo sobre projeto de vida e insegurança ontológica, versando sobre perspectivas de futuro dos jovens impactados. A insegurança ontológica é um componente muito presente nas sociedades contemporâneas, em particular, entre as juventudes, por interferir diretamente em escolhas, em trajetórias, em valores e projetos de vida futuros. Frente a cenários contemporâneos incertos e inseguros, requer-se cada vez mais, dos indivíduos, resiliência e capacidade de adaptação para lidar com ameaças e inseguranças em vista de não perder o foco em direção à meta a ser alcançada. Conjuguar dimensões da existência humana com as do tempo e do espaço é desafiador e complexo para os jovens, em particular, porém necessária, por vivenciarem condições, circunstâncias e temporalidades singulares que incidem sobre suas escolhas e perspectivas de futuros. O estudo apresenta que as expectativas dos jovens em relação ao futuro são otimistas e pessimistas, impactadas por condições socioeconômicas, componentes políticos, crises e ameaças dos contextos pessoais, econômicos e sociais, entre outros. Enquanto concluintes do Ensino Médio, suas expectativas de vida estão mais voltadas para temas sobre carreira profissional, família e legados que irão deixar para gerações futuras.

Palavras-chave: Projeto de Vida; Perspectivas de futuro; Geração otimista, Geração pessimista: Legados.



Introdução

O presente artigo reflete sobre perspectivas de futuro de jovens e apresenta dados sobre percursos que as juventudes desejam fazer após concluir o ensino médio. Evidencia-se nas trajetórias de vida atual e nas perspectivas de vida futuras dos jovens, uma gama de diversidade de perspectivas: fazer um curso técnico, arrumar emprego, ingressar em um curso universitário, não saber o que fazer na vida. Além da perspectiva apresentada, são abordadas perspectivas de futuro e legados que a geração atual deixará para as futuras gerações, segundo ela própria, com destaque para visões otimistas e compromisso com os direitos humanos quanto legados pessimistas, egoístas e de indivíduos acomodados para contextos futuros.

Em termos gerais, o projeto de vida contempla valores, dimensões e componentes estruturantes que contribuem para que o indivíduo seja capaz de conceber-se, autoconhecer-se e contemplar-se de maneira integral, compreender o seu presente, revisitar o seu passado, acolher a sua história, biografia e projetar-se, intencionalmente, em direção a um futuro idealizado e possível⁴, enquanto um ser que possui esperanças, sonha, possui expectativas e utopias, componentes próprios e únicos da espécie humana.

Diante do aumento de perspectivas e sentimentos ambivalentes que poderão acompanhar os indivíduos em sua direção ao futuro, um dos caminhos pode ser o desenvolvimento de habilidades e capacidades de elaborarem “estratégias cognitivas que garantam o controle sobre o tempo da vida, a despeito do aumento da contingência: por exemplo, desenvolvendo a habilidade de manter uma direção ou trajetória a despeito da impossibilidade de prever seu destino final” (LECCARDI, 2005, p. 50-51).

A vida, em sociedades contemporâneas, apresenta múltiplas e diferentes formas, desafios e oportunidades para que o sujeito jovem⁵, em geral, possa gozar de suas

⁴ O futuro, mesmo que incerto e inseguro, de uma parte, poderá ser decorrência, embora não determinante, de um passado e presente pessoal, social e subjetivo, interligado, fraturado ou condicionado por circunstâncias e condições pessoais ou externas que tem o sujeito como protagonista de suas escolhas a partir das possibilidades que tem ao seu alcance. De outra parte, ele está ladeado por contextos familiar, social, político, histórico, cultural, econômico, educacional, religioso etc. As duas principais instâncias, pessoal e social e/ou externa, contextualizadas, integram-se, são interdependentes e condicionam as vivências, as escolhas, os valores, as trajetórias de vida dos sujeitos e a maneira como eles colocam-se em relação ao futuro pessoal social, histórico idealizado ou sobre o qual a concepção de futuro possível é colocada e idealizada (MELLUCCI, 1997; NOGUEIRA, 2017; GROppo, 2015).

⁵ Na contemporaneidade, o conceito de “juventude”, entendido enquanto construção social, história e cultural, abarca componentes e condições socioeconômicos, étnico-raciais, geográficos, gênero, desigualdades, religiosos, biológicos e psicológicos, entre outros, que contribuem para que o conceito seja melhor compreendido e empregado no plural – “juventudes” –, pois cada sujeito jovem vive de maneira

moratórias social e vital (MARGULIS & URRESTI, 1996; DERTEANO, 2013; GROPPPO 2015; 2016), (sem desconsiderar as desigualdades que as atravessam, fazendo com que muitas não consigam, de fato, usufruir de maneira adequada delas), com suas regras, condições e vivências próprias estabelecidas social ou culturalmente pelo grupo de pertencimento. Nesse sentido, a “experiência torna-se cada vez menos uma realidade transmitida e cada vez mais uma realidade construída com representações e relacionamentos: menos algo para se “ter” e mais algo para se “fazer” (MELLUCCI, 1997, p. 9).

A indefinição e a insegurança, próprias de sociedades contemporâneas, passam a ser também características presentes nas escolhas, trajetórias, singularidades e continuidade das experiências individuais, para as quais são apresentadas tendências destituídas de identificação e referências de grupo e cultura definidas, fixadas, pré-estabelecidas.

Frente a este contexto, percebe-se a necessidade de fazer que as experiências e a identidade individuais estejam enraizadas na força interior com capacidade disruptiva, de “redefinir-se a si mesmo repetidas vezes no presente, revertendo decisões e escolhas. Isso também significa acalantar o presente como experiência única, que não pode ser reproduzida, e no interior da qual cada um se realiza” (MELLUCCI, 1997, p. 11).

A vivência de trajetórias e biografias em direção à construção de projetos de vida, na contemporaneidade, requer habilidades e capacidades “de aceitar a fragmentação e a incerteza do ambiente como um dado não eliminável, que deve ser transformado em recurso graças a um exercício constante de consciência e reflexividade” (LECCARDI, 2005, p. 51).

O presente e o futuro são dimensões fundantes do projeto, composto de perspectivas direcionadas a um futuro idealizado, possível, elaboradas pelo sujeito. Para tanto, “definir o futuro não é somente definir o que fazer, mas futuramente decidir quem seria e ao mesmo tempo definir quem não ser” (BOHOSLAVSKY, 1977, p. 53). No entendimento do autor, “o futuro tem uma importância atual ativa enquanto projeto para o adolescente, fazendo parte de sua estrutura de personalidade neste momento” (BOHOSLAVSKY, 1977, p. 57).

única e singular a própria condição juvenil. Há múltiplos modos e formatos que perpassam as identidades, subjetividades, biografias e trajetórias juvenis, tornando únicas a condição e a singularidade com que cada sujeito a conceba e a viva, acompanhada em seus percursos e processos de formação e maturação por incertezas, medos, inseguranças, oportunidades, anseios, próprios dos contextos e sociedades nos quais vivem (MELLUCCI, 1997).

1. Um futuro próximo: trajetórias e projetos de vida percorridos pelas juventudes após concluírem o ensino médio

Os jovens delineiam ou projetam suas perspectivas sobre o futuro, ao concluírem o ensino médio. De acordo com necessidades e condições pessoais, existências, socioeconômicas, elas convergem para três caminhos possíveis: buscar um curso de curta duração e procurar trabalho; buscar um curso universitário; saber o que fazer na vida. É de fundamental importância ressaltar que os nomes, relacionados às falas dos jovens presentes no corpo do artigo, são fictícios, ou seja, não correspondem aos sujeitos reais.

1.1. Fazer um curso técnico e procurar trabalho ao concluir o ensino médio

O Brasil é um país de dimensões continentais e possui muitas diferenças e desigualdades que o perpassam em muitos segmentos, entre eles o acesso a educação e saúde, condições, oportunidades e locais de moradia e trabalho, garantia de direitos humanos e sociais, entre outros, que, para os segmentos mais empobrecidos e vulnerabilizados, particularmente as juventudes, tornam-se grandes desafios, mesmo com avanços em políticas públicas voltadas para os âmbitos educacional e laboral, embora insuficientes.

A estudante Luiza, da Escola Pública da Capital, ressalta que ao concluir o ensino médio, cursar uma faculdade não é prioridade, quer seja pela área de trabalho e carreira que desejam seguir enquanto perspectiva profissional, quer seja por conta de terem outras demandas neste momento da vida, entre elas, encontrar um trabalho e ter mais autonomia financeira.

a profissão que eu quero seguir não exige faculdade. A faculdade na dança seria só se eu quisesse dar aula em escola do governo, uma instituição maior, mas como eu não preciso porque o meu foco é dar aula em estúdio, trabalhar como artista, desenvolver videoclipe, trabalhar com enfim diversas formas diferentes só que não exige faculdade. A faculdade em si seria bom pelo fato que eu teria muito conhecimentos sobre a história da dança etc., o que é muito importante porque não tem como você ensinar dança sem saber a história dela, só que não precisa da faculdade, eu posso fazer um curso técnico que é o que eu pretendo, e mesmo se eu não quisesse não precisaria, porque a dança ela é bem diferente dessas profissões ela é um área que a gente aprende mais na rua, nos estúdios, no boca a boca, você pesquisa na internet se você quiser entendeu? (entrevista feminina 1, 17 anos, Pública da Capital).

A estudante Josefa, da Escola Pública do Interior, diz que pretende concluir o ensino médio já tendo encontrado um trabalho, fazer um curso para que possa ter melhor definida a área de trabalho que gosta, cursar uma faculdade e constituir família.

pretendo sair do ensino médio empregada, fazer um curso para saber o que eu quero, depois fazer uma faculdade na área que eu quero, concluir ela, estabilizar financeiramente e construir uma família (*focus 1*, participante feminina 4, 17 anos, Pública do Interior).

Os estudantes Fabio e João, das Escolas Públicas da Capital e do Interior, demonstram que, ao concluírem o ensino médio, desejam procurar trabalho em vista de obterem mais recursos e autonomia econômicos.

eu quero arrumar um emprego quando acabar a escola porque eu não consigo estudar de manhã, trabalhar de tarde e treinar à noite, eu quero trabalhar de manhã e de tarde e treinar à noite, fazer dezoito anos e eu quero ir embora do Brasil, trabalhar, é isso (*focus 8*, participante masculino 3, 17 anos, Pública da Capital).

achar um trabalho melhor (*focus 2*, participante masculino 2, 17 anos, Pública do Interior).

Para o estudante Guto, da Escola Pública da Capital, ao concluir o ensino médio, manifesta o desejo pelo empreendedorismo.

no meu caso eu quero eu acho que é seguir a rotina, estudar, acabar a escola e fazer empreendedorismo (*focus 8*, estudante masculino 1, 16 anos, Pública da Capital).

As juventudes femininas e masculinas das escolas públicas pesquisadas evidenciam que, por um lado, concluir o ensino médio já é uma grande vitória e, ao mesmo tempo, demonstram que há outras necessidades que a própria condição juvenil e social apresenta-lhes, tais como a busca por trabalhos e adquirir maior autonomia financeira já durante o ensino médio ou após concluí-lo, preocupação ou necessidade que as juventudes das escolas particulares não mencionaram durante o percurso educacional no ensino médio ou após concluí-lo. Por mais que as juventudes, em geral, compartilhem oportunidades, contextos, faixas etárias aproximadas, além de outras similaridades culturais e sociais, há entre elas, diversas desigualdades que as distinguem e as invisibilizam, enquanto segmento social.

A maioria das juventudes, ao concluir o ensino médio nas escolas públicas pode não almejar ou buscar o ensino superior por múltiplos motivos, entre eles o acesso

geográfico à universidade, ter que trabalhar para se manter e/ou pagar um curso universitário na própria cidade e/ou em outra cidade, já ter responsabilidades familiares ou laborais que as impedem de conjugá-las com um curso de ensino superior ou até mesmo não ver na graduação possibilidades factíveis de melhoria da condição da própria vida ou uma melhor colocação no mundo do trabalho.

Diante da brusca diminuição da porcentagem de jovens que conseguem ingressar na universidade e concluir um curso universitário no país⁶ o desafio continua sendo como garantir o direito à educação de qualidade para todos e evitar a evasão escolar nesse momento tão delicado e decisivo da vida das juventudes, particularmente nas escolas públicas, no qual uma grande parcela, muitas vezes, tem que deixar a escola para procurar trabalho ou deixa a escola por não conciliar estudo, vida pessoal e trabalho (CIAVATTA, 2018; KUENZER, 2006; CONJUVE, 2020).

O ensino médio poderá ser, para uma grande parcela, na desigual realidade brasileira, a última etapa de estudos sistemáticos, em razão de demandas e necessidades que lhes são apresentadas ou até mesmo pelas dificuldades e implicações econômicas ou geográficas para ingressar em um curso superior e manter-se nele. Menos de 25% de jovens entre 18 e 24 anos chegam à universidade no Brasil, e em torno de 75% são os que não vão além da educação básica, segundo o senso da educação superior de 2022⁷, e 25% das vagas das instituições universitárias públicas não são ocupadas.

1.1.2 Jovens que pretendem fazer um curso universitário, ao concluírem o ensino médio

Uma parcela das juventudes pesquisadas disse pretender, ao concluir o ensino médio, ingressar, de imediato, na universidade e seguir sua trajetória universitária. Os

⁶ Altos índices de desistência na graduação revelam fragilidade do ensino médio, avalia ministro. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior#:~:text=Total%20de%20estudantes%20-%200%20Brasil.6%20deles%20em%20instituições%20públicas>. Acesso em: 23 mai. 2023. Maia, Rodrigo. Apenas 18,1% dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados no ensino superior. CNN Brasil. 8 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/apenas-18-1-dos-jovens-de-18-a-24-anos-estao-matriculados-no-ensino-superior/>. Acesso em: 23 maio 2023. Mapa do Ensino Superior. Instituto Semesp. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/>. Acesso em: 23 mai. 2023.

⁷ BANDEIRA, K. & ALFANO, B. (2023). Censo da Educação Superior: apenas um em cada quatro jovens de 18 a 24 anos entrou na faculdade no Brasil. O Globo. 10 out. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/10/10/censo-educacao-superior-754percent-dos-jovens-de-18-a-24-anos-nao-acessam-a-faculdade-no-brasil.ghhtml>. Acesso em: 22 jan. 2024.

estudantes das escolas particulares veem a trajetória universitária como um caminho de transição mais natural ao concluir o ensino médio, por terem maior estabilidade socioeconômica e um padrão de vida que lhes dê maior garantia, possibilidades e estabilidades para buscar e concluir um curso universitário, não obstante as dificuldades que também poderão enfrentar. Mesmo assim, os sentimentos expressados por elas relatam preocupações e anseios que as acompanham em suas trajetórias enquanto concluintes do ensino médio.

Entre as preocupações e anseios, a estudante Fátima, da Escola Pública da Capital, diz que pretende ingressar o quanto antes em um curso universitário por conta de querer fazer duas graduações, qualificar-se melhor para o mundo do trabalho, constituir família e seguir a vida.

eu pretendo ingressar já numa faculdade, quanto mais cedo eu começar mais cedo eu termino, eu posso entrar com mais qualificações, ainda mais eu que quero duas graduações, casar e continuar a vida (*focus 7*, participante feminina 4, 17 anos, Pública da Capital).

As estudantes Nair, da Escola Particular Laica, diz que pretende ir para a universidade, embora tenham certo medo de ter que sair da própria cidade e distanciar-se fisicamente da família. Porém, reforça a necessidade de pensar no seu futuro, na saúde mental.

eu penso e tenho até um pouquinho de medo porque as coisas que eu quero são longe da cidade onde eu moro e tenho medo de ir para fora e perder esse contato com a minha família, com os meus avós, que eu sei que o tempo deles não é tão longo. Mas eu também tenho que pensar no meu futuro, sobre a minha saúde mental, às vezes eu posso continuar na cidade e ser infeliz aqui, às vezes eu posso ir para fora, totalmente longe e ser muito triste longe da minha família, também (*focus 5*, participante feminina 3, 17 anos, Particular Laica).

O estudante Luís, da Escola Particular Confessional, já idealiza para si uma carreira universitária mais ampla. Pretende ser cientista e pesquisador, doutorar-se fora do país em uma universidade renomada. Gostaria também de construir uma empresa educacional para compartilhar o conhecimento que irá adquirir ao longo do seu percurso profissional, além de ser o primeiro que poderá obter o título de doutorado na sua família.

eu pretendo entrar na faculdade, converso com um grande amigo meu que está em Harvard, brasileiro, saber como é ser cientista, para eu me estruturar. Pretendo passar numa universidade boa, ter boas notas, ter iniciação científica, fazer um doutorado fora do país, numa universidade

notável, tipo sanduiche. Além de ser o primeiro na minha família a ter um doutorado, quero seguir a carreira de pesquisador, buscar algo novo, gostaria muito de instaurar uma empresa/ONG para universalizar a educação não só no Brasil, mas em todo o planeta. Depois gostaria de ser professor para que todo o conhecimento que eu conseguir adquirir na minha vida, passar para meus alunos seguir o meu trabalho, aí eu morro (*focus 4, participante masculino 6, 17 anos, Particular Confessional*).

A estudante Aline, da Escola Particular Confessional, diz que se sente insegura e imatura para entrar na universidade por causa do prejuízo educacional obtido em decorrência da pandemia, mas, mesmo assim, irá tentar entrar na universidade e, caso não consiga, fará um cursinho preparatório para futuras tentativas.

eu vou tentar passar na faculdade esse ano, mas eu queria muito pelo menos fazer mais um ano de cursinho, eu sinto que eu preciso desse amadurecimento, pra eu conseguir ter este tempo desse ano que eu perdi o ano passado, pra conseguir entender, ou pelo menos deixar um pouquinho mais claro, como que vai ser daqui pra frente, porque realmente a gente tá com um ano de prejuízo aí. E agora cada ano a gente vai ter que se virar com esse ano de prejuízo e com esse um ano de falta de maturidade” (*focus 3, participante feminina 2, 17 anos, Particular Confessional*).

A busca pela universidade enquanto possibilidade de obter formação específica e profissional, aprimorar e especializar-se em determinadas áreas das ciências e do conhecimento após concluir o ensino médio, mesmo que almejado de imediato pela maioria das juventudes, tem conotações diferentes para cada jovem. Em geral, ela está relacionada à busca por conhecimento e qualificação profissional a partir da qual um indivíduo começa construir ou aprimorar a sua carreira, obter um emprego imediato; alcançar autonomia de pensamento e independência financeira, melhorar a sua colocação no mundo do trabalho e aumentar a renda econômica, seguir carreira universitária e poder partilhar os conhecimentos adquiridos com outras pessoas etc.

Os resultados apresentados também dialogam com autores e pesquisas brasileiros que apresentam a paradoxal e desigual realidade da educação superior no Brasil por ser considerada quase que um privilégio e de maior acesso para segmentos populacionais mais elitizados, conforme mencionado acima pelo censo do ensino superior brasileiro, no qual menos de 25% das juventudes de 18 a 24 anos conseguem frequentar um curso universitário (CIAVATTA, 2018; CONJUVE, 2020; GADOTTI, 2003; FREIRE, 2005).

1.1.3 Jovens que dizem não saber o que fazer na vida, ao concluir o ensino médio

Nas sociedades contemporâneas, as trajetórias juvenis “resultam de uma diversidade de caminhos entrecruzados, interrompidos e, em muitos casos, bifurcados, supõe-se uma gama maior de escolhas em diferentes dimensões da vida na qual antes bastaria “seguir o fluxo” (KORMAN DIB & CASTRO, 2010, p. 13). As possibilidades de escolhas, embora mais amplas e diversas, são fortemente condicionadas pelas condições e disposições sociais, culturais e existenciais nas quais as juventudes encontram-se e têm à sua disposição (ALVEZ & DAYRELL, 2015). Contudo, não se pode desconsiderar contrastes, ambivalências, desigualdades e inseguranças próprias dos contextos contemporâneos e condições existenciais juvenis que as acompanham.

A estudante Karen, da Escola Particular Confessional, relata que as suas preocupações no momento, após concluir o ensino médio, é a insegurança e a angústia sobre ainda não ter definido o que desejará ser pelo resto da sua vida, que deveria estar em primeiro lugar nesta etapa da vida, quer seja por não ter mais a rotina da escola ou ir para a universidade sem saber ainda o que quer ser.

eu digo que mesmo a gente tendo escolhido o que a gente quer ou não, a gente vai sair da escola totalmente perdida. Assim que a gente parar e perceber que quando a gente entrar em férias, não é férias, acabou o ensino médio, agora você tá com a sua vida. Então eu sinto que é um negócio que agora, nesse momento, eu não tenho estabelecido o que eu quero pelo resto da minha vida. Eu não sei como vai ser a vida sem vir todo o dia para a escola. O que adianta eu ir para a faculdade, e não saber o que eu vou fazer do resto da minha vida, vou passar 4 horas na faculdade, durante 4 anos, todo o dia, e não sei o que vou fazer da vida (*focus 3, participante feminina 4, 18 anos, Particular Confessional*).

O estudante Robson, da Escola Particular Laica, diz que vive uma mistura de emoções positivas e negativas em relação ao futuro. Às vezes, é acometido mais pelo desespero do que de fato irá fazer e qual decisão deverá tomar. Em meio a essa mescla de sentimentos, afirma que é muito importante ser realista e viver de maneira responsável o momento presente.

para mim é uma mistura de emoções, eu tenho expectativas positivas em relação ao futuro, embora, às vezes bate o desespero em relação ao que eu vou fazer, qual decisão tomar. Tem que saber lidar, manter o pé no chão e viver com responsabilidade (*focus 6, participante masculino 3, 17 anos, Particular Laica*).

Para os jovens Marco e Lucas, das escolas Particular Laica e Pública do Interior, encerrar este ciclo da vida e dos estudos do ensino médio e abrir-se para perspectivas de futuro sem ter muita clareza sobre o que desejam ser gera sentimentos como indecisão, insegurança, angústia.

é desesperador, chega a ser angustiante, porque não tenho ideia do que ser, então está bem incerto os passos para frente, daí é loucura considerar-se uma pessoa mais realista, mas também não pode pensar que vai dar tudo errado ou vai dar tudo certo. Sempre vai ter empecilho, alegria, sempre assim (focus 6, participante masculino 4, 17 anos, Particular Laica).

prefiro ficar neutro, se acontecer algo ruim a gente já está preparado para não cair no fundo do poço (focus 4, participante masculino 2, 17 anos, Pública do Interior).

A necessidade de buscar respostas e sentido para o que e quem se deseja ser na vida precede a busca por escolhas e decisões do que se deseja fazer na vida, assim como, talvez, as transformações presentes nas sociedades contemporâneas não oportunizam um amadurecimento ou discernimento satisfatório para que a conclusão do ensino médio já ofereça às juventudes as condições e recursos mínimos suficientes para que suas escolhas sejam feitas e decisões tomadas, inclusive sobre a ótica dos estudos.

Não saber o que se deseja ser na vida pode resultar em uma dimensão angustiante para as e os jovens nesse momento da vida e de escolhas, devido a pressão e expectativas pessoal, social e familiar que possam sofrer ou se impor a si próprios, como se a existência fosse um percurso mecânico, pré-definido e delineado a ser cumprido. Porém, tal indefinição pode ser entendido como oportunidade e recurso metodológico para aprofundar o sentido e descobrir propósitos por meio de diálogos que as auxiliem na aproximação dos anseios profissionais aos anseios existenciais em vista de estabelecer canais de diálogo sobre o sentido do que vivem, do que querem e do que buscam na vida.

Nesse sentido, é de extrema importância provocar diálogos que envolvam os próprios jovens, familiares, professores, equipes multidisciplinares e colegas de percursos nos processos de inserção e desenvolvimento das juventudes em contextos com graus elevados no que tange a inseguranças e incertezas que pairam sobre o futuro (KORMAN DIB & CASTRO, 2010), em vista de pode oferecer auxílio, suporte, acompanhamento e canais de diálogo sobre suas demandas e necessidades existenciais, afetivas, sociais, laborais etc.

1.2 Projetos de vida e futuro: perspectivas heterogêneas

As perspectivas de futuro e legados que as juventudes deixarão para as gerações futuras, ao passar pela Covid-19, apresentam uma tríplice perspectiva: legados pessimistas de uma geração egoísta, acomodada, desencantada com o futuro, que irá repetir os mesmos erros das gerações passadas; legados otimistas de uma geração embasada na esperança, na empatia, na luta por sonhos e mudanças de atitudes frente às questões ambientais e disposição para transformar o mundo; um legado geracional comprometido com os direitos humanos e sociais.

Os processos sociais de integração e atuação das juventudes nas sociedades são marcados por crises intergeracionais (MANNHEIM, 1982). Por um lado, as juventudes podem ser inseridas ou invisibilizadas em sociedades que não foram construídas por elas, e, sim, por gerações que as precederam, lhes apresentaram ou impuseram valores, costumes, padrões de comportamento etc., produzidos ou conservados. Por outro, as novas gerações vão se constituindo e empoderando-se no seio das sociedades ao produzir, introduzir e compartilhar outros valores, costumes, características, estilos de vida próprios do tempo e da história no qual vivem ou ressignificados de gerações anteriores, com outras roupagens.

1.2.1 Perspectivas e legados pessimistas das juventudes sobre o futuro

Sobre os legados que a geração juvenil atual deixará para as futuras gerações, uma parte das juventudes pesquisadas olha para a sua própria geração com pessimismo, dizendo que é uma geração egoísta, acomodada, de pouco interesse pela política, pela transformação social e sustentabilidade do planeta, embora com mais acesso aos estudos em relação a gerações passadas.

A estudante Nara, da Escola Particular Confessional, vê a sua geração como egoísta, acomodada, com falta de interesse pelas problemáticas que acontecem no mundo. É bastante autocentrada em relação às gerações anteriores no que tange a gerar desenvolvimento, economia, produtividade, medo de olhar para frente e do que poderá vir pela frente ou acontecer no futuro.

Eu não consigo pensar em contribuições que a nossa geração vai deixar porque eu acho a nossa geração muito egoísta, só pensa em

si mesma, é acomodada. Em relação à acomodação, eu não consigo pensar em algo que nossa geração vai trazer para o mundo. Nossos pais, tios, eles estão fazendo o mundo andar, estão trabalhando, criando empresas etc. Eu acho que como a nossa cabeça não está programada para olhar pra frente, muita gente brinca sobre isso mas é uma coisa séria. Como é que eu vou colocar o mundo pra frente, fazer o que meu pai faz? Também tem muito esse negócio de se comparar, meu pai tem tal cargo em tal lugar, como é que eu vou chegar até lá? Então as pessoas têm tanto medo do que vai acontecer na vida delas, que ficam receosas de ir para frente. A nossa geração está acomodada, com medo de tudo o que pode acontecer. Muita gente não tá pensando no que vai fazer, quer pensar no que tá fazendo agora não no que vai fazer no futuro (entrevista feminina 2, 17 anos, Particular Confessional).

Para o estudante Pedro, da Escola Pública do Interior, além da sua indecisão, ele arrisca dizer que a geração atual tem mais acesso a estudos e educação, se desenvolverá mais que as gerações anteriores, porém, a ignorância política será a mesma, repetirá os mesmos erros e padrões das gerações anteriores.

Cara, eu não sei. Eu acho que não vai ser uma marca diferente da outra. Essa geração teve muito mais estudo, com certeza, mas acho que a ignorância vai ser a mesma, vai saber ler mais, falar melhor, mas vai continuar ignorante em questões como a política, acho que não tem uma marca que eu consigo te falar agora (entrevista masculina 1, 16 anos, Pública do Interior).

O jovem Rafael, da Escola Particular Laica, acredita em um mundo melhor, porém, sente-se indignado ao deparar-se com a alienação que muitos jovens da sua geração demonstram ter. Segundo ele, é uma geração tida como mais frágil, que reclama mais, mesmo que ainda não consegue ter uma opinião melhor elaborada sobre a questão posta.

Ah, eu tenho que prestar a minha indignação, mas eu tenho problemas, eu acredito num mundo melhor, mas eu estou muito pensativo em relação a isto, porque eu convivo com a maioria, com tipo os jovens então a alienação com o que dizem geração do mi mi mi que (risos) ah tudo para eles para a maioria né, é a verdade dói para muitos então é bem tipo isso, definir bem a geração, eu acredito que estou pensando (entrevista masculina 1, 17 anos, Particular Laica).

Para Paulo, da Escola Particular Laica, a geração atual é vista com características de inseguranças, medos, tristeza, depressiva, mas não como traços determinantes. Ele também reforça a dimensão da esperança, da possibilidade de contornar estas questões e dar a volta por cima.

Uma geração insegura com medos, o famoso mau do século, como a tristeza, a depressão, porém buscar a superação, lógico não estamos numa guerra, mas é uma situação que aconteceu 100 anos atrás, ainda conseguimos contornar, mas mesmo com os empecilhos conseguimos mostrar que é questão de tempo, tudo vai acontecer de forma que tem que acontecer (entrevista masculina 2, 17 anos, Particular Laica).

A estudante Karen, da Escola Particular Confessional, relata que a falta de consciência ecológica, comprometimento pessoal e atitude para com o bem coletivo e o individualismo são outros fatores que reforçam sentimentos de pessimismo em relação ao futuro, na ótica delas.

A pessoa pensa muito nela mesma, então, assim, um exemplo bobo, mas que é verdade: às vezes, você está passando na rua e vê uma garrafa plástica no meio da rua, ah você fala assim ah pega, a pra que que eu vou pegar, o que eu vou adiantar no mundo? Se todo mundo a cada 100 metros quadrados pensar assim, já são muitas pessoas no mundo pra ajudar, mas não, a pessoa pensa nela mesma, então o que que eu vou fazer para ajudar o mundo? (*focus 3*, participante feminina 4, 18 anos, Particular Confessional).

O estudante Luís, da Escola Particular Confessional, diz ter medo do futuro. Ele demonstra ter consciência de que suas seguranças são frágeis, e as motivações e os anseios sobre o futuro insuficientes por conta de não saber se conseguirá alcançá-los.

Eu acabo, por conta dessa insegurança e desse medo que tenho do amanhã, pensando muito mais no hoje, muito mais no que eu quero fazer agora do que eu vou estar fazendo daqui a 10 anos, por exemplo. As minhas decisões acabam sendo muito mais guiadas pelo momento do que esperando do que vai acontecer no futuro. Eu tenho os cursos que quero fazer, as faculdades que quero prestar vestibular, só que pra mim não significa ainda muita coisa, essa insegurança que eu tenho, eu vou conseguir cumprir o que eu quero/espero? E se eu não conseguir o que vai ser de mim? Eu tenho medo do que pode acontecer comigo, o que pode acontecer no mundo. (*focus 4*, participante masculino 6, 17 anos, Particular Confessional).

A estudante Mara, da Escola Particular Laica, diz temer o futuro em detrimento da defasagem educacional ou de conhecimento não adquirido na pandemia, o que isso poderá causar na vida e trajetória educacional de muitos estudantes e as implicações que isso poderá trazer para a vida deles, em si, mas também para a sociedade, em geral.

esse momento nosso da escola que a gente aprende, a gente tá criando muito conhecimento e o meu medo maior é que quando eu chegar daqui 10 anos e as pessoas que estiverem ao meu redor não tenha gerado esse conhecimento, sabe. Tenho um pouco de medo disso, das pessoas não terem aproveitado isso. As pessoas não estão aproveitando o tempo e não

está gerando conhecimento (*focus* 5, participante feminina 4, 17 anos, Particular Laica).

Os questionamentos e perspectivas pessimistas evidenciadas pelas juventudes de ambos os sexos e de todos os tipos de estabelecimentos de ensino reforçam o quanto as sociedades contemporâneas provocam inseguranças ontológicas para e entre as juventudes, em especial nesse momento da trajetória existencial e de concluintes do ensino médio.

Segundo LEÃO; DAYRELL & REIS (2011), se antes a concepção de futuro era aberta, passível de colonização em vista de oferecer maior segurança, controle e linearidade, na contemporaneidade, ela apresenta uma grande dose de incerteza, imprevisibilidade, descontrole e ameaças, que gera sentimentos de insegurança e de impotência. Devido a estas transformações, “a contemporaneidade inaugura novas formas de temporalização. O futuro se torna passível de perder o seu sentido como um tempo progressivo, controlável e planificável” (LEÃO; DAYRELL & REIS, 2011, p. 1074). Viver em contextos marcados por incertezas, riscos e ameaças faz que a busca de sentido seja transferida para o tempo presente, em um eixo temporal curto sobre o qual, teoricamente, o controle apresentar-se-ia possível (LEÃO, DAYRELL & REIS, 2011).

Outro componente importante que pode estar associado ao pessimismo dos jovens em relação ao futuro é o fato de os sistemas e as trajetórias formativas, educativas e o mundo do trabalho tornarem-se incapazes de oferecer garantias para a realização das aspirações de uma grande parcela de juventudes. Em razão de dificuldades, inseguranças e desafios.

de inserção profissional, são então acossados por sentimentos de desilusão e descrença, traídos na capacidade de imaginar um futuro com esperança. De fato, embora os jovens integrem a chamada geração do futuro, muitos deles não o conseguem vislumbrar, arrastando-se num presente deficitário de esperança. (PAIS, 2012, p. 268)

A antecipação do futuro gera uma ansiedade por alcançá-lo. A dilatação do horizonte de espera desencadeia a situação de limiaridade de um presente que persegue um futuro muito difícil de ser alcançado. Nesse sentido, o encurtamento do “espaço da experiência é reflexo de um desespero de espera, de uma esperança inconvertível em realidade [...] pode originar uma denegação do futuro cuja contrapartida é uma regressão enervada e obsessiva em relação ao presente, despido de poder decisional” (PAIS, 2012, p. 276).

Outros elementos que podem ser somados aos anteriores, bastante evidenciados na atualidade referem-se ao aquecimento global, crises internacionais e econômicas, a pandemia da Covid-19, o risco da escassez dos recursos naturais, a sustentabilidade do planeta, as diversas guerras espalhadas pelo globo terrestre e outros (PUDDEPHATT, 2022; LAUTOR, 2021; SOUZA SANTOS, 2021). Isso faz que o cenário contemporâneo seja “um prato cheio para que os jovens se sintam angustiados e sem perspectivas para o futuro”⁸.

Além de incertezas e inseguranças causadas por transformações do mundo moderno, grande parte das juventudes “vivem um fenômeno comportamental cada vez mais presente: a chegada tardia ao estilo de vida adulto. Eles moram mais tempo na casa dos pais, não têm pressa para escolher uma carreira e não pensam em ter filhos tão cedo”⁹ Continua o texto da entrevista: “A falta desses sinais – que estão associados ao amadurecimento – pode ser um adicional de estresse para eles, que se sentem pressionados e infantilizados”¹⁰

Uma indagação que pensamos ser possível e legítima de ser apresentada nessa análise é buscar compreender melhor e dialogar sobre as causas e inseguranças que geram ameaças e pessimismos nas juventudes em relação ao futuro pessoal e do planeta. O que faz que uma grande parcela das juventudes não se veja em um futuro melhor ou se veja melhor no futuro, mais esperançoso frente ao tempo presente que vivem? O que lhes rouba, tolhe ou amortece perspectivas e possibilidades mais esperançosas e otimistas em relação ao futuro?

As perspectivas de futuro caminham e estão interligadas com as trajetórias vivenciadas por elas no presente. Esperançar (Paulo Freire) é uma atitude e um sentimento que empodera as pessoas nas suas lutas contra as desesperanças, inseguranças e ameaças que possam querer fazê-las perder de vista suas utopias e horizontes futuros.

⁸ Jovens não querem filhos por medo do futuro': entenda a 'crise dos 20'. Glamurama. 1 nov. 2022. Disponível em: <https://glamurama.uol.com.br/comportamento/jovens-nao-querem-ter-filhos-por-medo-do-futuro-entenda-a-nova-crise-dos-20/>. Acesso em: 29 mai. 2023.

⁹ Jovens não querem filhos por medo do futuro': entenda a 'crise dos 20'. Glamurama. 1 nov. 2022. Disponível em: <https://glamurama.uol.com.br/comportamento/jovens-nao-querem-ter-filhos-por-medo-do-futuro-entenda-a-nova-crise-dos-20/>. Acesso em: 29 mai. 2023.

¹⁰ Jovens não querem filhos por medo do futuro': entenda a 'crise dos 20'. Glamurama. 1 nov. 2022. Disponível em: <https://glamurama.uol.com.br/comportamento/jovens-nao-querem-ter-filhos-por-medo-do-futuro-entenda-a-nova-crise-dos-20/>. Acesso em: 29 mai. 2023.

1.2.2 Projetos de vida, perspectivas e legados otimistas das juventudes sobre o futuro

Uma parte das juventudes imersas na pandemia foi capazes de obter aprendizados, ressignificar trajetórias, sentimentos, projetos de vida e olhar para o futuro com esperança e otimismo, a fim de não desistir de suas escolhas, seus sonhos e projetos de vida futuros. Identifica-se que o senso de realismo e otimismo presente nas juventudes em relação ao futuro pessoal, da sociedade e do próprio planeta, mesmo que acompanhado de oscilações, também é um componente importante a ser considerado.

As estudantes Maitê e Ana, da Escola Pública do Interior, dizem que as expectativas delas em relação ao futuro são boas, otimistas, embora acompanhadas por medos. Demonstrem anseios de que haja maior respeito entre as pessoas e com o meio ambiente, reforçam que o ser humano é o grande artífice do presente e do futuro, podendo contribuir para ações boas e más.

expectativa boa, mas tenho um pouco de medo do futuro também. Eu quero que as pessoas se respeitem mais, respeitem mais o meio ambiente também; esperança uma boa parte e desesperança também (*focus 1*, participante feminina 5, 17 anos, Pública do Interior).

sou bastante otimista, mas a possibilidade de piorar está aí também. O ser humano cada vez decaindo, até fevereiro do ano passado não tinha pandemia, rezamos para que não piore (*focus 1*, participante feminina 1, 17 anos, Pública do Interior).

Na mesma sintonia das estudantes anteriores, o estudante Lucas, da Escola Particular Confessional, demonstra ter esperanças de que o futuro será melhor, há expectativas boas, e que se veem como pessoas otimistas.

eu tenho uma expectativa boa, mas confesso que tenho um pouco de medo do futuro. Mas a minha expectativa é que vai dar tudo certo, e, se der errado, na hora a gente se vira. A expectativa é boa para mim e para o mundo (*focus 4*, participante masculino 2, 17 anos, Particular Confessional).

A jovem Eduarda, da Escola Pública da Capital, diz que quando se quer e se gosta de alguma coisa, é possível de consegui-la porque há motivação e determinação para lutar pelos ideais e anseios pessoais. Ela diz ter grandes expectativas sobre isso, mesmo reconhecendo que isso não seja de imediato.

Eu boto fé que a gente quando tem algo que a gente quer e a gente gosta, eu acho que a gente pode conseguir porque a gente tem motivação para chegar lá e para que dê certo. Então acho que é mais para a gente ter uma direção para a gente chegar lá, é mais fácil de dar certo. No fundo, no fundo não é tão difícil porque a vida é muito imprevisível, um dia você está lá em cima, outro dia lá embaixo. Eu acho que tudo pode dar certo, eu tenho grandes expectativas, não digo pra daqui um mês, dois meses, mas para daqui um ano, dois anos, eu acho (*focus 7*, participante feminina 2, 17 anos, Pública da Capital).

Para o estudante Michel, da Escola Pública da Capital, as expectativas são mais otimistas que pessimistas, pelo fato de o seu projeto de vida, no momento, ser o esforço para entrada na universidade, encontrar trabalho, constituir família, alcançar estabilidade profissional e econômica, mesmo sabendo que não superará estes desafios de imediato, o que não o impede de lutar por seus ideais e encarar a vida positivamente.

eu acho que ela é positiva na maioria das vezes porque como eu quero me socializar mais eu quero que tudo volte ao normal até o ano que vem por exemplo, para que eu consiga, mas eu sei que nos próximos cinco anos vai ser bem difícil a minha vida porque fazer faculdade não é fácil, ainda mais arquitetura, dizem que é bem difícil e eu vou ter que trabalhar também, então acho que vai ser bem complicado, mais daqui dez anos eu pretendo estar estável já, ter conhecido alguém, estar casado quem sabe, ser pai também, quero muito ser pai, não ligo se for cedo, então acho que é só isso. A minha perspectiva é boa em relação à sociedade, acho que tudo vai melhorar, a pandemia vai acabar em breve, carnaval, acho que já vai ter carnaval o ano que vem, acho que já vai estar estável (*focus 8*, participante masculino 5, 17 anos, Pública da Capital).

A estudante Luana, da Escola Particular Laica, relata que por mais desafiador que possa ser o futuro, o sentimento que perdura é de determinação, perseverança, privilégio.

com a pandemia ficou escancarada essa questão da desigualdade. Jovens que não tinham, não tem acesso à internet, ou tem que andam vários quilômetros para conseguir algum sinal. Então a gente aqui que tem tudo de mão beijada praticamente, horário organizado, professores, é querer fazer valer a pena o que a gente tem aqui (*focus 5*, participante feminina 1, 17 anos, Particular Laica).

Para os jovens Rafael e Marco, da Escola Particular Laica, planejar o futuro é uma necessidade, embora não seja um exercício fácil. Planejar contribui para ampliar horizontes, estabelecer metas, planejar-se, programar-se, mesmo que, às vezes, os planos possam ser frustrados, o que não deve gerar desânimo. Por outro lado, também é preciso aprender a viver bem o momento presente, pois o futuro também dependerá da qualidade de como se vive o aqui e o agora.

eu sou uma pessoa que faz muitas metas e muitos planos para o dia de amanhã, penso no futuro, eu coloco objetivos de onde eu quero chegar o que eu quero ser e, às vezes, como muitos planos meus já foram frustrados e nem mesmo por isso eu acabo me desanimando, o futuro é uma escolha nossa hoje (*focus 6*, participante masculino 1, 17 anos, Particular Laica).

é importante planejar o futuro. Porém, o mais importante é aprender a viver o agora preocupado se isso vai acontecer ou não, alguma coisa vai acontecer. A graça do futuro é você não saber o que vai acontecer, e você vai saber na hora que chegar (*focus 6*, participante masculino 4, 17 anos, Particular Laica).

Para o estudante Fábio, da Escola Pública da Capital, falar de futuro é uma mistura de sentimentos ao mesmo tempo, pelo fato de que cada pessoa possui uma maneira própria e única de conceber e relacionar-se com o que ainda está por vir.

eu, daqui uns quatro cinco anos quero estar bem já, ajudando a minha família, estando num circo bom mesmo e viajando para vários países fazendo o que eu gosto (*focus 8*, participante masculino 3, 17 anos, Pública da Capital).

Conforme demonstrado, elementos históricos, sociais, políticos, culturais, educacionais, econômicos, faixa etária, entre outros, que situam uma geração no tempo e no espaço, podem contribuir e contemplar mais de uma geração simultaneamente, pois a cronologia, a história, o tempo e o espaço não delimitam a existência de uma mesma e única geração, mesmo que possam compartilhar elementos históricos e culturais, características, idade e valores em comuns (MANNHEIM, 1982).

O conjunto de fatores sociais, culturais, geracionais, históricos, políticos etc., que desencadeiam crises, diferenças e conflitos sociais também provocam mudanças, forçam e conduzem a sociedade a abrir-se para novas perspectivas e demandas introduzidas pelas novas e plurais configurações geracionais juvenis. As crises pelas quais as sociedades contemporâneas e as juventudes passam, de múltipla natureza, no processo de empoderamento e inserção social do jovem, forçam as juventudes, enquanto “recurso latente” disponível em todas as sociedades (MANNHEIM, 1996) a buscar, lutar e propor mudanças e rupturas que fomentam a dinamicidade e a transformação das culturas e das sociedades.

No entendimento de Pais (2012), mesmo diante de incertezas e inseguranças em relação ao futuro, grande parte da maneira como os sujeitos o concebem e projetam-se em direção a ele depende de como ele é antecipado pelos sujeitos e da esperança que se

deposita nele. Muitas juventudes olham para o futuro querendo jogar com ele e alimentando-o de ilusões. Há também juventudes que o concebem enquanto extensão, prolongamento do presente com tudo o que se é possível vivenciar e projetar enquanto movimento dialético, fragmentado ou contínuo que inspira e gera esperanças¹¹.

Indagar as e os jovens “sobre o futuro pressupõe que eles são capazes de avaliar as continuidades, as transformações e os bloqueios, à medida que refletem sobre questões relacionadas com o seu bem-estar e aspirações futuras” (BRANNEN & O’CONNELL, 2022, p. 7), acompanhados de suas vivências presentes e passadas que lhes oferecem horizontes com base nos quais se configuram aspirações possíveis de futuro e para o futuro.

As transformações culturais, sociais, econômicas, políticas, ambientais, tecnológicas, entre outras, que afetam as sociedades contemporâneas têm gerado profundas mudanças de mentalidade, cosmovisão e na forma como os indivíduos relacionam-se com a vida, o futuro, o trabalho, o tempo, as relações sociais e interpessoais em geral. Diante disso, “as condições de construção de um projeto para a vida profissional/pessoal vem se modificando substancialmente” (KORMAN DIB & CASTRO, 2009, p. 4). Nesses contextos, os jovens, por estarem em um momento muito particular da vida para fazer escolhas, tomar decisões e fazer planos, mesmo que as decisões e escolhas não sejam cabalmente todas feitas durante a juventude, são um dos segmentos sociais mais afetados (CORRÊA & JOBRIM e SOUZA, 2015).

Os resultados apresentados de uma certa maneira, também traduzem e operacionalizam a mensagem que o papa Francisco deixou para os jovens universitários portugueses por ocasião da Jornada Mundial da Juventude realizada na cidade de Lisboa, em 2023¹². Diz Francisco aos jovens:

Amigos, permiti que vos diga: procurai e arriscaí. Neste momento histórico, os desafios são enormes, os gemidos dolorosos: estamos a viver uma terceira guerra mundial feita aos pedaços. Mas abracemos o risco de pensar que não estamos numa agonia, mas num parto; não no fim, mas

¹¹ Ao saber que somente ter esperança não é suficiente, perdê-la ou não alimentá-la de maneira adequada, com atitudes determinadas, pode traduzir-se em resignação, apatia, desencanto, desespero, conformismo, ter o futuro furtado pelo presente (PAIS, 2012). Enquanto para alguns jovens “a posse do presente é pura fonte de prazeres imediatos, para outros é um tempo de fabricação de utopias, embora a natureza destas varie entre os que alimentam a esperança de as realizar e os que pensam que o importante não é realizar sonhos mas ter sonhos por realizar” (PAIS, 2012, p. 277).

¹² FRANCISCO. Viagem Apostólica a Portugal: Encontro com os jovens universitários (Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, 3 de agosto de 2023). Vatican. 3 ago. 2023. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2023/august/documents/20230803-portogallo-universitari.html>. Acesso em: 20 abr. 2024.

no início dum grande espetáculo. E é precisa coragem para pensar assim. Por isso sede protagonistas duma “nova coreografia” que coloque no centro a pessoa humana, sede coreógrafos da dança da vida [...] tende a coragem de substituir os medos pelos sonhos: substituí os medos pelos sonhos, não sejais administradores de medos, mas empreendedores de sonhos! (FRANCISCO, 2023)

Para muitas juventudes o futuro é revestido de otimismo e de esperança, sem desconsiderar as dificuldades e ameaças. Porém, também se faz necessário educar para o otimismo e a esperança. Eles são componentes importantes para inspirar e orientar as trajetórias, cosmovisões, escolhas, perspectivas de futuro e projetos de vida das juventudes na contemporaneidade, muitas delas desesperançadas, por situações e condições diversas.

1.2.3 Aprendizados e legados que a Geração atual deixará para as futuras gerações

A pandemia da Covid-19 foi uma experiência desastrosa, cruel e desoladora, sem precedentes, para a população mundial, sob múltiplos aspectos. Porém, as juventudes pesquisadas também puderam, em meio a todas as problemáticas vividas e/ou presenciadas, tirar aprendizados para suas experiências e perspectivas de futuro enquanto indivíduos e geração.

A estudante Maria, da Escola Pública do Interior, diz que esta geração iniciou um processo de mudança atitudinal em relação à empatia, ao respeito e ao convívio social.

Eu acho que essa geração vai ser a geração que de certa forma iniciou um processo de mudança em relação a empatia, ao respeito, à política que é se interessar, não só se interessar, mas tá ali. Não que essa geração revolucionou o ser humano, mas essa geração deu um passo dentro da pandemia, deu início talvez de uma nova era, um novo jeito de convívio, uma nova forma de pensar, de agir, de *ensinar* as próximas gerações a como ser, assim por diante (entrevista feminina 2, 17 anos, Pública do Interior).

Para a estudante Luiza, da Escola Pública da Capital, o aprendizado maior adquirido estará voltado mais para a acolhida, a compreensão e o não julgamento das pessoas em suas experiências e condições de vida, em base às experiências pessoais vividas por eles e elas próprios.

Eu acho que a gente aprendeu muito sobre olhar para as pessoas, não julgar as pessoas pelo que elas passam. Eu acho que os jovens, eles são, eles pensam muito nos outros, porque eles entendem muito o que eles passam, eu acho que toda a vez na verdade que eu penso nos jovens, eu penso nas pessoas que entendem umas às outras, que não julgam, não acham que as coisas são besteira, que a gente realmente sente eu acho que é isso qualquer problema que vai acontecer a gente não acha que é frescura, a gente vai lá e tenta resolver, entendeu? A gente não tenta julgar, não jogar debaixo do tapete, a gente tenta resolver do jeito que dá (entrevista feminina 1, 17 anos, Pública da Capital).

Para a jovem Eduarda, da Escola Pública da Capital, a geração atual terá maior sensibilidade e capacidade para compreender e dialogar com problemáticas que na atualidade estão mais presentes na vida das pessoas e entre as juventudes, em particular, a saúde mental, a empatia com as pessoas, a natureza, a vida, a sustentabilidade, a atitude disruptiva de padronização de aceitação social.

Principalmente essa de tipo de conversar, a empatia não só gerada pelo político correto, você respeitar o próximo, conversar com ele, entender que doenças mentais não é besteira, hoje em dia você toma mais cuidado com as coisas, eu acho que é a sensação de empatia que a minha geração vai deixar, a empatia no geral, empatia pelo próximo, pela natureza, pela vida, pela vida do outro que está em outro planeta, entendeu, em outro país. A geração é mais sensível em que qualquer um pode ser o que quiser, ninguém precisa seguir um meio, um padrão, cada um é o que quiser ser, ninguém é de ninguém, ninguém precisa ligar para aquilo, você só deve ligar para aquilo, você não precisa seguir um padrão, você faz o que você quiser, a principal marca direitos iguais de todo mundo, da humanidade em geral, quer fazer alguma coisa faz (entrevista masculina 2, 17 anos, Pública da Capital).

Para a estudante Ana, da Escola Pública do Interior, o legado que ela quer deixar para as futuras gerações é de sobrevivente diante do colapso de uma pandemia, de esperança, de não desistir dos sonhos, dos estudos, ter força de vontade para ser perseverante em meio aos problemas que poderão vir pela frente, e de que é possível vencê-los.

Primeiro de tudo sobrevivência a todo esse colapso da pandemia, e eu quero deixar também esperança. Depois de dois anos a gente está vindo na escola de novo, faltando dois meses para acabar as aulas, eu quero deixar esperança para eles, força de vontade que eles consigam, aguentar o ensino que não é fácil (entrevista feminina 1, 17 anos, Pública do Interior).

No entendimento de Eduarda, Escola Pública da Capital, o legado está fundamentado na luta pelos sonhos, gostos e anseios pessoais e não se prender em medos

que possam vir de julgamentos, não aprovação de terceiros ou por falta de apoio e incentivo dos que estão ao seu entorno.

Aproveitem, com certeza, e não deixem de fazer o que você gosta por medo do julgamento. Muita gente gosta muito de fazer alguma coisa mas tem medo do julgamento, do que vão pensar ou então o pai não apoia, ou então vão falar mal, aproveitem e não deixem de estudar. E aproveite porque o tempo passa muito rápido e quando você olha pra trás é melhor você ficar com o arrependimento de ter feito alguma coisa, do que ficar com esse pensamento, se eu tivesse feito, como poderia ter sido, se eu tivesse investido no meu sonho eu poderia muito bem é diferente agora (entrevista feminina 2, 19 anos, Pública da Capital).

Segundo o estudante Nei, da Escola Particular Confessional, as gerações passadas não deram a devida importância para questões ambientais e sustentabilidade do planeta. Para ele, o legado da geração atual dependerá do grau de comprometimento dela para consertar problemas deixados pelas gerações anteriores e mudar o rumo das coisas em vista de um desenvolvimento mais sustentável e responsável para com a governança do planeta diante da escassez dos recursos naturais que estão cada vez mais ameaçados.

a gente vê muito, as gerações passadas não se importavam mais com a questão ambiental. E a partir da nossa geração começou a se dar mais importância porque a gente viu que a água tá batendo na bunda. Se a gente continuar do jeito que a gente tá não vai ter recursos para as próximas gerações. O legado que essa geração vai deixar vai depender muito do interesse que a nossa geração vai ter em tentar entre aspas consertar o problema que as gerações passadas deixaram? É só que também vai ficar muito conhecido pelo pessoal mais velho brincando que é a geração mi mi mi né, tudo é mi mi mi, se importa, dá importância demais pra alguns coisas pode ser que essa importância demais pra algumas coisas também possa impedir o avanço, o que pode acontecer impedir decisões que podem melhorar o futuro de serem tomadas, porque os jovens estão se importando demais com eles e muito menos com os outros, mas isto daí é questão do que vai acontecer daqui pra frente (entrevista masculina 2, 17 anos, Particular Confessional).

Para a estudante Mara, da Escola Particular Laica, a contribuição que irão deixar estará relacionada ao cumprimento dos direitos e da cidadania, entre eles, o direito à educação.

Acho que sempre lembrar os direitos que nós temos e nunca esquecer disso e a se a gente tem um direito de cidadão como por exemplo a gente tem discutido a educação. É um direito que nós temos eu acho que durante essa minha geração a minha ideia particular é sempre lembrar isso sabe que o jeito que nós temos e o real valor que a gente tem que dar para isso (entrevista feminina 2, 17 anos, Particular Laica).

A estudante Aline, da Escola Particular Confessional, diz estar esperançosa que a sua geração seja mais aberta e engajada no combate a discriminação e indiferenças, seja mais tolerante, valorize a vida e esteja mais ciente e disposta a combater as problemáticas e ameaças futuras.

Eu imagino que a nossa geração vai ser uma muito mais aberta, não vai passar intolerância para os nossos filhos. Eu sinto que a quantidade de intolerância na próxima geração vai ser muito menor do que a intolerância que a gente tem hoje em dia. Eu sinto que essa geração tá muito mais aberta a essas coisas, tá muito mais engajada nessas coisas, a maior parte. O legado que a gente vai deixar: a valorização da vida com certeza, diminuir a falta de intolerância, enxergar o próximo como a si mesmo e, principalmente, eu espero que a gente passe todas essas questões de estar um pouco mais acordado pra todas essas situações que vai afetar a vida deles no futuro (entrevista feminina 1, 17 anos, Particular Confessional).

A estudante Nara, da Escola Particular Confessional, reforça a dimensão da defesa dos direitos e da cidadania dos indivíduos e de causas sociais será uma marca da sua geração.

Sim, tem a causa da gente ter o nosso direito. Então eu acho que quando falem questões de ter nossos direitos é como cidadã a gente corre muito atrás disso. É como por exemplo, é houve uma história de querer privatizar o SUS. A gente foi atrás, a gente lutou, então acho que a gente vai atrás dos nossos direitos. E assim é a gente é tem essa união como fala do a questão dos nossos direitos (entrevista feminina 2, 17 anos, Particular Confessional).

Os dados evidenciam que são múltiplas e diversas as concepções e os aspectos que as juventudes relataram sobre o futuro pessoal, da sociedade e do planeta. Elas também são perpassadas pelas condições singulares e cosmovisões, tanto na ótica pessoal quanto ao futuro no qual irão viver, desejam viver ou acham possível viver. Tudo isso legitimado e compreendido pelo fator de que cada sujeito, na sua singularidade, ao refletir e referir-se ao futuro, o faz com base em seu contexto e lugar de fala, em experiências, problemáticas, inseguranças e condições, ancoradas nas trajetórias vividas, porém viesados pela esperança, que oferece luzes, carga positiva de otimismo em direção ao que está por vir pela frente.

As oportunidades e perspectivas de vida que as juventudes tecem, alimentam e impulsionam suas escolhas e seus sonhos a olhar para frente com otimismo, serem protagonistas e contribuírem para um futuro melhor para si, para a sociedade e para o planeta, sob aspectos e dimensões diversas, com o auxílio da educação, pois acreditam em

sua força e potencial transformador, uma vez que nas entranhas da educação, há sempre desdobramentos de possibilidades e oportunidades. Dessa premissa, nascem a vocação e a natureza emancipadora da educação porque alimenta o sentido da alternativa, da oportunidade e da cultura da mudança: ela existe porque as coisas podem ser diferentes e podemos mudá-las (ROCA, 1996).

Educar para outros mundos possíveis “é fazer da educação um espaço de formação crítica [...] é educar para mudar radicalmente nossa maneira de reproduzir nossa existência no planeta” (GADOTTI, 2003, p. 55). Não se pode mudar o mundo sem mudar as pessoas (LA TAYLE & MENIN, 2014), e não se pode mudar o rumo do mundo sem educar as pessoas para realizar as mudanças necessárias para se conviver em sociedades cada vez mais plurais e multiculturais, que respeitam, promovem e educam para os direitos humanos, a fim de que as diferenças não sejam interpretadas como preconceitos, inimizades e causas de conflitos, mas conhecidas e respeitadas na convivência social.

Conclusão

Expectativas e anseios pessoais dos jovens sobre suas trajetórias e seus projetos de vida em relação ao futuro, cada vez mais, estão profundamente interligadas com as condições pessoais, socioeconômicas, políticas, crises e as ameaças que impactam o presente e o futuro do planeta, das sociedades e dos contextos nos quais vivem.

Enquanto concluintes do ensino médio, evidenciaram-se ao menos três direcionamentos, conforme as condições socioeconômicas, perspectivas de vida e localização geográfica dos participantes. Uma parcela dos jovens pensa em fazer um curso técnico e arrumar emprego, particularmente, uma grande parcela dos que estudam nas escolas públicas; os que visam entrar na universidade de imediato, enquanto um percurso quase natural ao concluir o ensino médio, estão nas escolas particulares, em geral; e os que se perguntam sobre o que fazer na vida, independentemente da classe social, pois julgam que a escolha da carreira ou de um curso universitário não são as únicas prioridades ou demandas das juventudes nessa etapa da vida ou de um projeto de vida.

No que tange aos aprendizados, perspectivas de futuro e legados apresentados pelos participantes, eles são diversos, plurais, ambivalentes, acompanhados de sentimentos e perspectivas pessimistas, otimistas e de uma geração comprometida com os direitos humanos e sociais. As perspectivas apresentadas, além de indicar perspectivas

concretas de como as juventudes se veem em perspectivas de futuro, oferecem chaves de leitura para que se possa compreender e indagar os resultados e fomentar também estudos futuros aprofundados sobre juventudes a fim de compreendê-las mais e melhor.

Os enfoques pessimistas indicam componentes relacionados a uma geração com atitudes egoístas, individualista, acomodada, com falta de comprometimento social e político, de uma parcela das juventudes frente ao futuro, particularmente no que tange aos cuidados para com a sociedade, a convivência social, a sustentabilidade do planeta e em qual futuro irão viver.

Por sua vez, as perspectivas e legados otimistas abarcam referenciais e componentes diversos. Eles versam sobre desejos, sentimentos, motivação, sonhos, aprendizados, empatia, superação, desejos de mudanças e transformação social, entre outros, que envolvem perspectivas pessoais em relação à sociedade, ao futuro e à sustentabilidade do planeta, causas relacionadas aos direitos humanos e sociais, por serem mais sensíveis a questões emergentes de raça, gênero, preconceitos etc.

Viver, esperar, planejar, escolher, programar o tempo presente em função de um devir, é uma experiência complexa e desafiadora para o ser humano, em especial para os sujeitos jovens, particularmente nos tempos atuais, em sociedades altamente competitivas, efêmeras, líquidas, imediatistas, individualistas, consumistas etc. Diante de cenários e contextos desafiadores, só é possível “viver-se plenamente o tempo quando a espera se converte em esperança” (PAIS, 2012, p. 276).

Em continuidade com o pensamento de Pais, Paulo Freire (1992) reforça que a esperança não é espera passiva, mais movida pelo verbo esperar, ou seja, uma espera ativa. Esperar é levantar, ir atrás, construir, não desistir, é juntar-se com outros para fazer de outro modo. Continua Freire, “[...] minha esperança é necessária, mas não é suficiente” [...] enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica” (FREIRE, 2001, p. 10-11). A esperança sozinha “não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica como o peixe necessita da água despoluída” (FREIRE, 2001, p. 12).

Os resultados apresentados oferecem chaves de leitura e insumos para futuros trabalhos e estudos, entre eles, de continuar o entendimento das causas que amedrontam as juventudes, geram inseguranças e incertezas em relação ao futuro pessoal, social, profissional e em qual futuro irão viver, acompanhadas de suas prerrogativas próprias e

singulares. Esses sentimentos condicionam e podem determinar suas escolhas e decisões em relação a suas trajetórias atuais e seus projetos de vida futuros.

Para tanto, é de fundamental importância fomentar e qualificar os canais de diálogo com as e os jovens, dar voz a elas nas famílias, nas escolas, nos grupos, na sociedade em geral, para que possam falar sobre seus sentimentos, anseios, angústias, sonhos, medos, perspectivas de futuro, uma vez que poderá estar em jogo não apenas a qualidade ou a continuidade de suas trajetórias e seus projetos de vida, mas também o futuro como um todo, do qual as juventudes também são sujeitos e atores com potencial de transformação, ou seja, tê-las como causa de cuidados e protagonismos, parte da busca por soluções e respostas a problemáticas e ameaças que podem colocar em risco as suas vidas, sonhos trajetórias e projetos de vida, a vida humana e a vida do planeta.

Referências Bibliográficas

ALVEZ, M. Z.; DAYRELL, J. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens no meio rural e seus projetos de vida. São Paulo, Revista: **Educ. Pesqui**, 41 (2), 375-390, 2015.
[Dhttps://www.scielo.br/pdf/ep/v41n2/1517-9702-ep-41-2-0375.pdf](https://www.scielo.br/pdf/ep/v41n2/1517-9702-ep-41-2-0375.pdf)

BOHOSLAVSKY, R. **Orientação Vocacional: a estratégia clínica**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRANNEN, J.; O'CONNELL, R. Thinking about the Future: Young People in Low-Income Families. **Societies**, 12 (3), 86. 2-11, 2022. <https://doi.org/10.3390/soc12030086>

CORRÊA, C. S.; JOBIM E SOUZA, S. O que será o amanhã? Expectativas de jovens sobre futuro, política e trabalho. Temas em destaque. **Desidades**, 8, (3), 19-29, 2015.
<https://revistas.ufri.br/index.php/desidades/article/view/2647>

CIAVATTA, M. (2018). A reforma do ensino médio: uma leitura crítica da lei n.13.415/2017 – adaptação ou resistência? **HOLOS**, 34 (4), 207-222.
<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7152>

CONJUVE. Conselho Nacional de Juventude. **Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. Relatório de resultados**. Realização técnica: Fundação Roberto Marinho; Rede Conhecimento Social, 2020. <https://www.juventudeseapandemia.com>

DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (Orgs). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DERTEANO, P. M. La juventud es más que un signo. Aproximaciones al enfoque de las falencias y la vulnerabilidad juvenil. **Las Tramas de la Comunicación**, 17, 329-343, 2013.

- FRANCISCO, P. Encontro com os jovens universitários. **Discurso do santo padre**. Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, quinta-feira, 3 de agosto de 2023. <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2023/august/documents/20230803-portogallo-universitari.html> . Acesso em: 20 abri. 2024.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 46^a. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 200
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 8^a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FORACCHI, M. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo, Companhia Editoria Nacional, 1965.
- GADOTTI, M. **Educação e poder. Introdução à pedagogia do conflito**. 13^a. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- GROPPO, L. A. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. Florianópolis, **Em Tese**, 12 (1), 4-33, 2015.
- GROPPO, L. A. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, 20 (1), 383-402, 2016.
- KUENZER, A. Z. O ensino médio no plano nacional de educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educ. Soc.**, Campinas, 31(112), 851-873, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000300011>
- KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, Campinas, 38 (139), 331-354, 2017. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177723>
- KORMAN DIB, S.; CASTRO, L. R. O trabalho é projeto de vida para os jovens? **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 13 (1), 1-15, 2010. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v13i1p01-15>
- LA TAILLE, Y. ; MENIN, M. S. S. (Orgs). **Crise de valores ou valores em crise?** [Recurso eletrônico]. Porto Alegre: Artmed, 2014. E-pub editado como livro impresso em 2009.
- LEÃO, G.; DAYRELL, J. T.; REIS, J. B. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educ. Soc.**, Campinas, 32 (117), 1067-1084, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400010>
- LECCARDI, C. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, 17 (2), 35-57, 2005. <https://www.scielo.br/j/ts/a/3p3mXn5TfgkkGSnWsXZ3zxr/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 09 out. 2022.

MANNHEIM, K. Funções das gerações novas. In: Pereira, L., Forachi, M.M. **Educação e Sociedade**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1996.

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: Britto, S. (org.). (1968). **Sociologia da juventude**. Vol. I, Rio de Janeiro: Zahar, 69-93, 1968.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: Ariovich, L. (1996). **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires, Biblos, 13-30, 1996.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. Universidade degli Studi di Milano. Trad.: Angelina Teixeira Peralva. Publicado em: **Revista Young**. Estocolmo, 4 (2), 1996, 3-14. **Revista Brasileira de Educação**, 1997. <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a02.pdf>

PAIS, J. M. A esperança em gerações de futuro sombrio. **Estudos Avançados**, 26 (75), 267-280, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000200018>

NOGUEIRA, F. M. M. (2017). **O futuro é a semana que vem: um estudo sobre juventude e tempo**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós graduados em Psicologia da Educação. (Tese de doutorado). <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/18964/2/Flávia%20Maria%20Marques%20Nogueira.pdf>.

LATOUR, B. **Où suis-je? Leçons du confinement à l'usage des terrestres**. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond, 2021.

PUDDEPHATT, A. J. Living Green while Locking Down? Bruno Latour on Covid-19 Lockdowns in the Midst of the Climate Crisis. **Symbolic Interaction**, 45 (4), 596-605, 2022. <https://doi.org/10.1002/symb.610>

SOUZA SANTOS, B. Lecciones iniciales de la pandemia de Covid-19. **Revista de Economía Institucional**, 23 (44), primer semestre, 81-101, 2021. <https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/ecoins/article/view/7008>.



Capítulo 5
A MOTIVAÇÃO NO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO NO
IFSUL CÂMPUS LAJEADO/RS

Paula Orvana Guimarães Wiebbelling

Cláudia Redecker Schwabe

Malcus Cassiano Kuhn





A MOTIVAÇÃO NO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO NO IFSUL CÂMPUS LAJEADO/RS

Paula Orvana Guimarães Wiebbelling

*Especialista em Gestão de Micro e Pequenos Negócios pelo Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul Câmpus Lajeado/Lajeado/RS,
paulaorvanaw@gmail.com*

Cláudia Redecker Schwabe

*Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul Câmpus Lajeado/RS, Doutora em
Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS/São
Leopoldo/RS, claudiaschwabe@ifsul.edu.br*

Malcus Cassiano Kuhn

*Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul Câmpus Lajeado/RS, Doutor em Ensino de
Ciências e Matemática pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA/Canoas/RS,
malcuskuhn@ifsul.edu.br*

RESUMO

Este capítulo aborda a importância da motivação no ambiente de trabalho. Ter e manter servidores públicos motivados dentro de uma instituição é desafiador, uma vez que as instituições buscam se desenvolver por meio de seu trabalho e, para isso, precisam estar dispostas a propor um ambiente saudável para o trabalho. Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo investigar a motivação dos servidores públicos federais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Câmpus Lajeado, Rio Grande do Sul, assim como identificar fatores que podem estar relacionados à motivação. Para tanto foi desenvolvida uma pesquisa com abordagem qualitativa, feita por meio de uma revisão bibliográfica, para conhecer diferentes teorias referentes à motivação e, posteriormente, a aplicação de um



questionário online, com os 28 servidores públicos dessa instituição. Através da análise dos resultados foi possível identificar que a maioria dos servidores está motivada e que a motivação é própria de cada indivíduo, variando de acordo com as situações de trabalho vivenciadas e com as suas necessidades. Portanto, pondera-se que a motivação possui níveis de variação, tanto entre os indivíduos como também em um único indivíduo, uma vez que os servidores, em situações de trabalho similares, seguindo as mesmas regras, responderam de forma distinta, expressando percepções diferentes quanto às mesmas questões.

Palavras-chave: Comportamento Organizacional. Motivação. Servidores Públicos. Instituição Federal de Ensino.

ABSTRACT

This chapter addresses the importance of motivation in the workplace. Maintaining motivated public servants within an institution is challenging, as institutions seek to develop through their work and, to this end, need to be willing to provide a healthy work environment. Therefore, this research aims to investigate the motivation of federal public servants at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Southern Rio Grande do Sul, Lajeado Campus, Rio Grande do Sul, as well as to identify factors that may be related to motivation. To this end, a qualitative research approach was developed, using a literature review to explore different theories on motivation and, subsequently, the application of an online questionnaire to the 28 public servants of this institution. Through the analysis of the results, it was possible to identify that the majority of the public servants are motivated and that motivation is unique to each individual, varying according to the work situations experienced and their needs. Therefore, it is considered that motivation has levels of variation, both between individuals and also within a single individual, since employees, in similar work situations, following the same rules, responded differently, expressing different perceptions regarding the same issues.

Keywords: Organizational Behavior. Motivation. Public Servants. Federal Institution of Education.

INTRODUÇÃO

Atualmente, vive-se em uma sociedade extremamente competitiva, na qual, os profissionais são cobrados constantemente por resultados e produtividade. Assim, cria-se, muitas vezes, uma situação de pressão diária na busca de um diferencial para consolidação no mercado e, além disso, precisa-se manter com saúde física e mental para o alcance dos objetivos profissionais e pessoais.

Nesse contexto, depara-se também com a motivação dos indivíduos no seu trabalho, a qual está relacionada a diversos fatores, tais como desejos ou impulsos, necessidades individuais e busca da realização de seus objetivos. Desse modo, essa pesquisa objetiva investigar como está a motivação dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - IFSul Câmpus Lajeado, Rio Grande do Sul (RS), bem como identificar fatores que podem ser considerados intervenientes na motivação.

Para tanto, realiza-se uma pesquisa com abordagem qualitativa, por meio de um estudo bibliográfico e da aplicação de um questionário a todos os servidores do Câmpus, para investigar questões que possam estar ligadas à sua motivação no trabalho. Os dados obtidos foram analisados à luz do referencial teórico. Após esta introdução, o capítulo apresenta o referencial teórico, a metodologia, a análise dos dados e as considerações finais do estudo realizado.

REFERENCIAL TEÓRICO

A motivação, ou ainda, questões que podem ser consideradas intervenientes em um aumento de motivação não representam consenso. Nesse sentido, apresentam-se, nessa seção, teorias que abordam a motivação e que se consideraram mais significativas para embasar as reflexões a partir dos dados coletados, agregando subsídios para elucidar o questionamento da presente pesquisa.

De acordo com Robbins (2007), a motivação é a interação de um indivíduo com determinada situação. Essa motivação possui níveis de variação, tanto entre os indivíduos como também em um único indivíduo apenas, conforme a situação. O autor acrescenta ainda que a motivação é constituída por três elementos: intensidade, direção e persistência. A intensidade está relacionada com o esforço que o indivíduo despende, a direção verifica se os esforços do indivíduo são coerentes com as metas da instituição, e a persistência está relacionada ao tempo que a pessoa mantém nesse esforço para realizar determinada tarefa (Robbins, 2007).

Em conformidade com Dubrin (2003), a motivação é vista como um impulsionamento que faz com que os indivíduos alcancem seus objetivos dando o melhor de si, e o esforço que as pessoas se dispõem a empreender para atingir uma meta ou satisfazer uma necessidade.

Para aprofundar os estudos sobre motivação e entendê-la melhor, é necessário estudar as teorias motivacionais, pois através delas é possível identificar os motivos pelos quais as pessoas se motivam ou deixam de motivar-se. Segundo Robbins (2007), as principais teorias partem da ideia de que os motivos do comportamento humano estão dentro de cada indivíduo. Assim, a motivação se originaria a partir de forças internas, em que cada pessoa tem um tipo de comportamento, e suas reações poderão ser distintas, embora exposta às mesmas situações de outra pessoa.

Para o presente trabalho, optou-se por abordar a Teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow, Teoria X e Teoria Y de McGregor, Teoria dos Dois Fatores de Herzberg, Teoria ERC de Aldefer e a Teoria das Necessidades Adquiridas de McClelland, visto que se compreende que essas possam subsidiar a discussão dos resultados.

De acordo com Marras (2000), em 1943, o psicólogo americano Abraham H. Maslow desenvolveu a Teoria da Hierarquia das Necessidades, também conhecida por Teoria das Necessidades de Maslow. Segundo Maslow, o que motiva as pessoas são as necessidades e, para o surgimento de uma necessidade, é fundamental a satisfação prévia de uma necessidade inferior. Dessa forma, o indivíduo só vai buscar a satisfação de uma necessidade superior quando a inferior estiver satisfeita.

Para explicar as necessidades humanas da Teoria de Maslow, Dubrin (2003) as ilustra em uma pirâmide. A base da pirâmide refere-se às necessidades de nível baixo, que compreendem as necessidades fisiológicas e de segurança. Já nas partes superiores da pirâmide encontram-se as necessidades de nível alto, representantes da busca pela individualização do ser, consideradas necessidades sociais, de estima e autorrealização. Quando uma necessidade é satisfeita, a próxima necessidade torna-se dominante no comportamento da pessoa.

Ainda de acordo com a teoria de Maslow (Robbins, 2007), as necessidades fisiológicas incluem fome, sede, abrigo, sexo e outras necessidades corporais. Já a necessidade de segurança refere-se à segurança e proteção contra danos físicos e emocionais. As necessidades sociais, por sua vez, têm relação com afeição, aceitação, amizade e sensação de pertencimento a um grupo. A necessidade de estima engloba fatores internos, como respeito próprio, realização e autonomia; e fatores externos, como *status*, reconhecimento e atenção. Por último, a necessidade de autorrealização compreende tudo aquilo que a pessoa é capaz de tornar-se, de ser, estando relacionada a crescimento, autodesenvolvimento e alcance do próprio potencial.

Além de Maslow, o psicólogo Douglas McGregor apresentou duas teorias na década de 50: a Teoria X e a Teoria Y. Na Teoria X, o indivíduo tem aversão ao trabalho, não tem ambição e evita responsabilidades. Nesse caso, será necessário motivá-lo através de salários ou demonstrar consideração por ele. Já na Teoria Y, o indivíduo vê o trabalho como algo natural. Ele deseja trabalhar e tem satisfação pelo trabalho quando existem boas condições e, além disso, busca responsabilidade, criatividade e soluções nas organizações (Affonso; Rocha, 2010).

Pode-se observar que, nas teorias X e Y, a questão da motivação do indivíduo é vista de forma distinta. Nesse sentido, dependendo da teoria, a abordagem em relação aos funcionários também é diferente. De acordo com Lacombe (2011), a Teoria X é utilizada por administradores que não acreditam nos funcionários e que pressupõem grande dependência dos subordinados em relação aos seus chefes. Assim, as pessoas precisariam ser coagidas, controladas e ameaçadas com punições para exercerem suas funções e se esforçarem mais. Já na Teoria Y, acredita-se que, para a motivação do funcionário, seria necessário criar processos decisórios, participativos e desafiadores, os quais gerariam responsabilidades e bom relacionamento com o grupo.

Há também a Teoria dos Dois Fatores, desenvolvida por Frederick Herzberg, que leva em consideração dois fatores quanto à percepção de satisfação: os intrínsecos ou motivacionais e os extrínsecos ou higiênicos (Zarth, 2013). Os fatores intrínsecos ou motivacionais estão relacionados ao cargo que a pessoa exerce. Pressupõe o indivíduo estar no controle e, de acordo com essa teoria, boas condições de trabalho não são suficientes para induzir ao estado de motivação. O indivíduo, para se sentir motivado, precisa sentir-se satisfeito com o seu trabalho. Já os fatores extrínsecos ou higiênicos estão associados com o ambiente em torno do indivíduo, envolvendo as condições físicas do trabalho e sobre as quais o indivíduo não tem controle. Elas apenas evitariam a insatisfação e manteriam um equilíbrio no ambiente de trabalho (Motta; Vasconcelos, 2006).

Segundo Robbins (2007), a Teoria ERC (Existência, Relacionamento e Crescimento), estudada por Clayton Alderfer, reorganizou para três as necessidades propostas pela Teoria de Maslow. São elas: necessidade de existência, a qual se refere aos materiais básicos (necessidades fisiológicas e de segurança conforme a Teoria de Maslow); necessidade de relacionamento, que diz respeito ao desejo de manter as relações interpessoais e é comparada às necessidades sociais de Maslow; e, por último, a

necessidade de crescimento, que está relacionada ao desenvolvimento pessoal e que, segundo a Teoria de Maslow, está associada à necessidade de autorrealização Robbins (2007).

Diferentemente da Teoria de Maslow, as três necessidades poderão ser ativadas ao mesmo tempo e atuar simultaneamente. Quando uma necessidade de nível mais elevada não for satisfeita, aumenta o desejo de satisfazer uma necessidade inferior (Schultz, 2013).

Robbins (2007) também apresenta a Teoria das Necessidades Adquiridas, desenvolvida por David McClelland. Assim como a Teoria ERC, apresenta três necessidades: a necessidade de realização (êxito competitivo, com a busca da excelência e sucesso), a necessidade de poder (desejo de impactar e ter o comando) e a necessidade de associação (manter relações próximas e amigáveis).

As três necessidades dessa teoria são aprendidas e adquiridas ao longo da vida, através do resultado de experiências vividas por cada indivíduo. Como resultado da aprendizagem, os indivíduos desenvolvem padrões únicos de necessidades, os quais interferem no seu comportamento e desempenho.

Uma vez que o presente trabalho investiga especificamente a motivação de servidores em uma instituição pública, é salutar explicitar o conceito de servidor público. Assim, segundo Druziani (1996 *apud* Schultz, 2013), os servidores públicos são pessoas físicas responsáveis por exercer, de forma temporária ou permanente, as atividades públicas. Para Dallari (1989), o servidor público é o indivíduo que trabalha para a administração pública, recebendo salário pago diretamente pelos cofres públicos.

Ainda de acordo com Schultz (2013), no contexto atual, as instituições estão focadas na concepção de que o capital é o ser humano. A motivação e a desmotivação de um servidor estão relacionadas ao resultado de um conjunto de diversos aspectos que o envolvem e envolvem também seu ambiente de trabalho.

Dessa forma, todas as organizações devem estar atentas ao desempenho de seus servidores, buscando seu aperfeiçoamento e capacitação, mantendo-os motivados e valorizados. Assim, a qualidade do trabalho que será desempenhado e o fator motivacional estão imbricados, cujos resultados serão perceptíveis por todos que usufruirão do serviço público. E para compreender melhor esse entrelaçamento, que se empreendeu a presente investigação, cujo percurso metodológico será delineado na seção a seguir.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica, e o procedimento técnico adotado foi o estudo de caso, com enfoque no IFSul Câmpus Lajeado, localizado no município de Lajeado, RS. O IFSul é uma instituição pública federal brasileira vinculada ao Ministério da Educação e composta por 14 Câmpus. O Câmpus Lajeado é a primeira instituição federal da região do Vale do Taquari e suas atividades letivas iniciaram em 11 de agosto de 2014. Oferece cursos de nível médio integrados à educação profissional, cursos técnicos subsequentes ao Ensino Médio, licenciatura em Pedagogia, cursos superiores de tecnologia, bem como cursos de pós-graduação *lato sensu*. O Câmpus atende, aproximadamente, 700 estudantes oriundos de diferentes municípios do Vale do Taquari.

O IFSul Câmpus Lajeado conta com 39 servidores, sendo 24 docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e 15 técnicos administrativos em educação (TAEs). Dentre os docentes, 21 são servidores efetivos do IFSul, um é substituto (com contrato de trabalho de, no máximo, dois anos, em virtude de docente afastado para capacitação) e dois docentes estão em exercício provisório, ou seja, são pertencentes ao quadro do funcionalismo público federal, mas vinculados a outras instituições de ensino. Salienta-se que os docentes e os técnicos administrativos em educação possuem carreiras diferentes. Há distinção quanto às etapas do concurso público para ingresso, quantitativo de horas semanais a serem trabalhadas e remuneração.

A abordagem desta pesquisa é qualitativa, pois o estudo apresenta a realidade da organização, com facilidade de compreensão do significado das informações coletadas (Oliveira, 2002). Essa abordagem permite aprofundar o entendimento dos fenômenos que investiga. Para o embasamento teórico, recorreu-se à pesquisa bibliográfica que, segundo Vergara (2016), utiliza-se de material obtido em livros, revistas e redes eletrônicas, sendo acessível ao público em geral. Ainda, a pesquisa é classificada como um estudo de caso por se deter com profundidade em apenas uma organização, o IFSul Câmpus Lajeado. Por meio desse tipo de pesquisa, conforme Yin (2010) é possível, em muitas situações, compreender fenômenos individuais, de grupo, de organizações, sociais ou políticas.

Foi também aplicada uma pesquisa de campo, através de um questionário online com 21 questões fechadas, sendo 8 questões referentes à identificação do perfil dos participantes e as outras 13 questões, para identificar os fatores organizacionais que

possam estar influenciando na motivação dos servidores. Para essas 13 questões, utilizou-se a escala Likert. Conforme Malhotra (2012), a escala Likert é medida com cinco categorias de respostas, que vão do “discordo totalmente” a “concordo totalmente”. Nas respostas, os participantes indicam o grau de concordância ou discordância com cada uma das afirmações. Desse modo, as perguntas elaboradas foram classificadas como: 1 - concordo totalmente, 2 - concordo parcialmente, 3 - não concordo, nem discordo, 4 - discordo parcialmente e 5 - discordo totalmente.

O questionário foi encaminhado em fevereiro de 2020 para os 39 servidores em exercício. Dos 39 questionários enviados, 28 foram respondidos. Desses, identificaram-se 15 docentes, 12 TAEs e 1 na categoria “outra” (exercício provisório). Os dados coletados são apresentados e analisados na seção seguinte, com base nas teorias motivacionais descritas no referencial teórico.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados foi dividida em duas etapas: a primeira foi responsável por identificar o perfil dos servidores, e a segunda, por verificar os fatores motivacionais, sua relação e possível influência na motivação dos servidores. Ainda em relação aos fatores motivacionais, primeiramente fez-se uma análise global das respostas dos servidores e, após, dividiram-se as respostas de acordo com suas carreiras (docentes EBTT e TAEs). Essa também permitiu verificar as respostas individuais de cada servidor.

A primeira parte do questionário foi elaborada para identificar o perfil dos servidores. Em relação à carreira, 43% (12 servidores) se identificaram como Técnicos Administrativos (TAEs) e 57% (16 servidores) como docentes EBTT. Na questão sexo, observou-se que a quantidade de homens e mulheres é exatamente a mesma, ou seja, 50% do sexo feminino e 50% do sexo masculino. Foi possível verificar que a maioria dos servidores tem entre 34 a 41 anos, totalizando 68% (19 servidores). Já entre a faixa etária dos 18 a 25 anos são 3,5% (1 servidor), acima de 50 anos são 3,5% (1 servidor), entre 26 a 33 anos são 7% (2 servidores) e 18% (5 servidores) tem idade entre 42 e 49 anos.

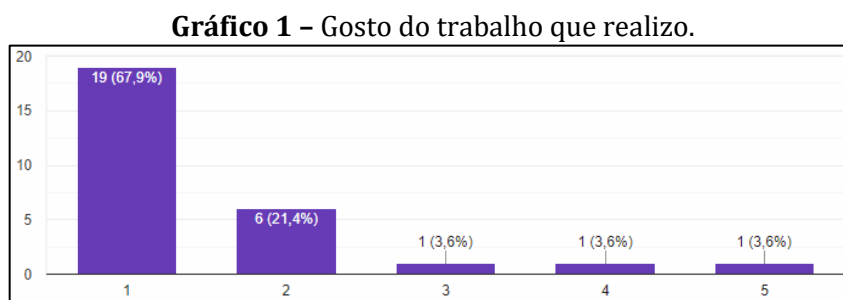
Quanto ao grau de escolaridade dos servidores, observa-se que 32% (9 servidores) possuem doutorado, 36% (10 servidores) mestrado, 21% (6 servidores) especialização e 11% (3 servidores) ensino superior. Esse resultado mostra o alto nível de escolaridade dos servidores, sendo um ponto positivo para a instituição. No que diz respeito ao tempo

de atuação dos servidores no serviço público federal, 4% (1 servidor) possui menos de 1 ano, 53% (15 servidores) entre 1 e 5 anos de serviço público federal, 39% (11 servidores) entre 6 e 10 anos e, acima de 11 anos, 4% (1 servidor público).

No que se refere ao tempo de trabalho dos servidores no IFSul, todos estão há mais de 1 ano e menos de 11 anos, sendo 71% (20 servidores) entre 1 e 5 anos, 29% (8 servidores) entre 6 e 10 anos. Já no IFSul Câmpus Lajeado, 4% (1 servidor) estão há menos de 1 ano, 39% (11 servidores) estão entre 1 e 2 anos, 14% (4 servidores) entre 3 e 4 anos e 43% (12 servidores) acima de 4 anos, ou seja, desde a abertura do Câmpus Lajeado.

Acerca do salário dos servidores do Câmpus, é possível verificar que a maioria recebe de 8 a 10 salários mínimos, ou seja, 47% (13 servidores). Outros 25% (7 servidores) recebem de 5 a 7 salários mínimos, 14% (4 servidores) recebem de 2 a 4 salários mínimos, e os outros 14% (4 servidores) recebem acima de 10 salários mínimos.

Já para avaliação dos aspectos motivacionais dos servidores foram elaboradas 13 questões, as quais foram respondidas através do questionário online e utilizando a escala Likert. A primeira questão referente aos fatores motivacionais indagava se a pessoa gosta do trabalho que realiza. As respostas são apresentadas no Gráfico 1.

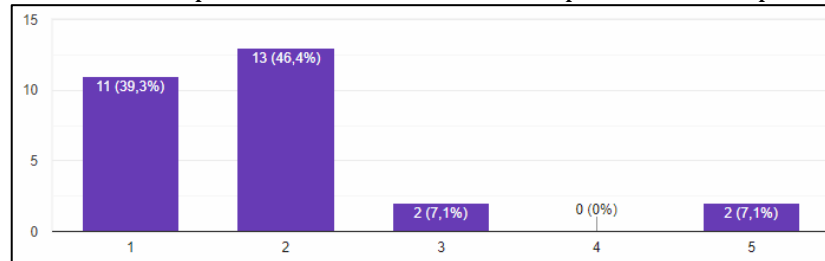


Fonte: Dos autores (2025).

Conforme se pode verificar no Gráfico 1, a maior parte dos servidores respondeu que concordam totalmente, ou seja, 67,9% (19 servidores) gostam do trabalho que realizam; 21,4% (6 servidores) responderam que concordam parcialmente; 3,6% (1 servidor) não concordam, nem discordam; 3,6% (1 servidor) discorda parcialmente e 3,6% (1 servidor) discorda totalmente. Segundo esses resultados, a maioria dos servidores se enquadraria nas características descritas na Teoria Y, segundo a qual a pessoa tem satisfação no trabalho quando existem boas condições. Muito diferente da Teoria X, segundo a qual o indivíduo teria aversão ao trabalho (Lacombe, 2011).

O Gráfico 2 mostra as respostas para a pergunta sobre a possibilidade de crescimento profissional e promoção na Instituição.

Gráfico 2 – Tenho possibilidade de crescimento profissional ou promoção.

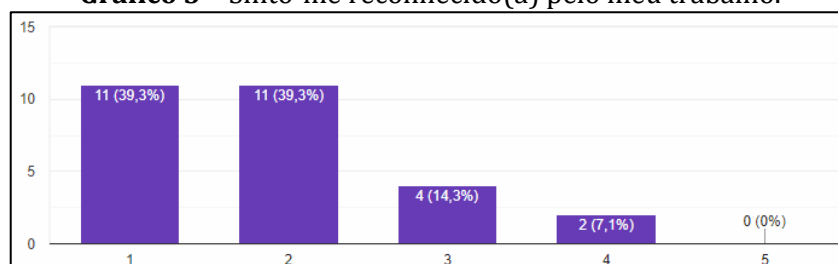


Fonte: Dos autores (2025).

Observa-se que 39,3% (11 servidores) concordam totalmente, 46,4% (13 servidores) concordam parcialmente, 7,1% (2 servidores) não concorda, nem discorda e 7,1% (2 servidores) discordam totalmente. Dessa forma, pondera-se que a maior parte dos servidores concorda que a instituição fomenta a promoção e o crescimento profissional, sendo esse um fator motivador, de acordo com os fatores motivacionais elencados por Herzberg, que afirma que a oportunidade de crescimento contribui para o funcionário sentir-se motivado (Zarth, 2013).

A questão seguinte abordou sobre o reconhecimento no trabalho e os resultados são apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Sinto-me reconhecido(a) pelo meu trabalho.

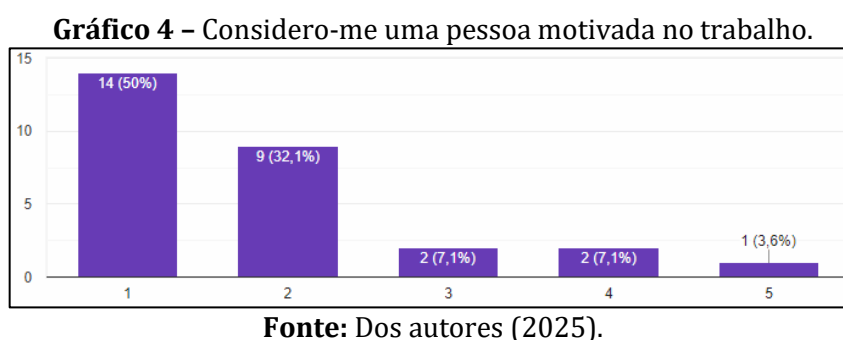


Fonte: Dos autores (2025).

Verificou-se que 39,3% (11 servidores) concordam totalmente, 39,3% (11 servidores) concordam parcialmente, 14,3% (4 servidores) não concordam, nem discordam e apenas 7,1% (2 servidores) discordam parcialmente. Percebe-se que grande parte dos servidores se sente reconhecida no trabalho, estando, na classificação segundo a Hierarquia das Necessidades de Maslow (Robbins, 2007), no nível alto, correspondente à necessidade de estima que engloba, além dos fatores internos, os fatores externos,

dentro dos quais se encontra o reconhecimento. Também Herzberg menciona o reconhecimento como sendo um fator motivacional, responsável pela satisfação do indivíduo (Zarth, 2013).

A próxima questão abordou a motivação no trabalho, ou seja, considero-me uma pessoa motivada no trabalho? O Gráfico 4 apresenta os resultados referentes a esse questionamento.

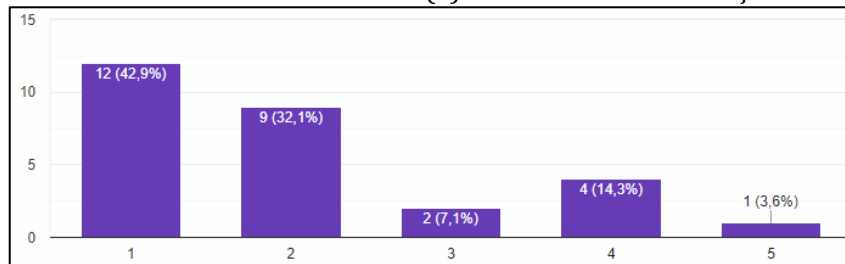


Constata-se que dos 28 servidores, 50% (14 servidores) responderam que concordam totalmente, 32,2% (9 servidores) concordam parcialmente, 7,1% (2 servidores) não concordam nem discordam, 7,1% (2 servidores) discordam parcialmente e 3,6% (1 servidor) discorda totalmente. Logo, é possível afirmar que os servidores, na sua maioria, consideram-se motivados. Essa questão é a que mais diretamente aborda o servidor no que tange à sua motivação no trabalho. As demais questões, de certa forma, são as que, segundo as diferentes teorias apresentadas, podem estar interferindo na questão motivacional dos servidores. Tem-se, portanto, apenas um servidor que afirma discordar completamente quanto a se considerar motivado e outros dois servidores que discordam parcialmente. Assim, verifica-se que a grande maioria dos servidores do Câmpus Lajeado se considera motivada.

Essa questão responde à pergunta central da presente pesquisa: a motivação. A pergunta, no entanto, não permite analisar o que leva o servidor a sentir-se motivado, se são questões intrínsecas ou extrínsecas que interferem em sua motivação, questões referentes ao ambiente, remuneração, aceitação, reconhecimento, remuneração, possibilidade de crescimento profissional ou outras.

O Gráfico 5 ilustra as respostas dos servidores do Câmpus Lajeado quanto à sua satisfação em relação à remuneração.

Gráfico 5 – Estou satisfeito(a) com minha remuneração.



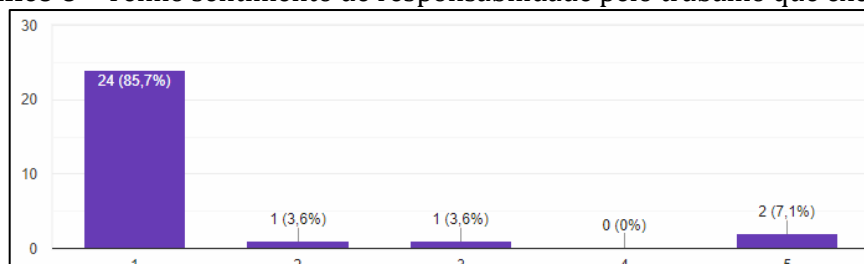
Fonte: Dos autores (2025).

As respostas evidenciaram que 42,9% (12 servidores) concordam totalmente, 32,1% (9 servidores) concordam parcialmente, 7,1% (2 servidores) não concordam, nem discordam, 14,3% (4 servidores) discordam parcialmente e 3,6% (1 servidor) discordam totalmente. Portanto, a maior parte dos servidores do Câmpus Lajeado se encontra satisfeita com o salário recebido. No entanto, conforme a teoria de Herzberg, o salário se enquadra nos fatores extrínsecos/higiênicos, os quais são fatores que somente impedem a insatisfação do funcionário, podendo motivar o servidor apenas por curto prazo de tempo (Motta; Vasconcelos, 2006).

Já segundo a teoria de Maslow (Robbins, 2007), poderia-se considerar que a questão da remuneração encontra-se atrelada à satisfação das necessidades de nível baixo, que incluem as necessidades fisiológicas, uma vez que o salário recebido possibilita atender necessidades como fome, sede, abrigo e outras necessidades corporais, bem como questões relacionadas à segurança e proteção contra danos físicos e emocionais. Assim, somente quando essas estiverem supridas, se passaria às necessidades de nível mais alto. De acordo com a teoria de Maslow, a questão da remuneração desempenha um fator de maior relevância para o indivíduo do que na teoria de Herzberg.

Em relação ao sentimento de responsabilidade pelo trabalho que executa, os resultados são apresentados no Gráfico 6.

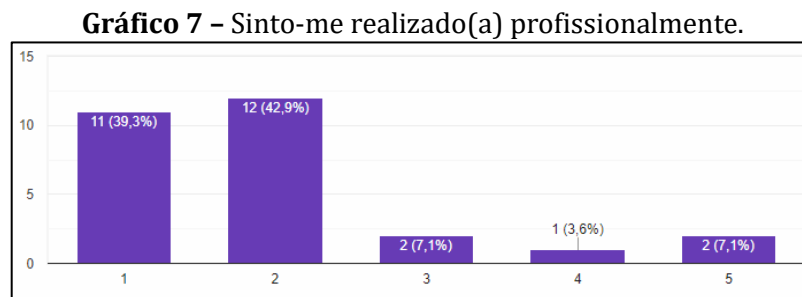
Gráfico 6 – Tenho sentimento de responsabilidade pelo trabalho que executo.



Fonte: Dos autores (2025).

Verifica-se que mais da metade dos servidores concorda totalmente, ou seja, 85,70% (24 servidores), 3,6% (1 servidor) concorda parcialmente, 3,6% (1 servidor) não concorda nem discorda e 7,1% (2 servidores) discordam totalmente, isto é, não se sentem responsáveis pelo trabalho que executam. As Teorias X e Y, de McGregor (Lacombe, 2011), classificam as pessoas em dois tipos: aquelas que têm aversão ao trabalho e evitam responsabilidades (Teoria X), e aquelas que consideram a responsabilidade como um estímulo para a motivação, pois sentir-se responsável e assumir responsabilidades gera satisfação (Teoria Y).

Para as pessoas que evitam responsabilidades, é necessário recompensá-las ou puni-las através de valores materiais, e para as pessoas que buscam responsabilidades é importante ter boas condições de trabalho e um ambiente dinâmico, que proporcione ao servidor um ambiente onde é possível desenvolver seu potencial. Na sequência, aborda-se a realização profissional dos servidores. Os resultados são mostrados no Gráfico 7.

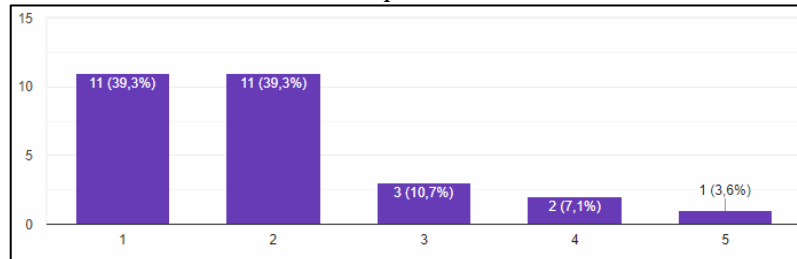


Fonte: Dos autores (2025).

Identificou-se que 39,3% (11 servidores) responderam que concordam totalmente, 42,9% (12 servidores) concordam parcialmente, 7,1% (2 servidores) não concordam e nem discordam, 3,6% (1 servidor) discorda parcialmente e 7,1% (2 servidores) discordam totalmente. Para Herzberg, a autorrealização é um fator intrínseco, capaz de tornar o funcionário mais comprometido com a instituição e, com isso, desenvolver seu potencial (Zarth, 2013). Na Teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow (Robbins, 2007), a autorrealização está no topo da pirâmide, ou seja, as outras necessidades já foram supridas. E, para a Teoria das Necessidades Adquiridas, a realização é uma das três necessidades e pode variar entre os indivíduos e mesmo no próprio indivíduo, dependendo do momento que está vivendo (Robbins, 2007).

A pergunta seguinte versou sobre os benefícios recebidos pelos servidores, tais como vale refeição, auxílio transporte e plano de saúde, questionando se esses são adequados. As respostas dos servidores são ilustradas no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Considero adequados os benefícios recebidos.

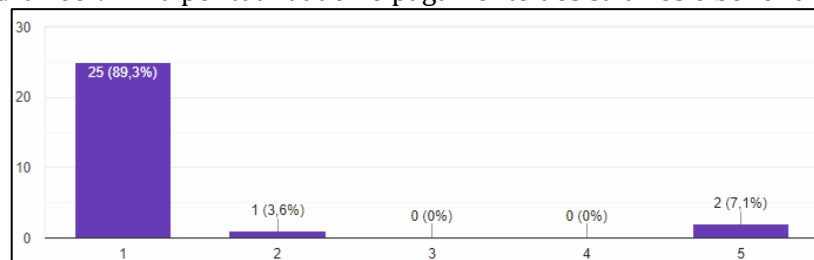


Fonte: Dos autores (2025).

A partir das respostas obtidas, verificou-se que 39,3% (11 servidores) concordam totalmente, 39,3% (11 servidores) concordam parcialmente, 10,7% (3 servidores) não concordam, nem discordam, 7,1% (2 servidores) discordam parcialmente e 3,6% (1 servidor) discorda totalmente. Assim sendo, observa-se que mais da metade dos servidores considera os benefícios adequados. Segundo a Teoria das Necessidades de Maslow (Robbins, 2007), os benefícios são considerados necessidades de segurança e só são considerados motivadores quando são satisfeitos. Já para Herzberg (Motta; Vasconcelos, 2006), trata-se de fatores extrínsecos, os quais não são considerados para verificar a insatisfação.

Os servidores ainda foram questionados acerca da pontualidade no pagamento do salário e benefícios e as suas respostas são mostradas no Gráfico 9.

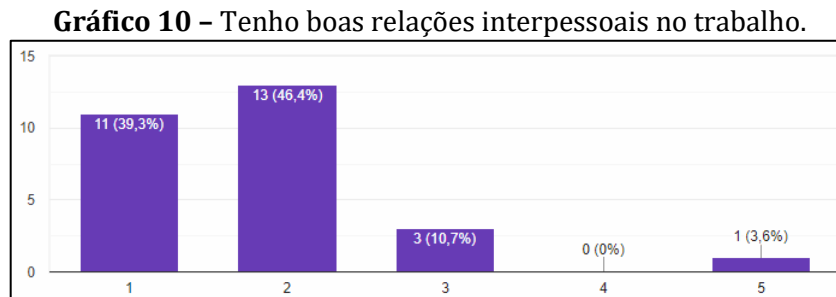
Gráfico 9 – Há pontualidade no pagamento dos salários e benefícios.



Fonte: Dos autores (2025).

Dos 28 respondentes, 89,3% (25 servidores) concordam totalmente, 3,6% (1 servidor) concordam parcialmente e 7,1% (2 servidores) discordam totalmente. Este fator está relacionado aos fatores higiênicos/extrínsecos da Teoria dos Dois Fatores, o

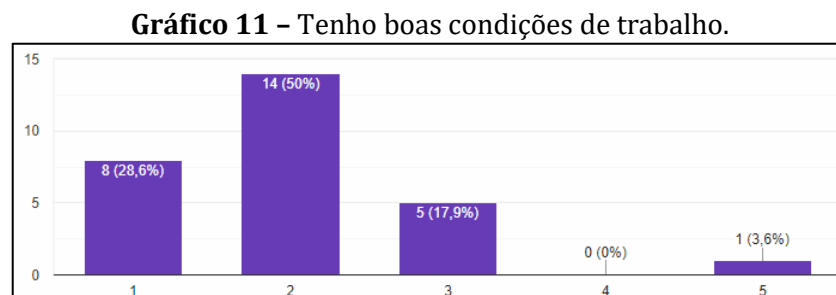
qual é considerado apenas para mensurar a insatisfação do funcionário, conforme Motta e Vasconcelos (2006). Também se abordou as relações interpessoais no trabalho (aceitação, amizade e sensação de pertencimento a um grupo) com os servidores, que responderam de acordo com os dados observados no Gráfico 10.



Fonte: Dos autores (2025).

Dentre os respondentes, 39,3% (11 servidores) concordam totalmente, 46,4% (13 servidores) concordam parcialmente, 10,7% (3 servidores) não concordam, nem discordam e 3,6% (1 servidor) discordam totalmente. Esse resultado mostra que grande parte dos servidores possui boa relação interpessoal dentro da instituição. Segundo a Teoria das Necessidades de Maslow, as relações interpessoais estariam dentre as de nível mais alto, sendo considerada uma necessidade social (Robbins, 2007). Já segundo a Teoria dos Dois Fatores, esse item é classificado como um fator higiênico, responsável apenas pela insatisfação no trabalho, não sendo, portanto, um fator que possa desencadear a motivação no indivíduo (Motta; Vasconcelos, 2006).

Em relação às condições de trabalho, mais especificamente no que diz respeito ao ambiente de trabalho, horas trabalhadas e infraestrutura, obteve-se os resultados apresentados no Gráfico 11.

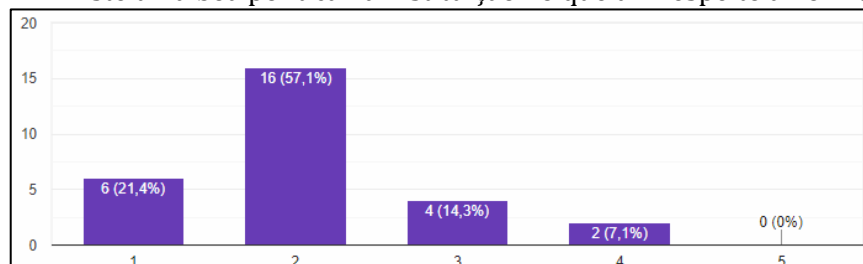


Fonte: Dos autores (2025).

Verifica-se que 28,6% (8 servidores) concordam totalmente, 50% (14 servidores) concordam parcialmente, 17,9% (5 servidores) não discordam, nem concordam e 3,6% (1 servidor) discorda totalmente, como mostra o Gráfico 11. Portanto, a maior parte dos servidores concorda que são boas as condições de trabalho na instituição. Segundo a Teoria dos Dois Fatores, as condições de trabalho estariam relacionadas aos fatores extrínsecos ou higiênicos. Esses, embora não sejam considerados como motivadores, quando não satisfeitos, favorecem a insatisfação, de acordo com Motta e Vasconcelos (2006).

Já de acordo com a teoria do psicólogo Douglas McGregor, o indivíduo que se enquadra na Teoria Y procura para si responsabilidades. Para esse, as boas condições de trabalho são um fator que proporciona motivação (Lacombe, 2011). A questão seguinte buscou verificar a política da instituição no que diz respeito a normas e regras. Os dados obtidos são apresentados no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Existe uma boa política na instituição no que diz respeito a normas e regras.

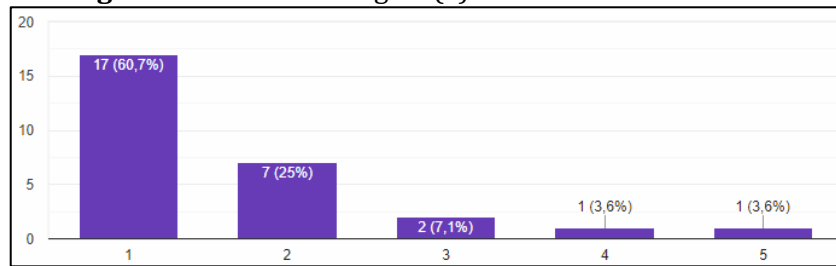


Fonte: Dos autores (2025).

O Gráfico 12 mostra que 21,4% (6 servidores) consideram boa a política da instituição, concordando totalmente, 57,1% (16 servidores) concordam parcialmente, 14,3% (4 servidores) não concordam, nem discordam e 7,1% (2 servidores) discordam parcialmente. As normas e regras de uma organização são apontadas como fatores higiênicos na teoria de Herzberg, as quais têm a finalidade de evitar a insatisfação (Motta; Vasconcelos, 2006).

Em relação à segurança das condições físicas do ambiente de trabalho, obtiveram-se os resultados ilustrados no Gráfico 13.

Figura 13 – Sinto-me seguro(a) no ambiente de trabalho.



Fonte: Dos autores (2025).

Observa-se que 60,7% (17 servidores) concordam totalmente, 25% (7 servidores) concordam parcialmente, 7,1% (2 servidores) não concordam, nem discordam, 3,6% (1 servidor) discordam parcialmente e 3,6% (1 servidor) discorda totalmente. Na Teoria ERC, a segurança se enquadra na necessidade de existência e, de acordo com Aldefer, está no mesmo nível das necessidades de relacionamento e crescimento, podendo ser ativadas concomitantemente (Robbins, 2007).

Na análise das questões que buscavam identificar fatores que pudessem estar motivando os servidores, verificou-se que, a maioria dos servidores se sente motivada no trabalho. Essa análise permitiu observar a motivação dos servidores do Câmpus de forma global, abrangendo os servidores de ambas as carreiras, docentes EBTT e TAEs. Permitiu observar ainda que, embora expostos a condições de trabalho semelhantes, as respostas dos servidores nem sempre foram as mesmas. No entanto, houve certa similaridade de percentuais nas respostas.

Diante dessa similaridade, optou-se por refinar a análise, enfocando separadamente os docentes EBTT e TAEs, uma vez que apresentam carreiras distintas. Essa subdivisão também permitiu vislumbrar uma apreciação diferenciada no que tange aos fatores motivacionais individualizada por servidor, mostrando a resposta de cada servidor às questões propostas, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Agrupamento das respostas dos docentes EBTT e dos TAEs

Carreira	D1	D4	D11	D12	D13	D14	D16	D17	D18	D19	D21	D22	D23	D24	D26	D27
Gosto do trabalho que realizo	2	1	1	2	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Tenho possibilidade de crescimento profissional ou promoção	1	2	1	2	5	1	2	1	1	2	3	2	1	1	1	1
Sinto-me reconhecido(a) pelo meu trabalho	2	1	1	2	4	2	1	1	1	2	3	1	2	1	1	1
Considero-me uma pessoa motivada no trabalho	3	1	1	2	4	1	1	1	1	2	1	1	2	1	2	1
Estou satisfeito(a) com minha remuneração	1	2	1	2	4	1	1	1	2	2	2	1	1	1	1	2
Tenho sentimento de responsabilidade pelo trabalho que executo	1	1	1	1	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Sinto-me realizado(a) profissionalmente	2	1	1	2	5	2	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1
Considero adequados os benefícios recebidos (vale refeição, auxílio transporte, plano de saúde, etc.)	1	2	1	2	3	2	1	1	1	2	2	2	2	2	1	1
Há pontualidade no pagamento dos salários e benefícios	1	2	1	1	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Tenho boas relações interpessoais (no que se refere a aceitação, amizade e sensação de pertencer a um grupo)	1	2	1	2	5	2	1	2	2	2	2	1	1	2	1	1
Tenho boas condições de trabalho (ambiente, horas trabalhadas, infraestrutura)	2	3	1	3	3	2	2	2	2	5	1	3	2	1	1	2
Existe uma boa política na instituição no que diz respeito a normas e regras	2	2	2	3	4	2	1	2	2	3	2	3	2	1	2	1
Sinto-me seguro(a) no ambiente de trabalho (condições físicas)	1	3	1	1	4	2	2	1	1	3	2	1	1	1	2	1
Carreira	TAE 2	TAE 3	TAE 5	TAE 6	TAE 7	TAE 8	TAE 9	TAE 10	TAE 15	TAE 20	TAE 25	TAE 28				
Gosto do trabalho que realizo	3	1	1	2	1	1	2	2	1	1	2	4				
Tenho possibilidade de crescimento profissional ou promoção	5	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	3				
Sinto-me reconhecido(a) pelo meu trabalho	2	1	4	2	2	2	2	3	2	1	3	3				
Considero-me uma pessoa motivada no trabalho	4	1	1	2	2	2	2	3	1	1	2	5				
Estou satisfeito(a) com minha remuneração	5	1	2	3	1	1	4	4	2	2	3	4				
Tenho sentimento de responsabilidade pelo trabalho que executo	5	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	3				
Sinto-me realizado(a) profissionalmente	4	1	2	2	2	2	2	3	2	2	3	5				
Considero adequados os benefícios recebidos (vale refeição, auxílio transporte, plano de saúde, etc.)	5	1	2	3	1	1	2	4	4	1	3	2				
Há pontualidade no pagamento dos salários e benefícios	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1				
Tenho boas relações interpessoais (no que se refere a aceitação, amizade e sensação de pertencer a um grupo)	3	2	1	2	1	2	1	3	2	1	2	3				
Tenho boas condições de trabalho (ambiente, horas trabalhadas, infraestrutura)	3	2	1	2	2	1	1	2	2	2	2	2				
Existe uma boa política na instituição no que diz respeito a normas e regras	4	2	1	2	2	2	1	2	2	1	3	2				
Sinto-me seguro(a) no ambiente de trabalho (condições físicas)	5	1	1	2	1	1	1	1	2	1	2	1				

Fonte: Dos autores (2025).

Com relação às respostas dos docentes, foi possível verificar que, dos 16 respondentes, apenas 1 afirmou estar insatisfeito e desmotivado. Já em relação às respostas dos TAEs, observou-se que, dos 12 que responderam, apenas 2 se consideram desmotivados. Em relação à faixa salarial, tanto nos docentes EBTT quanto nos TAEs, a faixa salarial suscitou respostas diferentes para as mesmas faixas. Houve servidores com salários mais baixos, mas que se manifestaram mais satisfeitos que outros com salários maiores. Chama a atenção também que dois servidores (um docente EBT e um TAE) responderam que discordam totalmente da pontualidade no pagamento dos salários e

benefícios e os demais responderam favoravelmente a essa questão. Vale salientar que todos os servidores do Câmpus recebem seu salário na mesma data.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi investigar a motivação dos servidores públicos do IFSul Câmpus Lajeado, assim como identificar fatores que podem estar relacionados com a motivação. Foram apresentadas teorias que trazem entendimentos distintos para a questão da motivação: umas pontuam que a motivação é intrínseca, outras que ela é extrínseca e, nesse caso, poder-se-iam trabalhar questões na organização que estimulassem a motivação. Uma das teorias também enfatiza que o mesmo indivíduo, em fases diferentes da vida, pode ter diferentes necessidades e, consequente, apresentar distintos graus de motivação.

O estudo realizado permite afirmar que a maioria dos servidores do IFSul Câmpus Lajeado se sente motivada em relação ao seu trabalho. No entanto, buscou-se aprofundar a questão da motivação e, assim, as respostas não foram apenas analisadas sob o olhar da totalidade das respostas dos servidores, mas também as respostas de cada servidor em relação às demais perguntas referentes à abordagem motivacional.

Diante disso, após a análise geral, buscou-se visualizar os dados individuais de cada servidor, os quais mostraram que as respostas com apreciações mais negativas são oriundas de quatro servidores. Desses, dois servidores, em seis perguntas, responderam *discordo totalmente*. Assim, em um comparativo com as respostas dos demais, há uma discrepância significativa (resposta de um docente EBTT e de um TAE).

Portanto, através da análise dos dados, pondera-se que a motivação possui níveis de variação, tanto entre os indivíduos como também em um único indivíduo, conforme a situação. Isso ficou perceptível uma vez que os servidores, em situações de trabalho similares, seguindo as mesmas regras, responderam de forma distinta, expressando percepções diferentes quanto às mesmas perguntas. Nesse viés, ainda levando em consideração que os servidores, em grande parte, são regidos pelas mesmas normas e que, no entanto, expressaram avaliações diferentes.

Vale ressaltar, no entanto, que a questão da motivação é complexa e passível de olhares diversos. Assim, não se tem a pretensão de dar como totalmente conclusiva a questão da motivação – até por entender-se que esse seria um posicionamento contrário

à concepção de pesquisa – e, assim como as diferentes teorias apresentadas nos mostraram, a temática é complexa e, onde houver seres humanos envolvidos, a complexidade estará presente.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, L. M. F.; ROCHA, H. M. Fatores organizacionais que geram insatisfação no servidor público e comprometem a qualidade dos serviços prestados. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 7., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: AEDB, 2010.

DALLARI, A. **O que é funcionário público**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DUBRIN, A. J. **Fundamentos do comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LACOMBE, F. J. M. **Recursos Humanos: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookmann, 2012.

MARRAS, J. P. **Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico**. São Paulo: Futura, 2000.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. G. D. **Teoria Geral da Administração**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

SCHULTZ, C. R. **Motivação no Trabalho: Um estudo com a equipe da Polícia Rodoviária Estadual de Santo Augusto/RS**. TCC (Curso de Administração do Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, Ijuí, RS, 2013.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 4. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

ZARTH, S. B. A influência de fatores organizacionais na motivação dos empregados de um banco público. TCC (Administração Pública Contemporânea) - Escola de Administração da UFRGS, Porto Alegre, RS, 2013.

Capítulo 6
O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA
EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA
INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Carla do Espírito Santo
Edayza Lacerda Castro
Evellyn Carneiro da Silva
Paula Ataíde
Tayane Brabo
Vitória Vasconcelos



**O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO
BÁSICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

Carla do Espírito Santo

*Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email:
carlacris0609@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4515863859830458>*

Edayza Lacerda Castro

*Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email:
edayzal@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4851015222403816>*

Evellyn Carneiro da Silva

*Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email:
evy1104.silva@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7012535377505338>*

Paula Ataíde

*Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email:
ataidepaula725@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5214430757616524>*

Tayane Brabo

*Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email:
tayanecab@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6025641418927087>*

Vitória Vasconcelos

*Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email:
vitoriatvasconcelos0@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7363876569109271>*



RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como se desenvolve o trabalho do assistente social no atendimento a alunos com deficiência nas escolas públicas do estado do Pará, investigando suas principais demandas, instrumentais técnicos, desafios enfrentados e contribuições para a inclusão educacional. Essa problemática surgiu após a constatação de uma certa deficiência do número de profissionais presentes nas instituições educacionais, principalmente as de base. Desse modo, para o desenvolvimento desse estudo foi selecionada o tipo de pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, tendo como base o estudo de caso (SEDUC/PA), entrevista com assistente social da SEDUC/PA e pesquisa bibliográfica com foco na política de educação (básica), no trabalho do assistente social na política de educação (básica) e em escolas públicas com alunos com deficiência.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Pessoa com deficiência; Política de Educação; Educação Básica; Serviço Social

ABSTRACT

This research aims to analyze how is developed the work of social workers in the support of students with disabilities in public schools in the state of Pará, investigating the main demands, technical tools, job challenges and their contributions to educational inclusion. This issue emerged after the realization of a shortage of professionals in educational institutions, especially at the basic education level. Therefore, for the development of this study, the exploratory research was selected, in the qualitative approach. The instruments used were a case study (SEDUC/PA), an interview with a social worker from SEDUC/PA, and a literature review focused on education policy (basic education), the social worker role in basic education policy and in public schools with students with disabilities.

Keywords: Inclusive Education; People with Disabilities; Education Policy; Basic Education; Social Work

INTRODUÇÃO

As expressões da questão social são manifestações estabelecidas pela contradição entre a burguesia e o proletariado. Logo, umas das principais atribuições do assistente social é a mitigação dessas expressões através de intervenções que perpassem o assistencialismo e a caridade, rompendo com as imposições delegadas pelo sistema capitalista, visando justiça e equidade social. Desse modo, as políticas públicas surgem não apenas como uma resposta, mas também como um instrumento para a democratização e asseguramento dos direitos sociais estabelecidos constitucionalmente, sendo a política de inclusão na educação básica o foco deste trabalho.

A educação especial passa a ter sua regulamentação através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394/1996, sendo ratificado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Nº 8.069/1990, que garante o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição. Contudo, dentro de uma perspectiva integracionista, ou seja, a adaptação partia do aluno, não proporcionava meios para que o discente se desenvolvesse e alcançasse sua independência, impondo uma espécie de meritocracia visto que sua integração dependeria de sua “superação”.

É a partir da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146/2015, que a inclusão passa de fato a ter seu reconhecimento, já que através dessa lei se assegura e legitima o direito da pessoa com deficiência visando à sua inclusão social e cidadania, consequentemente o direito da inserção da pessoa com deficiência no meio escolar torna-se um direito reconhecido por lei.

Essa mudança, que visa a adaptação das instituições e dos profissionais, está em consonância com as diretrizes da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que orienta a implementação da educação inclusiva nas escolas, com o objetivo na garantia de direitos e na promoção de autonomia dos alunos com deficiência. Assim, ocorre uma ruptura com a perspectiva integracionista pois diante desse novo panorama a adaptação deve ocorrer nas instituições e nos profissionais, ou seja, as condições de ensino devem ser justas a todos, sem distinção ou exclusão.

Vinculando ao contexto Amazônico, no Pará são desenvolvidas ações, por meio da Secretária de Educação (SEDUC), objetivando a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, essas, porém, não suportam efetivamente as demandas tanto dos alunos quanto dos profissionais da área. Como resultado, há uma certa ineficácia na prática da educação inclusiva, seja pela falta de organização institucional escolar, no direcionamento psicopedagógico, de acolhimento para com esses alunos e/ou ausência de profissionais qualificados nessa área.

Portanto, mediante o exposto, levantou-se o seguinte questionamento “Como é realizado o trabalho profissional da/o assistente social com alunos com deficiência nas escolas públicas do estado do Pará?”, a fim de compreender os desafios que são apresentados diante das demandas, como a atuação do assistente social tem impactado

dentro do contexto escolar inclusivo e como as dimensões do serviço social estão sendo articuladas nesse campo profissional.

METODOLOGIA

Para a realização desse estudo foi utilizada a pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, com foco em um estudo de caso na Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA). A pesquisa se desenvolveu por meio de uma revisão bibliográfica, com análise de artigos, livros, teses e dissertações, abordando temas como a política de educação básica, o papel do assistente social na política educacional, e a atuação desse profissional nas escolas públicas com alunos com deficiência. Além disso, foi realizado uma pesquisa de campo, consistindo em uma entrevista com uma assistente social da SEDUC/PA, para compreender a atuação desses profissionais nesse contexto específico.

A utilização da pesquisa documental também desempenha um papel fundamental ao analisar e interpretar as leis que garantem a inclusão, proteção, participação e bem-estar dos alunos com deficiência. Ademais, a entrevista se revela um instrumento essencial, pois, quando aplicada de maneira eficaz, amplia as possibilidades de uma atuação integrada do assistente social junto a esses estudantes. “É importante que o assistente social se organize para realizar a entrevista, considerando que sua ação esteja sustentada pelos eixos teórico, técnico e ético-política.” (LEWGOY E SILVEIRA, 2007, p. 236).

DESENVOLVIMENTO

O sistema capitalista tem como um de seus preceitos a segregação de corpos e classes sociais, assim aqueles que fogem ao padrão estabelecido socialmente tendem a ser marginalizados e/ou excluídos, corroborando no processo de invisibilização desses sujeitos. Nesse contexto, a concepção sobre deficiência é um reflexo histórico, predominante desde a Antiguidade, ao considerar as pessoas com deficiência empecilhos para sociedade e um impedimento ao convívio no meio social. Por ser uma expressão da questão social deve ser entendida como uma categoria socialmente criada, enraizada nas desigualdades impostas pelo sistema capitalista e vinculada a fatores históricos, econômicos e sociais.

Nesse viés, o profissional do serviço social é apresentado como um agente essencial para a promoção da educação inclusiva através de práticas como a atuação no atendimento a famílias, na mediação entre escola e comunidade, e na articulação de redes socioassistenciais. Contudo, limitações estruturais e materiais, bem como a sobrecarga de políticas públicas, comprometem a atuação, principalmente devido à redução de investimentos nessas políticas. A luta por recursos e a resistência para a implementação de mudanças estruturais são barreiras contínuas no caminho para a educação justa e inclusiva.

Cronemberger e Teixeira (2017), pontuam, que historicamente, tanto no âmbito nacional quanto internacional, crianças e adolescentes foram marginalizados no que diz respeito às regulamentações da convivência familiar e comunitária. Muitas vezes rejeitados e ignorados, direcionados a abrigos superlotados, sem qualquer garantia de cuidado adequado ou inserção social. No Brasil, voltando-se para o tema da educação inclusiva, as primeiras políticas públicas voltadas para essa população seguiram uma lógica punitiva e higienista, tratando a deficiência um problema a ser isolado, e não como uma característica que proporciona inclusão e acessibilidade.

Logo, o assistente social, como categoria profissional plural, atua em diversos âmbitos para além da assistência, se fazendo presente na habitação, movimentos sociais, sociojurídico, educação, entre outros setores. A criticidade na conduta do assistente social deve ser atrelada a dimensão ético-política da profissão, viabilizando voz as pessoas com deficiência, atuando na promoção dos direitos sociais desses sujeitos e garantindo equidade, inclusão, diversidade e, principalmente, respeito dentro dos espaços sócio-ocupacionais. Por conseguinte, como o objeto de pesquisa do serviço social é o sujeito, geralmente a política social é construída, em grande parte, pelos assistentes sociais.

Diante disso, é fundamental destacar o impacto da política de atuação do Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) nas escolas. Esse programa tem como objetivo identificar e enfrentar as dificuldades perpassadas pelos alunos com deficiência, promovendo maior inclusão educacional. Sendo o maior benefício em termos orçamentários no Brasil, o BPC garante um auxílio financeiro equivalente a um salário-mínimo para pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade. Contudo, apesar de apresentar avanço significativo para a inclusão, ainda há desafios.

Segundo Beserra (2022), o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência, instituído pela Portaria

Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007, do Governo Federal, busca certifica-se de alguns eixos desses alunos, como a garantia na escola até 18 anos. Para isso, procura-se técnicas que superem os desafios ao longo do processo educacional. O autor também pontua que o programa viabiliza a capacitação profissional, desenvolve os vínculos familiares para as contribuições de uma rede de apoio e promove atividades socioeducacionais que beneficiam o aprimoramento integral dos beneficiários.

A presença do Serviço Social e da(o) assistente social na tessitura das instituições, por onde materialidade do seu fazer profissional se corporifica, configura-se em um campo de tensionamento entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, ou seja, como dimensões diferentes e complementares, dialeticamente falando. (AMORAS E PONTES, 2022, p. 401)

Assim, através da educação, objetiva-se a mitigação das expressões da questão social e suas formas de opressão a fim de reestabelecer o fortalecimento social, identitário e a resistência dos sujeitos. Mediante isso, a implementação de leis direcionadas a educação inclusiva são imprescindíveis na garantia de direitos ao assegurar constitucionalmente o acesso à educação e inclusão da criança com deficiência no contexto escolar, principalmente através da Lei Brasileira de Inclusão, ao romper com a ótica integracionista educacional e consolidar a inclusão em sua essência.

Com base na implementação de políticas públicas para a inclusão no contexto escolar, a educação se torna, portanto, um campo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equalitária. Durkheim, ao debater sobre a educação, enfatiza que ela possui uma função vital na integração social, uma vez que contribui na formação dos indivíduos e garante a coesão social. Nesse sentido, a educação inclusiva contribui e fortalece esse conceito de coesão social trazido pelo autor, pois promove o debate da aceitação e integração de todas as pessoas e oferece a aprendizagem no ambiente escolar independentemente de suas limitações.

Alinhado a essa perspectiva do sociólogo, a implementação de políticas públicas como a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) surge como um marco fundamental para a garantia de inclusão nas escolas. A PNEEPEI, criada com o intuito de ampliar a promoção da educação inclusiva de qualidade, visa assegurar o atendimento e acolhimento das necessidades dos estudantes com deficiências, transtornos do espectro autista e outras condições e proporciona um ambiente educativo que respeita e atenda suas especificidades.

A política busca a adaptação das escolas, a formação continuada dos professores, e os demais profissionais, para que haja um atendimento educacional especializado e garanta a acessibilidade nos mais diversos espaços da escola. Assim eliminando barreiras que dificultam o pleno acesso a educação como um todo, ainda que desafiadores, os resultados da implementação dessa política demonstram progressos muitos significativos e isso reflete diretamente no avanço na luta pela equidade de direitos e oportunidades para todos os estudantes.

“[...] A criança com deficiência passa a ser sujeito de direitos que devem ser colocados em prática, pois estes compõem princípios de direitos humanos, essenciais para qualquer ser humano sem distinção. [...]” (SOUZA, FREITAS & CARDOSO, 2023, p.8)

Nesse sentido, a atuação do assistente social torna-se essencial para a efetivação da PNEEPEI, pois a profissão contribui ativamente na articulação das redes de apoio, na mediação entre escola, família e sociedade e no enfrentamento dos desafios que dificultam o processo de inclusão escolar. A partir do seu compromisso ético-político, o assistente social trabalha para garantir que as políticas públicas sejam implementadas e efetivadas, assegurando que os direitos educacionais dos alunos com deficiência sejam respeitados e promove estratégias que minimizem os obstáculos enfrentados por esses estudantes. A profissão, ao ter sua presença na esfera educacional, é fundamental para o processo de orientação sobre as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, visando uma educação pública, presencial e de qualidade enquanto direito social.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos e um dever do Estado garanti-la sem restrições. No entanto, a realidade vivida por muitas crianças e adolescentes com deficiência é bem diferente, permeada por diversos obstáculos que impedem o pleno acesso a esse direito. Esses impedimentos decorrem tanto de limitações físicas e/ou mentais, quanto dos estigmas já enraizados na sociedade.

Esses estigmas são recorrentes dentro do círculo familiar, representando um desafio significativo para a profissão, já que a família muitas vezes não aceita e impõe limitações aos estudantes. Problemas como bullying e abusos, vivenciados pelos alunos no ambiente escolar, em casa ou até mesmo em interações com profissionais não confrontados, representam um grande fator de constrangimento. Essas experiências negativas não impactam apenas o bem-estar emocional dos estudantes, mas também comprometem seu desenvolvimento acadêmico e social. Nesse contexto, a atuação do

assistente social é essencial para intervir no processo de sociabilização, promovendo a disseminação de informações que desconstruam esses paradigmas.

É válido enfatizar que a educação familiar se torna fundamental nesse processo, pois é nesse núcleo que o aluno desenvolve suas primeiras convicções, o que ao longo da sua vida pode de fato modificarem-se, mas, sobre a existência de indivíduos que possuem certas limitações físicas ou necessidades mais específicas e que nem por isso eles deixam de ser pessoas, e que precisam receber o devido respeito tem que ser imutável. Outro ponto importante a respeito das famílias, em particular aquelas que convivem com alunos com deficiência, é que é preciso conscientizar-se sobre as limitações da intervenção do assistente social e da instituição de ensino, pois nem tudo é cargo desses agentes; além disso, a colaboração do núcleo familiar precisa ser mais ativa, facilitando a vida dos envolvidos.

Além disso, há uma necessidade de profissionais qualificados e estruturas seguras que atendam as demandas dos alunos na educação básica, logo, é indispensável que a instituição de ensino se certifique que o relacionamento social entre os alunos seja respeitoso e inclusivo, proporcionando um ambiente saudável e acolhedor, facilitando assim o aprendizado para ambos. Nesse caso, Souza, Freitas e Cardoso (2023) defendem a utilização de palestras abordando temas como inclusão, direitos humanos e solidariedade podem contribuir para ampliar a percepção das pessoas participantes da instituição, enquadrando alunos, funcionários e professores

É importante pontuar que a atuação multiprofissional envolvendo assistentes sociais, psicólogos, e a própria gestão pedagógica da instituição de ensino, é um instrumento primordial na intermediação das contradições dentro do ambiente escolar como evasão escolar; bullying; e até mesmo violência no meio escolar ou em casa. Portanto, a partir da relação entre esses profissionais e o usuário é possível analisar, definir e encaminhar as demandas de acordo com o que os alunos e/ou a família dos discentes buscam.

Porém, um dos principais desafios enfrentados pelo assistente social é a resistência das famílias em aceitar e buscar apoio para seus filhos. A negligência das famílias em não utilizar os recursos disponíveis nas redes de serviços, como as usinas da paz, que oferecem terapias e atendimento psicoterapeuta, é um obstáculo significativo. Além disso, a gestão escolar também enfrenta desafios em proporcionar uma infraestrutura adequada para esses alunos, incluindo a falta de planejamento de atividades inclusivas, a carência de

intérpretes de libras e a necessidade de profissionais de apoio em sala de aula, o que pode impedir que esses alunos tenham acesso à educação de qualidade.

“No acolhimento, o foco da atuação do assistente social é o trabalho com a família buscando a reintegração familiar como prioridade. Contudo, o trabalho a ser realizado com a família de origem ainda é esporádico, assistemático, um trabalho que reflete as contradições de competência técnico-operativa e normativa” (CARDOSO E TEIXEIRA, 2017, p.87)

Para que as mudanças normativas sejam, de fato, aplicadas, é necessário que os profissionais se comprometam com a efetivação dos direitos. A interseccionalidade dos serviços sociais, educacionais e de saúde são essenciais para assegurar a inclusão desses jovens na escola e na sociedade, auxiliando no desenvolvimento pessoal e intelectual. Apenas por meio de ações concretas e integradas será possível superar lacunas entre legislação e realidade.

RESULTADOS

O estudo de caso, focado na área da educação básica, foi conduzido por meio de uma entrevista com Cristiane Silva, assistente social na Secretaria de Educação do Estado do Pará desde 2023. A profissional atua no programa 'Escola Segura', que tem como objetivo combater a violência no contexto escolar. Cristiane enfatiza que a parceria entre o assistente social e o psicólogo é imprescindível para a construção de uma educação inclusiva pois essa colaboração mútua e integrada permite uma abordagem mais eficaz no atendimento às diversas necessidades dos alunos.

Enquanto o psicólogo desempenha um papel fundamental no acompanhamento psicológico e emocional direto dos estudantes, o assistente social se concentra no apoio à rede familiar, auxiliando na identificação e no enfrentamento das condições socioeconômicas e familiares que podem impactar o desempenho e bem-estar dos alunos. Dessa forma, a atuação conjunta dessas duas áreas profissionais cria um suporte abrangente, que não só atende às demandas individuais dos estudantes, mas também contribui para um ambiente escolar mais acolhedor e integrador.

Na entrevista foi evidenciado como o acolhimento e a escuta da família e do próprio aluno são elementos indispensáveis para as tomadas de decisões do assistente social, possibilitando identificar as necessidades do estudante, facilitando o direcionamento da abordagem para melhor atender a demanda. Segundo Lewgoy e Silveira (2007), a técnica

do acolhimento, essencial no primeiro momento da entrevista, muitas vezes corre o risco de ser banalizada, no entanto, sua efetividade depende da comunicação clara sobre os temas a serem envolvidos com o usuário, bem como da escolha cuidadosa das palavras, evitando termos pejorativos. Esses aspectos, quando bem aplicados, resultam em uma abordagem mais humanizada e para uma “intervenção resolutive”.

Além disso, é válido ressaltar que a escola, enquanto agente de educação, também deve agir como agente de inclusão social, ajustando dinâmicas e/ou espaço que atendem ou que busquem atender da melhor forma os alunos que possuem necessidades mais específicas. De outro modo, em alguns casos a família torna-se um agente que impossibilita ou dificulta o desenvolvimento próprio do aluno por meio da falta de autonomia; ocorre também a resistência do núcleo familiar em relação aos encaminhamentos dos profissionais, de modo que não se realiza de maneira “correta”, dificultando ainda mais o diálogo entre a escola e a família.

A assistente social também destaca a importância dos instrumentos técnicos e metodológicos utilizados no acompanhamento desses alunos, como a ficha de atendimento psicossocial, que desempenha um papel fundamental na organização do perfil e das demandas de cada estudante. Para ela, essa ferramenta é essencial para sistematizar as informações, além de orientar os encaminhamentos e os suportes necessários para atender às necessidades individuais dos alunos.

O relatório gerado a partir dessas fichas é um documento crucial, especialmente quando envolve a notificação de casos de violência à Secretaria de Educação (SEDUC), ao Ministério Público ou ao programa Pro Paz Integrado, que é responsável pelo atendimento a crianças vítimas de violência sexual. Esse relatório contém relatos detalhados e pareceres técnicos, sendo tratado com a máxima confidencialidade, pois é um documento sigiloso e restrito, não acessível ao público.

Nesse viés, observa-se que é imprescindível que os instrumentos e técnicas sejam aplicados de maneira adequada e eficaz, uma vez que são fundamentais para a análise das situações que se apresentam e para a intervenção nas demandas sociais. A eficácia do trabalho no campo do Serviço Social depende diretamente da utilização criteriosa e reflexiva dessas ferramentas, pois são a partir delas que os profissionais conseguem compreender a realidade social, identificar as necessidades da população e desenvolver estratégias de atuação que possam contribuir para a resolução dos problemas identificados.

Francisco (2018), destaca a relevância da dimensão técnico-operativa no Serviço Social, apontando como ela permeia todo o processo de atuação do profissional. A autora sublinha que a aplicação dos instrumentos e técnicas não se resume à sua utilização mecânica, mas envolve uma reflexão contínua e uma escolha estratégica das metodologias que se adequam às especificidades de cada situação. Nesse sentido, a atualização constante dos profissionais e a busca por práticas que considerem as transformações sociais e as novas demandas da população são apontadas como essenciais para garantir a qualidade e a efetividade da intervenção social.

Ainda durante a pesquisa de campo com a assistente social, ela menciona que, embora se dedique a atender da melhor forma possível as demandas dos alunos e buscar soluções adequadas para as necessidades da comunidade escolar, não realiza visitas domiciliares por não dispor de transporte adequado. Apesar de reconhecer a importância dessas visitas para um acompanhamento mais próximo e eficaz, a profissional não tem os meios necessários para realizá-las. Posto isto, Souza e Silva (2017) afirmam que se torna essencial articular a rede de serviços socioassistenciais juntamente com outras políticas públicas, essa integração contribui para superar a fragmentação tanto dos conhecimentos quanto das políticas, articulando um atendimento mais completo aos cidadãos.

Portanto, a assistente social adota uma estratégia para garantir que as necessidades dos alunos sejam atendidas. Ela encaminha os casos que demandam visitas domiciliares ou um acompanhamento mais aprofundado para instituições parceiras, como o Conselho Tutelar, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Essas instituições possuem a infraestrutura necessária, incluindo transporte adequado, o que possibilita a realização das visitas e a colaboração com a equipe da escola, esse encaminhamento para outros órgãos evidencia a importância da articulação entre os serviços de assistência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, portanto, buscou explorar a viabilidade e a importância da atuação do Serviço Social na educação inclusiva, destacando a necessidade de uma abordagem mais aprofundada sobre o tema na teoria da profissão. É fundamental que o Serviço Social, como profissão de direitos, assuma um papel mais proativo na promoção da inclusão educacional. Além disso, é essencial reconhecer as dificuldades enfrentadas pelos

profissionais que atuam diretamente com educandos com deficiência, a falta de profissionais em fortalecer suas habilidades e competências para uma atuação mais eficaz. A especialização profissional é essencial para desenvolver habilidades de comunicação mais diversificadas e inclusivas, permitindo que os profissionais atendam às necessidades de todos de forma igualitária. O aprendizado de Libras é um exemplo disso, e pode ser aplicado em diversos contextos, além do ambiente escolar.

Sua atuação é fundamental na construção de uma educação inclusiva que promove a conscientização sobre a temática e que contribui efetivamente na implementação de políticas públicas que atendam diretamente tais demandas, seja da pessoa com deficiência, seu núcleo familiar ou o ambiente escolar em que está inserido. Diante disso, se faz necessário enfatizar e ampliar o debate sobre a atuação profissional do assistente social no âmbito da educação, pois não é somente uma área de atribuições e deveres pedagógicos, mas também é um movimento em prol da inclusão de caráter social e político pois abrange as diversas expressões da questão social presentes no ambiente escolar.

Desse modo, a efetivação da educação inclusiva não depende somente da existência das políticas públicas como o BPC e a PNEPEI, mas também do compromisso das instituições de ensino, dos profissionais e da sociedade como um todo. É necessário que o Estado amplie investimentos na formação dos docentes, na infraestrutura escolar e na articulação entre as políticas educacionais e assistenciais, garantindo que a inclusão aconteça de maneira plena. Além disso a desconstrução de estigmas e preconceitos é essencial para que a educação cumpra sua função como instrumento de transformação social, promovendo não só o acesso, mas também a permanência desses estudantes e a conscientização de uma sociedade anti-capacitista. Espera-se que este estudo contribua para uma maior conscientização e interesse sobre o tema, inspirando futuros profissionais a se dedicarem à causa da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Alcyone Da Silva. **Desafios Do Serviço Social Na Educação Inclusiva**. In: XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: Ceará, 2022.

AMORAS, M.; PONTES, A. M. **Antropologia e Serviço Social: interseccionalidade e a crise humanitária de 2020**. *SER Social*, v. 24, n. 51, p. 385-407, 28 jul. 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/42065

BESERRA, Marcio do Santos. **Inclusão escolar de pessoas com deficiência: Uma análise a partir do Programa BPC na Escola no município de Limoeiro do Norte/CE**. 2022. 180f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais, Mossoró, 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 22 de fev. 2025.

_____, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, nº 8.069/1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 22 de fev. 2025.

_____, **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional**, nº 9.394/1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 22 de fev. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 mar. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/descontinuado/pnee.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2025.

CARDOSO, Ana Valéria Matias; TEIXEIRA, Solange Maria. Serviço de acolhimento institucional e trabalho profissional do assistente social. In: TEIXEIRA, Solange Maria; MACEDO, João Paulo Sales (Org.). **Políticas sociais na contemporaneidade: programas, serviços e trabalho profissional**. Teresina: EDUFPI, 2017.

CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias; TEIXEIRA, Solange Maria. Direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional sob o crivo dos direitos humanos: limites e perspectivas. In: TEIXEIRA, Solange Maria; MACEDO, João Paulo Sales (Org.). **Políticas sociais na contemporaneidade: programas, serviços e trabalho profissional**. Teresina: EDUFPI, 2017.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. Lisboa: Edições 70 LDA, 2001.

FRANCISCO, Erica Aparecida dos Santos. **Reflexões sobre a dimensão técnico-operativa no serviço social com enfoque nos instrumentos e técnicas**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n.1, 2018.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. **A entrevista nos processos de trabalho do assistente social**. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 2, pág. 233-251, jul./dez. 2007.

SOUZA, Letícia Chaves de; FREITAS, Rayssa Rodrigues; CARDOSO, Roseline de Sousa. **A Atuação Do Assistente Social Na Educação Especial**. Instituto De Ensino Superior Franciscano – IESF: Maranhão, 2023.

SOUZA, Lenara Antão de Alencar Ribeiro; SILVA, Sheila Kaline Leal da. **O Serviço Social e Educação Especial: Análise da atuação profissional no DEE do município de Marabá-PA**. IV congresso paraense de educação especial. Unifesspa: Marabá. Outubro/2017.



Capítulo 7
O OLHAR ALGORÍTMICO: VISUALIDADES, INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL E SUBJETIVIDADE NA CULTURA DIGITAL
CONTEMPORÂNEA
Mariana Monteiro de Maicy





O OLHAR ALGORÍTMICO: VISUALIDADES, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SUBJETIVIDADE NA CULTURA DIGITAL CONTEMPORÂNEA

Mariana Monteiro de Maicy

Universidade Federal do Rio de Janeiro, maicymariana@gmail.com

Em 1895 o mundo passou a ser visível pela primeira vez, nas palavras de Harun Farocki. Esse ano, historicamente associado à um grandioso passo da história da tecnologia, bem como ao começo do que seria um importante passo à indústria do cinema, os irmãos Lumière apresentavam *A saída dos operários da fábrica (1895)*, registro no qual os trabalhadores da usina Lumière, pertencente ao pai dos inventores do cinematógrafo, deixam a fábrica em Lyon após o expediente. É o retrato, ainda tímido e frágil, da técnica aliada à representação do olhar.

Essa cena icônica não apenas funda a história do cinema e das imagens técnicas, como também inaugura persistentes tensões entre a visualidade, técnica e poder, que se tornaram ainda mais agudas em nosso próprio contexto histórico. Desde então, uma complexa conexão é articulada entre o avanço tecnológico e as lógicas de vigilância, controle e monitoramento característicos do capitalismo de dados. Não por acaso, uma das imagens inaugurais da indústria cinematográfica mostra um espaço de trabalho, uma fábrica, e corpos submetidos a uma visível organização disciplinar, mediada por um dispositivo de monitoramento que, naquela época ainda era considerado neutro, mas que hoje reconhecemos como precursor de sistemas de vigilância cada vez mais sofisticados, automatizados e inteligentes.

Na fábrica Lumière, é plausível supor que os operários tenham sido instruídos a não se dirigirem à câmera, não irem em sua direção, mas para fora do enquadramento; a caminhar em determinado ritmo, a manter certa cadência e, sobretudo, a evitar o contato visual com o dispositivo de filmagem. Não olhar para a câmera tornava-se condição essencial para a eficácia do espetáculo visual que a imagem iria fornecer. Há nesse gesto, algo da ordem do desconforto e do estranhamento: o constrangimento de encarar um



objeto que se sabe capaz de nos olhar de volta.

Olhar de volta, especialmente no contexto dos dispositivos de vigilância, ainda permanece um ato inquietante, pois sugere a possibilidade, sempre latente, de que também sejamos olhados, reconhecidos. Esse mal-estar não apenas persiste na contemporaneidade, como se intensifica, à medida que se obscurecem as origens, os processos e as intenções que atravessam a produção e o uso das tecnologias que nos cercam em nossa realidade subjetiva, política e social atuais.

À época do filme, ainda era possível sustentar a crença de que a tecnologia e seus resultados, em particular, suas imagens, pudessem operar sob uma neutralidade. Tal pressuposto atravessou décadas, ainda que jamais tenha se afirmado de modo plenamente convincente. No contexto atual, contudo, não apenas a ideia de neutralidade foi amplamente rebatida, como o próprio campo da visualidade e da cultura digital tornou-se um campo instável, atravessado por opacidades, manipulações e agenciamentos que já não se restringem somente ao humano. Não parece excessivo, portanto, reconhecer, e mesmo temer, as implicações éticas e políticas da circulação acelerada de vários instrumentos automatizados, artificiais e cada vez mais independentes, em um cenário no qual a produção econômica, bem como a estética, se afasta progressivamente da intervenção direta de mãos humanas.

Como a primeira câmera posicionada a observar o mundo, hoje temos milhares de dispositivos e gadgets, sejam digitais, sensoriais, mecânicos, subcutâneos, drones, webcams, multiplicados ao infinito em nossa realidade, subjetiva ou corporal. Além disso, hoje temos uma série de aparatos, criadores de vídeos ou imagens efetivamente independentes de nós pela primeira vez. Falamos aqui das imagens produzidas sistematicamente pelos sistemas inteligentes, seja como consequência de seus sistemas operacionais, seja como uma nova força estética, tal como as chamadas *deepfakes* e as imagens generativas feitas pelos sistemas automatizados.

Há muito, teóricos da comunicação e da tecnologia já apontavam para uma profunda correlação da propagação das imagens e o avanço da técnica industrial, surgidos em simetria em seus respectivos processos históricos, cujo marco curioso trata-se do fato de a primeira câmera de filmagem surgir quase simultaneamente que as armas automáticas, em meados de 1880. Isso significa dizer que a propagação das imagens é proporcional ao avanço das mais diversas tecnologias e tal relação se provaria até mesmo interdependente. Como dirá Vilém Flusser, “é pela correlação entre imagem e técnica que

os sentidos do mundo são produzidos” (ORBEM, 2013, n.p).

No ponto chave entre a técnica e as visibilidades, pode-se pensar que somente a imagem dependeria da técnica para a completa efetivação de sua função estética, política e social, jamais o contrário. Entretanto, a história da técnica prova uma relação desta por meio da imagem em um terreno de suma importância: o de sua representação. Em uma definição mais ampla de tal termo, é por meio das imagens, mediadas por humanos ou não, que as tecnologias podem entrar em jogo com o mundo e a realidade, operando a circulação de seus signos, processos e fabricações. A técnica, a partir dela mesma, sempre gera algo como um produto ou uma consequência de seus sistemas e engrenagens, de seu interior para o fora.

Dessa forma, o campo da visualidade torna-se um instrumento privilegiado para revelar tanto os produtos quanto às políticas das mídias técnicas que operacionalizam as novas tecnologias digitais. O campo de visibilidade, como o definiu Foucault (2014), constitui um espaço de disputa intensa entre narrativas, saberes e formas de poder. O visível corresponde, portanto, às condições de possibilidade para que algo possa ser visto, nunca um dado neutro, mas uma construção que delimita e orienta aquilo que se torna perceptível e apto à nossa percepção.

Na contemporaneidade, um dos desdobramentos mais evidentes das forças que atravessam as relações imagéticas manifesta-se na inteligência artificial, hoje consolidada como um meio central da comunicação e como instrumento decisivo de agenciamento social contemporâneo. Herdeira direta de desenvolvimentos técnicos anteriores, em especial daqueles associados à robótica no contexto da Segunda Guerra Mundial, a IA emerge historicamente vinculada a investimentos militares e à lógica da corrida armamentista do Norte Global. Na atualidade, encontra-se profundamente imbricada às grandes corporações *big techs*, operando em escala avassaladora na reconfiguração das formas pelas quais experienciamos o ambiente digital e, conseqüentemente, consumimos, produzimos e atribuímos sentido às produções culturais.

Entre suas muitas formas de funcionamento, destaca-se a interpretação algorítmica e a codificação automatizada de imagens, processos que sustentam novas modalidades de exploração características do chamado capitalismo de vigilância, conforme formulado pela autora norte-americana Shoshana Zuboff. Esse conceito, que orientará boa parte de nossos argumentos ao longo do texto, trata-se de um regime econômico cuja lógica central reside na extração contínua de dados comportamentais na

internet, convertidos em matéria-prima para a previsão, modulação e sugestões de consumo. Tal dinâmica instaura uma assimetria inédita de poder entre sujeitos, sistemas técnicos e as imagens que produzem, circulam e os representam.

No contexto de uma civilização profundamente informacional, vivenciamos a ubiquidade tecnológica como parte constitutiva do próprio tecido da nossa realidade. Essa presença contínua de aparatos técnicos digitais não apenas reorganiza nossas práticas cotidianas, mas transforma nossos modos de ser, de conviver e de pensar, ao mesmo tempo em que engendra novas formas de alteridade entre humanos, máquinas e os efeitos políticos e simbólicos dessa fusão inédita. Observar a tecnologia talvez seja uma forma de investigação do que é, afinal, que nos faz humanos. É diante de um poder igualmente invisível, múltiplo e sem contenção que temos um problema em frente, o de lidar com as novas tecnologias e aprender a olhá-las. Então, começemos com uma pergunta: há ainda refúgio para o olhar anestesiado de tantas produções artificiais que circulam sem nosso controle?

Olhar, tecnologia e poder

Gilles Deleuze, há mais de três décadas, produz uma análise profundamente exata que ainda vemos reverbera em nosso próprio momento histórico. Nesse breve e incisivo texto *Post-scriptum sobre as sociedades de controle* (1990), o filósofo nos adverte sobre a transição social que já observava estar em curso: da sociedade disciplinar, tal como elaborada por Michel Foucault, para aquilo que Deleuze denomina sociedade de controle. Trata-se de uma transformação profunda nas formas de poder, que desloca certas estruturas e formas de disciplina, punição e regulação social modernas para regimes mais difusos, abstratos e descontínuos de monitoramento e vigilância coletivas.

A lucidez dessa formulação torna-se ainda mais evidente quando situada em seu contexto histórico, momento em que já se anunciava o processo pelo qual a informação em larga escala passaria a operar como commodity da globalização, enquanto a imagem, seja publicitária, seja vinculada ao entretenimento, evidenciava uma série de disputas narrativas e tensionamentos políticos nos meios de comunicação de massa. Coloca-se, contudo, uma questão incontornável: ainda habitamos a sociedade tal como descrita por Deleuze? Ou seria mais pertinente reconhecer que, no presente, essas formas de poder

não se sucedem de maneira linear, mas na verdade coexistem e se sobrepõem?

Não seria, afinal, profundamente contemporâneo sugerir que vivemos simultaneamente sob os regimes da disciplina, do espetáculo e do controle, articulados de modo complexo nas arquiteturas técnicas e imagéticas da cultura digital, e sobretudo, nas formas com que olhamos e aprendemos a reconhecer representações e representatividades.

Diante disso, portanto, é possível sustentar que uma das marcas distintivas da contemporaneidade seja a experiência generalizada de uma indefinição persistente e intensificada. Tal sensação parece decorrer do fato de estarmos imersos, simultaneamente, em múltiplas camadas políticas, técnicas e simbólicas que não apenas deixam de se articular de modo coeso, como frequentemente se apresentam sob a forma de contradições e fricções irreconciliáveis. Nesse cenário, observa-se um paradoxo recorrente: quanto mais se expandem os dispositivos tecnológicos destinados a ampliar as capacidades humanas, mais se aprofunda um sentimento difuso de mal-estar entre aqueles que os produzem e utilizam.

Esse sentimento não é de forma alguma particular de nosso tempo, sendo observado desde a era moderna e o início da Revolução Industrial, onde um sentimento constante de desarraigamento individual, profundo niilismo coletivo e o surgimento de uma inédita formação político-social, a sociedade de massas, gerou como consequência histórica inédita a superfluidade do indivíduo, dividindo a realidade com outros instrumentos e máquinas. Entretanto, o mal estar hoje parece particularmente mais acentuado pelas urgências que enfrentamos. Tal cenário de atomização social só foi possível diante de uma drástica mudança já acumulada da paisagem ambiental, psíquica, arquitetural e política trazida pela tecnologia avançada e sua inserção progressiva no processo produtivo econômico, agora mais avassalador do que nunca.

Tais características, que culminaram junto a Segunda Grande Guerra, trouxeram uma série importante de questões psicológicas e políticas as quais trazemos como herança em nosso próprio tempo. Os produtos culturais e suas máquinas já traziam a promessa de abundância, velocidade e produtividade, palavras chave de um ainda iniciante capitalismo levado hoje à uma espécie de limite, diante de todos seus desdobramentos conceituais, práticos e econômicos.

Parte significativa desse mal-estar pode ser compreendida à luz da progressiva desapropriação de tarefas elementares, cotidianas e constitutivas da própria experiência

humana, hoje delegadas quase integralmente a sistemas técnicos automatizados. Entre elas, destaca-se a própria atividade criadora, outrora considerada um traço distintivo da capacidade simbólica e representacional do ser humano. À medida que a produção da visualidade digital, as narrativas sociais e psicológicas, e até mesmo as decisões pessoais passam a ser compartilhadas ou substituídas por máquinas, e a noção de excepcionalidade humana torna-se, portanto, progressivamente duvidosa e incerta.

Nesse contexto, a tecnologia, quando articulada aos processos econômicos, revela-se portadora dos germes de uma nova barbárie, na qual arcaísmos políticos, sociais e estéticos ressurgem sob formas antes inesperadas. Essa combinação configura uma colagem dissonante que redefine os contornos do mundo contemporâneo para novas formas de ser, estar e viver. Em uma nova articulação entre a técnica e o poder, os fluxos visuais e o campo digital assumem um papel central não apenas como produto cultural, mas como operador político e cognitivo.

A proliferação de imagens técnicas e artificiais redefine os regimes do olhar, deslocando-o da contemplação para a captura, do testemunho para a vigilância, da representação para a previsão. O olhar, outrora associado à experiência do sensível e à construção de sentidos para os indivíduos, é progressivamente reconfigurado como vetor de extração de dados e de antecipação comportamental promovido pelos sistemas algorítmicos.

Tal transformação torna-se particularmente visível nos sucessivos escândalos políticos relacionados a fraudes em processos eleitorais supostamente democráticos, envolvendo empresas especializadas em análise preditiva de dados e na modulação de ações humanas no ambiente digital. Esses episódios, amplamente debatidos nas teorias políticas e comunicacionais recentes, evidenciam um movimento sem precedentes de interferência tecnológica direta nos resultados de acontecimentos históricos e coletivos importantes.

Do espetáculo da técnica industrial, passamos, assim, à aceleração contínua do capital contemporâneo, transformado em dados, informações e algoritmos. Na economia globalizada, a política é progressivamente estetizada através de meios de comunicação de massa, enquanto a fragmentação social transforma o indivíduo isolado em alvo privilegiado de tecnologias destinadas a modular afetos, decisões e pensamentos íntimos. Torna-se, então, inevitável questionar se ainda existem espaços, subjetivos ou físicos, que possam ser considerados verdadeiramente privados na era da vigilância algorítmica e da

acumulação contínua de dados.

Não por acaso, diversos filmes, obras literárias e análises críticas recentes recorrem à metáfora de um “mundo sem noite”, no qual a luz nunca se apaga, como nos documentários “Nunca é noite do mapa” (2016) de Ernesto de Carvalho e “Não haverá mais noite” (2020) de Eléonore Weber. Tal imagem remete diretamente à ideia do “fim do sono” promovida por um sistema econômico cujo objetivo é capturar a atenção e atividade contínua de seus usuários, conforme formulado por Jonathan Crary (2013). Em sua análise o autor aponta para a impossibilidade crescente de refúgio, opacidade ou invisibilidade na realidade digital contemporânea. Se tudo é continuamente iluminado, registrado e analisado, não restaria mais lugar possível para se esconder, nem do olhar das máquinas, nem das lógicas de poder que elas sustentam.

Tais dispositivos, *gadgets* tecnológicos e sistemas em rede são concebidos precisamente para estruturar e sustentar relações de dependência, tanto subjetivas quanto, em certa medida, físicas, entre os indivíduos e os aparatos técnicos que os cercam. Esse ciclo de consumo não opera exclusivamente no nível do sujeito isolado, mas atravessa engrenagens sociais mais amplas. Basta observar, por exemplo, como a indústria do entretenimento orienta-se pela reapropriação do tempo e do espaço da forma mais prolongada e eficiente possível, seja por meio das plataformas de streaming, seja pelos feeds infinitos das redes sociais, projetados para minimizar interrupções e maximizar a permanência.

Essa captura sistemática do tempo e do olhar é frequentemente descrita por teóricos contemporâneos como a economia da atenção, conceito que sustenta que o olhar tornou-se uma das principais mercadorias do presente, uma *commodity* estratégica e indispensável para a dinâmica do capital avançado. Trata-se de um regime no qual os mecanismos de atenção são codificados e as visibilidades cuidadosamente moduladas, de modo a adequar o consumo de imagens à lógica acelerada das plataformas digitais. As imagens, nesse contexto, são produzidas sob medida para a inquietação do olhar contemporâneo: fragmentado, despolitizado e constantemente convocado a desejar mais.

Essa lógica do consumo insaciável do olhar diante dos campos de visibilidades disponíveis pelo digital, é analisada pela pesquisadora Roberta Veiga (2008) por meio do conceito de “promessa da imagem”, fundamento estrutural do próprio cinema. Segundo a autora, toda imagem carrega a expectativa de uma revelação, algo da ordem do mistério que se tornaria visível à luz do dia. No entanto, por integrar um circuito de desejo e de

construção do olhar, essa promessa está condenada a jamais se cumprir plenamente, pois deve sempre ceder lugar à imagem seguinte (VEIGA, 2008). Tal dinâmica extrapola o campo cinematográfico e atravessa toda a política das imagens contemporâneas, constituindo os regimes de visibilidade e as máquinas de visão que organizam nossa experiência sensível no presente.

As reflexões em torno da atenção e do tempo individuais também ocupam lugar central na obra de Shoshana Zuboff (2019), que os identifica como elementos precisos e intensos da ordem econômica e política atual. No capitalismo de vigilância, observa-se a apropriação sistemática dos aparatos técnicos da visibilidade e de seus circuitos de circulação, com o objetivo de impulsionar a movimentação do capital por meio da informação extraída das relações imagéticas. Inseridas na lógica da indústria de consumo, as imagens não apenas orientam o olhar, mas preenchem o tempo dos indivíduos, convertendo essa ocupação simbólica em máximo valor econômico.

Esse ambiente técnico-estético tende a produzir sujeitos progressivamente anestesiados em relação ao mundo que habitam e às ações concretas que performam, ou devem performar. A realidade passa a ser mediada quase integralmente por fluxos visuais, como bem exemplificado atualmente, e por dispositivos que produzem visibilidade de forma geral, como *smartphones*, streamings, televisores, redes sociais e plataformas digitais, cujo objetivo é, portanto, organizar a experiência cotidiana e social da realidade. Tal mediação impõe uma forma específica de vida, gerando um tensionamento subjetivo profundo entre a realidade e o virtual. A respeito disso, a pesquisadora Giselle Beiguelman observa que:

“Ao delegarmos aos dispositivos de imagem a percepção do espaço e a produção do tempo, distanciamos-nos do mundo, deixando a cargo do dispositivo de ‘tele-visão’ o que seria feito pelo deslocamento do corpo no território.” (BEIGUELMAN, p. 25)

Forma-se, assim, um indivíduo progressivamente “totalizado” pelos regimes de visão e de atenção, isolado de sua potência política e de sua capacidade de ação histórica, dimensões fundamentais da condição humana, conforme apontado por Hannah Arendt (2020). Tal constatação conduz a uma implicação decisiva: nenhuma tecnologia ou dispositivo imagético pode ser considerado neutro. Eles operam segundo lógicas políticas específicas, produzem saberes, constroem mundos possíveis e modelam subjetividades.

Nesse novo arranjo econômico, as tecnologias preditivas das redes digitais e seus

sistemas de processamento de informação acumulam vastos conjuntos de dados comportamentais provenientes dos usuários, como ocorre, por exemplo, nos mecanismos de busca do *Google*. Os padrões de ação, desejo e pensamento individuais são convertidos em ativos comerciais, explorados por grandes corporações e reinvestidos na sustentação de plataformas de consumo e comunicação online. Tal comércio ocorre essencialmente no espaço digital e encontra-se intrinsecamente ligado à vigilância contínua e à extração de informações pessoais, muitas vezes sem o consentimento explícito de seus participantes.

Contrariamente ao discurso recorrente, não somos nem os sujeitos, tampouco os produtos centrais do novo capitalismo informacional. Somos, antes, sua matéria-prima. Trata-se do que Zuboff denomina superávit comportamental de dados, composto por desejos, hábitos e intimidades revelados na circulação cotidiana pela internet, emerge como subproduto inevitável de cada clique, tornando-se insumo fundamental para a publicidade direcionada e para as estratégias de mercado das grandes marcas (Zuboff, 2019).

Nesse cenário, a própria experiência humana é transformada em mercadoria. No livro *A nova era digital*, Eric Schmidt e Jared Cohen afirmam que “o mundo online não é amarrado por nenhuma lei terrestre; é o maior espaço não governado do mundo” (SCHMIDT; COHEN, 2013). Em outras palavras, nossas vidas tornam-se integralmente pesquisáveis e, portanto, passíveis de controle. O olhar, o tempo e a experiência, outrora domínios da autonomia subjetiva, passam a operar como vetores centrais da governamentalidade algorítmica contemporânea.

Dessa forma, entende-se que a inteligência artificial opera como uma máquina estruturalmente sempre em busca de se reapropriar de informações já existentes e continuamente produzidas em um mundo cujo objetivo de seus sistemas é “aprender” suas regras, comportamentos, e padrões, alimentando-se continuamente de dados e informações confidenciais extraídos da experiência cotidiana dos sujeitos. Tal acumulação não visa apenas ampliar seu conhecimento operacional do mundo no qual se insere, mas sobretudo aprimorar a previsibilidade de nossas ações futuras no ambiente digital. Nesse processo, configuram-se espaços informacionais personalizados, ajustados em tempo real aos perfis daqueles que são observados, categorizados e modulados pelos sistemas de vigilância algorítmica das plataformas.

Diante disso, sabe-se que nenhuma rede social se apresenta de maneira idêntica a outra. Mais do que isso, nenhuma interface permanece igual a si mesma de um instante ao

seguinte: *feeds* se reconfiguram continuamente, minuto a minuto, segundo cálculos probabilísticos que acompanham a velocidade da circulação de informações descartáveis, marcadas por uma efemeridade paradoxalmente permanente, reiterada no gesto incessante de “atualizar”. O olhar, nesse regime, já não encontra estabilidade nem duração, sendo constantemente deslocado por uma lógica de antecipação e substituição contínuas.

Nesse cenário, impõe-se uma pergunta de ordem ética e política: ainda dispomos do direito, ou mesmo da possibilidade de nos ocultar, de nos esconder? Existiria algum território, seja físico, seja simbólico, que ainda não tenha sido penetrado pela luminosidade contínua do regime tecnológico-digital? A incapacidade crescente de controlar o mundo que habitamos e as realidades que nos são impostas favorece o surgimento de estados de angústia e desamparo, diretamente associados às novas formas de controle dos corpos, dos afetos e das modalidades de existência.

Entretanto, a resposta a esse impasse talvez não resida na rejeição pura e simples da técnica, mas na possibilidade de sua reapropriação crítica. A subversão dos próprios dispositivos que nos capturam aliada ao aprofundamento teórico das discussões sobre seus modos de funcionamento pode abrir caminhos para a construção de outros futuros possíveis. Nesse sentido, retomar a reflexão de Gilbert Simondon (2015) pode revelar-se particularmente importante: ao propor uma compreensão da técnica a partir de sua gênese e de seus modos de individuação, o filósofo nos convida a adentrar uma espécie de “biologia das máquinas”, capaz de reinscrever os sistemas técnicos contemporâneos no campo da experiência humana e da responsabilidade política. Somente ao compreender como essas máquinas operam, evoluem e se integram ao mundo é que se torna possível intervir criticamente no jogo de forças que hoje estrutura nossa realidade.

O homem ensina a máquina, ou a máquina ensina o homem?

Essas visualidades sintéticas, cujas operações estruturam ativamente os mecanismos e as infraestruturas da realidade contemporânea, definem o próprio regime visual ao qual temos acesso. Seus recursos não apenas determinam o que podemos ver em determinados contextos, mas, sobretudo, impõem aquilo que deixamos de perceber, apagando superfícies, objetos e presenças, reais ou não. São essas máquinas que, em grande medida, organizam nossas relações sociais, nossas formas de agenciamento

político e as dinâmicas do trabalho humano. Elas nos ditam os modos de registrar o visível, bem como o não-visual.

É nesse cenário que o conceito de condicionamento da existência se articula quase perfeitamente ao momento contemporâneo de espetacularização dos instrumentos tecnológicos de visão. Da já declarada dependência do homem aos seus aparatos digitais, Anselm Jappe articula a respeito:

Se Debord disse que o todo é espetáculo, foi pelo fato de que tudo, da política ao tráfico, das cidades à cultura, tende a produzir e reproduzir o indivíduo isolado, portanto, massificado, que se encontra em um estado de completa impotência diante do mundo que, na verdade, é o resultado de suas ações. Ele não faz outra coisa senão olhar este mundo, portanto, ser um espectador do espetáculo. (...) Mas essa contemplação não é fruto de uma preguiça ontológica, mas o resultado de uma ordem social que vive graças à passividade. (Jappe, 2005, p. 266)

É necessário entender que essas mais novas formações das imagens, vinculadas desde as movimentações políticas, históricas, militares, até as produções econômicas de nosso tempo, inauguram simultaneamente novas estéticas do campo visual e inéditas conexões entre os seres humanos e as máquinas através da articulação entre a visibilidade, algoritmos e a percepção. Da “passividade” humana essencial ao funcionamento dessa estrutura, passamos no momento atual à corpos que se debatem e reagem às violências desses dispositivos em tão intenso contato e interdependência entre si.

Diante desse recorte na história das imagens, agora veremos com maior clareza a complexa articulação entre as produções visuais digitais e as dinâmicas econômicas contemporâneas, especialmente no que diz respeito aos sistemas de automação que operam a extração de saberes e corpos humanos, integrando-os como recursos funcionais ao funcionamento das máquinas automatizadas.

Debruçado pelo estudo da percepção humana, o filósofo Paul Virilio conceitua esses aparelhos intensamente que se conectam ao olhar humano como “máquinas de visão” (2002). O autor analisa que o processo do olhar humano modulado em face aos mais diversos aparelhos técnicos, para além de modificar as nossas observações e formas de olhar, impactaria sobremaneira nossa própria consciência, a forma como pensamos e estabelecemos os regimes do imaginário. Para Virilio, o indivíduo perderia a percepção da realidade e sua potência política como sujeito ativo em um mundo cada vez mais mediado pelo virtual. Ao adquirir uma dependência corporal e intelectual à tais

dispositivos, o olhar humano deixa, então, de ser o grande mediador de sua subjetividade na realidade.

Além disso, Virilio formula o que pensa ser um dos maiores problemas da fusão do homem aos aparatos técnicos digitais atualmente. É através desse processo de tamanho aprofundamento e dependência corporal e subjetiva aos dispositivos ópticos que começaríamos a estar, logo mais, completamente condicionados à sua utilização diária e ininterrupta, inaugurando uma mudança radical na percepção humana. Influenciando nosso julgamento das distâncias, espaços e da própria passagem do tempo, a realidade tornaria-se, por sua vez, um efeito e consequência desses aparatos técnicos, adequada e submetida à sua mediação computacional e sintética. Reformulando aspectos fundamentais da experiência humana, como o inconsciente e a memória, ele aponta:

Com a proliferação industrial de próteses visuais e audiovisuais e o uso desenfreado de equipamentos de transmissão instantânea desde a primeira infância, testemunhamos hoje a codificação rotineira de imagens mentais cada vez mais elaboradas, acompanhada de um declínio constante nas taxas de retenção e recuperação. Em outras palavras, estamos diante do rápido colapso da consolidação mnemônica. (Virilio, 2002, p.18)

A respeito da deterioração das imagens mentais, Virilio se refere mais amplamente ao conjunto visual que está presente em nossas formulações imaginárias ligadas ao par da consciência/inconsciência como um todo. É bastante notório que a velocidade do consumo e do compartilhamento das imagens na atualidade evidencia mais explicitamente nossa incapacidade, cada vez maior, de percebê-las, interpretá-las e assimilá-las plenamente. Já se discute amplamente como essa típica dinâmica do digital contribui para uma significativa defasagem na compreensão e na prática da escrita, bem como na interpretação de signos e símbolos de maneira geral. O que é novo nesse contexto é o grande paradoxo da atualidade, momento em que há uma abundância sem precedentes de imagens em circulação, há respectivamente a defasagem em nossa própria habilidade de compreendê-las.

Virilio acrescenta o dado evidente de que estamos gradualmente nos tornando incapazes de interpretar e ressignificar nossas próprias imagens, fenômeno que ele chama de dislexia visual. Nesse processo, através da rapidez com que as informações estão operando em sua circulação, as imagens, bem como as palavras, tendem a perder sua capacidade de atribuir sentido no mundo, e os sujeitos, por sua vez, tornam-se progressivamente incapazes de formar representações mentais através delas. Isso se

insere em uma crise mais ampla da representação como um todo, entendida como a capacidade de reter e atribuir significantes à realidade. Como sugere Virilio, é como se, agora, “a velocidade da luz tivesse triunfado sobre a totalidade da mensagem” (2002).

É diante da predominância da velocidade sobre os diversos significados que a estatística, a matemática e a probabilidade passam a ganhar grande destaque na cultura imagética. Essas ideias, fundamentais para a ciência moderna, sempre estiveram, de uma forma ou de outra, conectadas às operações da visualidade. Sobretudo com o avanço da técnica dos regimes escópicos observados no século XVII, ampliaram-se as vantagens oferecidas através da junção do homem às máquinas, como exemplificam as criações do telescópio, binóculos e demais aparatos ópticos. A partir dessa época, teorias a respeito da maquinização do corpo biológico nos trouxeram até concepções contemporâneas tais como o pós-orgânico e o pós-humano, que tentam oferecer algumas pistas dos caminhos, cada vez maiores, entre o artificial e o biológico. Seriam eles, necessariamente, opostos?

Essas teorias nos dizem que há um ponto de melhoria e da evolução humana que seria incontornável ao uso desses dispositivos e aparelhos. Como sabemos, essa interpretação não é nova, e nos acompanha desde as primeiras criações técnicas dos homens na sociedade moderna. Contudo, é na ascensão de tecnologias voltadas à informação digital que observamos uma mudança radical nas formas que o controle social e econômico passam a operar, sobretudo na forma como esses elementos efetivam novas formas de poder profundamente articulado às lógicas da visualidade.

Nesse entendimento, a percepção visual humana estaria condicionada de forma profunda à automação maquínica, promovida por sistemas e dispositivos inteligentes que modificam e modulam a forma como olhamos e interpretamos visualmente o mundo, operando em níveis microscópicos de nossa racionalidade, apesar de serem contundentes e agressivos na mesma medida.

A respeito disso, o pesquisador Matteo Pasquinelli (2020) faz uma interessante analogia das máquinas artificiais em comparação com as lentes lógicas, que tais como as lentes de qualquer instrumento comum de ajuste do olhar, são embutidos de falhas, fissuras e inclinações, promovendo na máquina, ou em nós, o que ele chamará de alucinações estatísticas. Essas alucinações, como o autor as define, não são aspectos acidentais nem aleatórios desses processos tecnológicos, como tudo nos levaria a crer. Elas se tornam, portanto, uma condição de funcionamento de toda a infraestrutura digital na atualidade.

Os desempenhos estratégicos e observacionais trazidos pelas tecnologias em suas mais diversas funções são inegáveis, principalmente no que se refere à maximização de práticas úteis, eficientes e transformadoras do mundo. Contudo, também é justificada a observação de que esses novos dispositivos visuais parecem, ao mesmo tempo, alterar e deformar a realidade no qual operam, ao modificarem suas cores, seus formatos e suas texturas. Diante dessas operações formuladas essencialmente por máquinas, obtemos uma visualidade completamente corrompida do que sabemos, experimentamos e entendemos ser o real.

É diante de uma ambiguidade inerente a essas práticas imagéticas vigilantes, recheadas de dados, coordenadas e informações, que os sujeitos se tornam condicionados a ver em demasia, apreender detalhes por vezes ínfimos, insignificantes e ao mesmo tempo desproporcionais em termos de sua invasão, responsabilidade e consequência. Na articulação do uso e funções das imagens operativas, o que nos é revelado é que, na verdade, pouco se vê e pouco se sabe através delas, realmente. Os procedimentos do que é posto como visível são frequentemente errôneos, interpretativos, simulados, distorcidos e fragmentados. Uma vez consumindo e vivenciando a realidade de forma objetificada, esta é muito frequentemente tomada como um teatro de operações. Isso significa dizer que o real torna-se um local onde a observação e a percepção são articuladas junto ao controle e às formas de poder.

Para formular alguns diagnósticos contemporâneos das imagens e suas profundas mudanças em curso, é necessário dar conta de um amplo espectro de perguntas a respeito dessas novas tecnologias automatizadas: elas são para quê, para quem? Quem realmente se beneficia delas? De que forma alteram nossas formas de olhar, de ser olhado? De que maneiras elas ativamente modulam o sujeito contemporâneo a formas específicas de consumo e pensamentos que, frequentemente, nos direciona a erros, condicionamento e vieses problemáticos, como demonstram o racismo algorítmico e a eugenia de dados.

Essas tecnologias de automação definem quem faz parte do campo de visibilidade contemporâneo, quem é excluído, e quem nunca sequer existiu. O que é tornado visível, é, portanto, a disputa principal de nosso tempo. Para tanto, de que forma podemos e devemos ver as imagens para além de seus aspectos unicamente visuais e visíveis? Quais operações acontecem nos bastidores das criações dos fluxos de imagens atuais?

Por meio dessas perguntas, entendemos as imagens como instrumentos de agenciamento político e social, bem como catalisadores para a investigação de como as

construções materiais e simbólicas contemporâneas mediam a experiência humana por meio de novas configurações tecnológicas. Elas modificam ativamente a forma como habitamos o mundo, nos relacionamos com nosso corpo, pensamento, tempo e memória. Além disso, os dispositivos visuais e os modos de percepção, ao se transformarem historicamente em consonância com as mudanças na realidade e nas estruturas técnicas, também atuam como possibilidades e soluções criativas, podendo nos oferecer novas formas de imaginar, pensar, e existir no mundo.

As imagens como artefatos constituintes aos sujeitos, jamais perderam sua potência na produção de identidades, afetos e modos de viver, formulando nossa experiência sensível e simbólica com o mundo. Para isso, devemos nos esforçar para analisar os novos desafios tecnológicos e maquínicos não a partir de pensamentos opostos ou binários, como certo e errado, verdadeiro e falso. É preciso, pois, dar conta de suas ambiguidades, contradições, surpresas, erros, acertos e nos confrontarmos com o que é possível experimentar de verdadeiramente significativo nesses novos desdobramentos nas formas de visualidade e não menos importante, nas construções atuais das formas do olhar e da visão humanas, como bem aponta Joana Zylińska:

A visão já possui camadas fisiológicas, psicológicas e sociais, estando envolvida na produção da subjetividade e do social, ao mesmo tempo em que também é produzida por eles. A inflexão desses modos de produção muda ao longo da história, acompanhando as transformações nas infraestruturas e nos aparatos técnicos. É por isso que, como sugere Bryson, o que realmente está em jogo ao tentar compreender a visão é “uma política da visão”. (2023, p. 78)

Dessa forma, ainda é necessário questionarmos a que ponto estamos mergulhados no tensionamento entre a amplificação maquínica da visão que nos permite ver “mais” e ver “melhor”, ou ao contrário, caminhamos para um lugar em que nos é dado uma distorção contundente e perigosa da realidade como observadores, como exemplificam as recentes bolhas digitais, nas quais cada indivíduo possui um mundo feito sob medida a partir de suas escolhas virtuais. Além disso, em um mundo que se confia cada vez mais nas chamadas *alucinações estatísticas* para tomarem decisões historicamente significativas, parecemos perder cada vez mais rápido o frágil lastro entre nosso olhar, suas responsabilidades e suas consequências.

Nessa interface entre cultura e tecnologia, compreende-se que o progresso coabita junto a movimentos que fabricam opressões, misérias e destruições que, por meio de escolhas coletivas e históricas, formulam os bastidores das notas oficiais e reescrevem

constantemente as narrativas mostradas ao mundo. Além disso, esses processos ativamente modulam o que compartilhamos por natural e comum em nossa realidade, alterando tanto os pensamentos de uma época quanto suas formações sociais. É nesse sentido que as imagens operativas, além de fazerem parte de uma breve história das paisagens políticas do capitalismo e imperialismo, bem como das práticas de medição e classificação da realidade, simultaneamente revelam a dependência humana a esses dispositivos que passam a controlar cada vez mais nossas formas de olhar.

Na esteira desses tensionamentos, há um conceito filosófico chave que pode nos oferecer algumas possibilidades de entendimento. Em *A condição humana* (1958) , Hannah Arendt desenvolve um conceito fundamental em sua teoria política, o condicionamento da existência humana. A autora analisa o grande paradoxo moderno no qual tudo aquilo que os indivíduos entram em contato, seja a cultura, linguagem, objetos e instituições, passam a moldar suas formas de ser e estar no mundo. Ou seja, o homem, ao criar um mundo comum e compartilhado com objetos e artefatos, esse mundo, uma vez estabelecido, irá condicionar o próprio agente que o criou. Decorrente disso, os objetos e sistemas fabricados pelos humanos passam a situar seu comportamento, ações e pensamentos.

Os homens são seres condicionados, porque tudo aquilo com que eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens constantemente condicionam, no entanto, os seus produtores humanos. (Arendt, 2016, p. 11)

Importante frisar que, para Arendt, a condição humana não é sinônimo de natureza humana. A definição de “condicionamento” que ela desenvolverá durante todo o livro, trata-se da relação entre o ser humano, os artefatos técnicos criados por ele e a dimensão política que emerge dessa interação. Sua perspectiva compreende a técnica não apenas como um instrumento de transformação ativa do mundo, mas também como um fator determinante da própria existência humana na Terra.

Para Arendt, os instrumentos fabricados a partir do aperfeiçoamento da técnica são necessários em um contexto natural de sobrevivência e necessidade. Isso dá ao homem o meio pelo qual será possível seu estabelecimento no mundo, em um estágio no qual se apropria da natureza e a modifica, levando a existência humana para uma outra categoria, múltipla, rica e plural em possibilidades.

Porém, é precisamente por meio desse processo que os indivíduos passam a se tornar cada vez mais dependentes das ações e comportamentos que estabelecem em relação às ferramentas por si produzidas. Uma vez inseridos no mundo e incorporados à realidade cotidiana, esses produtos, sejam eles objetos, instituições ou sistemas, adquirem certo grau de autonomia, instaurando redes e estruturas que passam a condicionar não apenas os indivíduos, mas também o ambiente e a cultura provenientes dessa fusão. Um exemplo contemporâneo desse conceito de condicionamento, que efetivamente altera as estruturas tanto corporais quanto subjetivas dos sujeitos que as utilizam, é a tecnologia digital.

Sabe-se que os efeitos das criações técnicas em sociedade são mais profundos do que apenas aparatos e ferramentas materiais, estendendo-se à construções ideológicas, subjetivas e políticas estruturantes do funcionamento social humano. Ao considerarmos que a história das mídias, dos arquivos e da fotografia acompanha os desenvolvimentos da ciência moderna, como a categorização de espécies, corpos, mentes e instituições, torna-se evidente o grau de interdependência entre os dispositivos técnicos e os mais diversos processos culturais. Tais articulações moldam as paisagens ambientais, psíquicas e sociais, contribuindo para a constituição de regimes de saber e as formas de pensamento próprias a cada época histórica.

Quanto a isso, podemos pensar que regimes históricos como o feudalismo, imperialismo e o próprio capitalismo condicionam à existência humana de forma tão profunda em suas estruturas que, quanto mais determinantes, violentos e rígidos que esses sistemas foram e continuam sendo, dificultam o vislumbre de outras possibilidades de existência. Embora alternativas sejam possíveis, elas frequentemente se manifestam de forma minoritária e silenciosa, por meio de micro-resistências que operam nas margens do sistema dominante. Para que elas se concretizem, é necessário que haja uma ruptura com os condicionamentos históricos e subjetivos impostos pelas hierarquias e infraestruturas que sustentam tais regimes.

O que parece estar efetivamente em jogo na atualidade é uma profunda reformulação das características que nos definem como seres humanos e biológicos até então na história, “a ideia que nos foi dada de forma natural e gratuita”, evidente para Arendt em seu próprio contexto. Para a autora, já era um fato há muito estabelecido que na modernidade o sujeito barganha constantemente na troca de todos os elementos naturais e orgânicos da natureza por objetos técnicos fabricados por ele mesmo, inclusive

em relação ao seu próprio corpo.

O que costumávamos entender como elementos estruturantes de nossa condição de sujeitos, ancorados em teorias políticas, históricas e filosóficas desde a antiguidade, constavam sobretudo, do trabalho, obras e ações humanas. Esses três pilares constituem os processos de formação do indivíduo político e pensante, conforme definido por Aristóteles. É também por meio dessa tríade que os sujeitos, ao longo dos diversos períodos históricos, encontraram meios de resistência aos aparatos de opressão e violência. Nela se manifesta a potência política fundamental do ser humano: a capacidade de viver em comunidade, organizar um mundo comum com seus semelhantes e fabricar artefatos e instrumentos que satisfaçam as necessidades da vida.

Como sabemos, à medida que esses conceitos foram apropriados por outros contextos e finalidades, o que se instaurou não foi a criação de um mundo comum, baseado em bens compartilhados e em trocas significativas, como Arendt concebe os instrumentos técnicos, mas sim a destruição de múltiplos mundos em benefício de poucos. Esse processo é sustentado por uma ideologia secular de progresso contínuo e renovação permanente de tudo o que existe diante do avanço da alta tecnologia.

Tal avanço, em vez de ampliar o acesso aos bens comuns, como a informação, a criatividade e a socialização humana, frequentemente privatiza seus usos em detrimento de lucros cada vez maiores. Acelerado de forma particular pelos processos industriais e econômicos desde seu surgimento, esse movimento de progresso à qualquer custo parece visar uma outra humanidade em nós. Ainda assim, alguma forma dessa condição humana resiste, para nossa sorte ou azar.

Considerações finais

A cultura digital, bem como suas técnicas e suas imagens, produzem saberes e ao produzirem saberes, produzem mundos. Ela fabrica, portanto, um ambiente psíquico-social cuja realidade por vezes se torna mais efetivamente real do que o mundo no qual habitamos, pois, como disse a filósofa Marie-José Mondzain "a imagem está a meio caminho entre as coisas e os sonhos, num entre-mundo, onde se jogam nossas dependências e nossas liberdades" (Mondzain, 2017, p. 12). Costurada hoje nas mais fortes disputas históricas da verdade, fatos, evidência e testemunho, a imagem não é

apenas uma imagem, mas um artifício, um instrumento e dispositivo cultural que se conecta às tecnologias e as políticas, alterando completamente seu estatuto e sua função.

Estando as imagens postas no grande jogo político-estético, é necessário lidar com o paradoxo central que lhes são imanentes, respectivamente a sua insignificância e o seu poder. Então, perguntamos, temos ainda o direito humano de nos reapropriar das nossas imagens e das imagens de um mundo que parece perder o controle de suas próprias produções? Há algum território, físico e abstrato, onde a imensidão da luz tecnológico-digital ainda não penetrou? Incapazes de controlar o próprio mundo que vivemos e a realidade na qual estamos, é fácil cair nos desesperos naturais que advêm do controle de nossos corpos e das modulações de nossa própria subjetividade. A solução parece estar na subversão dessas mesmas tecnologias e dispositivos que nos vigiam e nos condicionam em suas infraestruturas de funcionamento.

O capitalismo, ao mesmo tempo em que destrói, cria. Muitos de seus dispositivos, embora historicamente subordinados ao poder e à opressão, carregam em si a possibilidade de subversão, uma potência que permite sua reapropriação e ressignificação, desestabilizando seus sentidos originários. Entre os instrumentos que revelam essa capacidade de resistência, destacam-se as criações culturais e, em especial, as imagens e seus múltiplos modos de funcionamento. Diante da potência que elas carregam, torna-se urgente, portanto, reformularmos o nosso próprio olhar da realidade que nos cerca.

A tecnologia jamais é acidental, tampouco neutra, e ao causar tamanhos tensionamentos políticos devemos analisar suas constituições na sociedade contemporânea. Ela produz os mundos e sujeitos que pretende analisar, impactando ativamente em decisões importantes que caminham para o futuro que, devemos nos perguntar, queremos ou não. Quem é este outro a decidir por nós? Os seus produtos racistas, misóginos, controladores, vigilantes, opressores, violentos e colonizadores não são aspectos necessários às tecnologias digitais; eles são escolhas humanas elaboradas especificamente para o funcionamento de certos poderes através de tais dispositivos tecnológicos. É uma forma de mercado desenvolvida a ser extremamente lucrativa de maneira inédita e sem precedentes.

Portanto, não podemos encará-la como algo inevitável e sem saída, pensamento esse muito conectado à o que seu poderio deseja formular: não tentem resistir, é impossível. É precisamente essa a chave para a mudança, que busca nos retirar de uma

passividade e docilidade interessante à essa grande maquinaria. É pelo domínio de seus sistemas, funcionamento e estrutura que ganhamos poder sobre essas subjetivações e regimes de controle aos quais estamos submetidos.

Tal processo de transformação das tecnologias digitais em instrumentos políticos revela o grande potencial que temos à disposição como habitantes de um mundo atravessado por múltiplas dimensões, estéticas, políticas e históricas, todas passíveis de serem evocadas, analisadas e reinterpretadas por meio das atuais máquinas digitais e de seus sistemas automatizados. Dessa forma, é nosso dever, enquanto habitantes de um novo mundo no qual compartilhamos com outras “espécies” não humanas, que reorganizam nossas práticas afetivas, criativas, econômicas e políticas, reconhecer como podemos compreender essa nova realidade, seus desafios e suas possíveis soluções, abraçando, se possível, uma nova maneira de encarar a realidade e à nossa própria existência.

Se, por um lado, estar dentro desse atual sistema significa estar capturado, modulado, quantificado e controlado, por outro, estar fora dele implica renunciar à visibilidade disponível, o que acarreta uma exclusão não apenas digital, mas social, e inevitavelmente, também política. Pensar que “não há vida” fora desses circuitos digitais atuais constitui um ponto sem retorno, um ideal que garante sua própria perpetuação como modelo de percepção e molde das nossas experiências. Isso torna cada vez mais difícil não participar de seus paradoxos, cujos custos se revelam progressivamente mais elevados. Precisamos resistir a essa ideia do “sem saída”, narrativa posta segundo os interesses desses mesmos sistemas computacionais. A saída existe e trata-se precisamente em aprender *a olhar* e *a decifrar* essas novas tecnologias, seus resultados, responsabilidades e consequências.

Como observa Giselle Beiguelman (2025), em um comentário talvez bastante profético acerca da condição contemporânea de quem habita e pesquisa o cenário tecnológico atual, é possível dizer que, em um futuro próximo, sintamos saudades dos problemas que enfrentamos hoje, não porque eles desaparecerão, mas porque se tornarão simultaneamente mais complexos e, arriscamos dizer, cada vez mais invisíveis e abstratos de serem percebidos.

Seguindo esse pensamento, ainda preservamos atualmente alguma consciência do que entendemos por uma máquina, os sistemas que a compõem e suas fronteiras físicas e simbólicas, que a separam de nós, humanos. No entanto, talvez em breve, essas divisões

que estruturam nossa percepção do mundo e sustentam nossa interpretação da realidade tenderão rapidamente a desaparecer. Uma consciência digital, como vem sendo amplamente estudado e desenvolvida pelas empresas de tecnologia, como o “metaverso” e a realidade expandida, vão compor uma nova paisagem da realidade.

Esses sistemas computacionais, portanto, logo mais deixarão de ser um artefato bem delimitado e materialmente contornado, como ainda o são, para vir a tornar-se o próprio mundo, onipresente e ubíquo em suas operações e em suas lógicas. Nesse sentido, entender a concepção do que chamamos de máquinas, aqui, podem ser compreendidas como uma metáfora da consciência algorítmica e computacional em expansão, uma inteligência distribuída que, em futuro bastante próximo, poderá absorver as distinções que hoje estabelecemos entre técnica e vida. A própria ideia de “máquina” e de “humano”, então, talvez se torne um vestígio conceitual de uma época anterior, um registro rudimentar das formas pelas quais, em nossos primórdios digitais, tentamos compreender a tecnologia de nosso tempo, que logo mais tende a ser rapidamente superado.

Esses sistemas computacionais, algorítmicos, digitais que colocamos em análise, diante de todas as suas ambiguidades, provocações e potencialidades possuem todas as condições para, de fato, tornarem-se ferramentas essenciais, sem precedentes em sua resolatividade, utilidade, poderio e capacidades técnicas. Uma vez articulados a uma construção de um presente mais consciente, e talvez à força da imaginação humana, ou mesmo a uma imaginação outra que humana, esses sistemas podem nos dar uma possibilidade única de conseguirmos vislumbrar novas realidades no presente e mesmo criar melhores futuros que gostaríamos de habitar.

Talvez nem sejamos mais como corpos dóceis, como alguns pensadores analisam, mas somos efetivamente como corpos que se contorcem e se debatem diante da opressão e dos atravessamentos que lhe configuram, como também na profunda busca de uma nova forma de existência, em um momento de sufocamento da existência como um todo. Portanto, enquanto temos a condição, e os meios, para entender essa complexa paisagem cultural e histórica que vivemos atualmente, é preciso utilizarmos de forma compartilhada e útil nossos saberes e nossos domínios técnicos da atual maquinaria do mundo contemporâneo.

É somente através do conhecimento dos dispositivos e instrumentos que nos cercam que adquirimos outras formas de uso para eles, onde podemos inclusive nos

incorporar a eles e sermos incorporados em sua maquinaria tendo como fim uma produção política ativa, útil e consciente, no que Donna Haraway chama, por exemplo, de coexistência entre as espécies humanas e não-humanas.

Nessa fronteira cada vez mais difícil de discernir entre as subjetividades e as novas tecnologias, é possível tentar fabricar novos mundos com os utensílios que temos disponíveis, como já fizemos outras tantas vezes em nossa história. Entretanto, é necessário a consciência desses instrumentos, da forma como funcionam e como se comportam e que, com isso, nós, enquanto habitantes de uma realidade compartilhada, fabriquemos coletivamente mundos melhores, sem jamais perder de vista o que foi o passado dessas tecnologias e o que será seu futuro, que cabe a nós ainda construir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução Roberto Raposo. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, [1958] 2020.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. 1. ed. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

BEIGUELMAN, Giselle. **Política das imagens: vigilância e resistência na dadosfera**. 2. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

CRARY, Jonathan. **24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono**. Tradução Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Editora Ubu, 2013.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**. In: *L'Autre Journal*, 1 maio 1990. Publicado em: **Conversações, 1972–1990**. Tradução Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

HARAWAY, Donna. *O manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*. Tradução de Ana Maria Chaves. Disponível em: https://circulosmarxistas.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/02/haraway_cyborg_pt.pdf. Acesso em: 8 jan 2026. Original publicado em *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*, Routledge, 1991

LOPES, W. E. S. **Gilbert Simondon e uma filosofia biológica da técnica.** *Scientiae Studia* (USP), v. 13, p. 307–334, 2015.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-31662015000200004>

MONDZAIN, Marie-José. **A imagem pode matar?** Tradução Susana Mouzinho. 2. ed. Lisboa: Nova Vega, 2017.

ORBEN, D. J. **Imagens técnicas: origem e implicações segundo Vilém Flusser.**

Comunicação & Informação, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 113–126, 2013.

DOI: 10.5216/c&i.v16i1.25724.

Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/25724>. Acesso em: 20 jul. 2024.

PASQUINELLI, Matteo; JOLER, Vladan. **O Manifesto Nooscópio: Inteligência Artificial como instrumento de extrativismo do conhecimento.**

Disponível em: <https://lavits.org/o-manifesto-nooscopio-inteligencia-artificial-como-instrumento-de-extrativismo-do-conhecimento/>

SCHMIDT, Eric; COHEN, Jared. **A nova era digital.** Tradução Ana Beatriz Rodrigues e Rogério Durst. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

STEYERL, Hito. **Mean Images.** *New Left Review*, n. 141, 2023.

Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii140/articles/hito-steyerl-mean-images>

VEIGA, Roberta. **A estética do confinamento: o dispositivo no cinema contemporâneo.** Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

VIRILIO, Paul. **Máquinas de visão.** 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Máquinas sobrenaturais e outros habitantes da tríplice fronteira antropológica.**

Disponível em:

https://www.academia.edu/112157885/M%C3%A1quinas_sobrenaturais_e

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância.** Tradução George Schlesinger. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

ZYLINSKA, Joanna. **From Machine Vision to a Nontrivial Perception Machine.** In: **The perception machine: our photographic future between the eye and AI.** Cambridge: MIT Press, 2023.

FILMOGRAFIA

A saída dos operários da fábrica. Direção: Louis Lumière, Auguste Lumière. França, 1895. 1 min, P&B.

Nunca é noite no mapa. Direção: Ernesto de Carvalho. Brasil, 2016. 6 min. Disponível em: <https://youtu.be/dkVfRne-eMI>. Acesso em: 13 out. 2025.

Não haverá mais noite. Direção: Éléonore Weber. França, 2020. 76 min.



AUTORES



Adriana de Souza Gomes

Técnica Administrativa em Educação – UFPel, Doutoranda em Sociologia – PPGS/ UFPel, adrianasecretariado@gmail.com

Anna Caroline Corrêa Mendes

Mestranda em Cultura e Sociedade (PGCULT) na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bibliotecária do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFMA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPAC/UFMA). E-mail: anna.mendes@ufma.br

Carla do Espírito Santo

Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email: carlacris0609@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4515863859830458>

Cláudia Redecker Schwabe

Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul Câmpus Lajeado/RS, Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS/São Leopoldo/RS, claudiaschwabe@ifsul.edu.br

Edayza Lacerda Castro

Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email: edayzal@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4851015222403816>

Eliana Delavechia Schneider

Especialista em Gestão de Micro e Pequenos Negócios pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul Câmpus Lajeado/Lajeado/RS, elianadela270@gmail.com

Evellyn Carneiro da Silva

Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email: evy1104.silva@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7012535377505338>

Kláutenys Dellene Guedes Cutrim

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. Mestra em História. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT) na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: Klautenys.guedes@ufma.br

Malcus Cassiano Kuhn

Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul Câmpus Lajeado/RS, Doutor em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA/Canoas/RS, malcuskuhn@ifsul.edu.br

Marcus Vinicius Spolle

Docente do Magistério Superior – UFPel, Doutor em Sociologia, sociomarcus@yahoo.com.br

Mari Cristina de Freitas Fagundes

Docente do Magistério Superior – UFPel, Doutora em Sociologia, maricris.ff@hotmail.com

Mariana Monteiro de Maicy

Universidade Federal do Rio de Janeiro, maicymariana@gmail.com

Mayane Pereira Silva

Mestranda em Cultura e Sociedade (PGCULT) na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bacharela em Turismo, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Email: Mayane.ps@discente.ufma.br

Paula Ataíde

Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email: ataidepaula725@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5214430757616524>

Paula Orvana Guimarães Wiebbelling

Especialista em Gestão de Micro e Pequenos Negócios pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul Câmpus Lajeado/Lajeado/RS, paulaorvanaw@gmail.com

Roque Luiz Sibioni

Graduado em Filosofia e Teologia pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Mestre em Educação pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Doutorado em Ciências Sociais com menção em estudo de Juventude pela Universidade Católica Silva Henríquez, Chile, roque.bsp@salesianos.com.br

Tayane Brabo

Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email: tayanecab@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6025641418927087>

Vitória Vasconcelos

Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email: vitoriatvasconcelos0@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7363876569109271>



Vivemos em um mundo onde cada gesto cotidiano revela conexões complexas que moldam a sociedade.

Ciências Sociais em Rede: Caminhos de Reflexão

investiga essas tramas, discutindo cultura, identidade, desigualdade, tecnologia, cidadania e democracia de forma acessível e instigante. Uma leitura essencial para quem busca compreender e transformar a realidade social com olhar crítico e sensível.



ISBN 978-655492159-6



9

786554

921596


Editora
UNISMERO